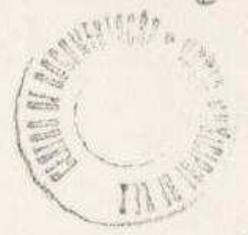


BOLETIM CULTURAL

1

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA





SUMÁRIO

BOLETIM CULTURAL

NÚMERO 1

1985

МІТІНГОВА БОЛЕТІН

Edição e Propriedade: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Redacção e Administração: Departamento de Cultura e Acção Social da C. M. V. F. X.
— Rua Serra Pinto, 65 - 1.º — 2600 Vila Franca de Xira

Direcção: José António Carmo (Vereador do Pelouro da Cultura)

Coordenação: Clara Frayão Camacho

Colaboraram neste número: Ildelfonso Valério, José Ernitião, Juvenal Esteves, Maria Filipa de Menezes Cordeiro, Maria Micaela Soares, Reinaldo Ferreira e Rui Parreira

Capa: Victor Managas, utilizando desenho de Pier Maria Baldi em *Viage de Cosme de Médicis por Espanha y Portugal (1668-69)*, Madrid, 1933.

Composição e impressão: Sociedade Industrial Gráfica Telles da Silva, Lda.
Rua de Campolide, 133 - 1.º Dt.º — 1000 Lisboa

Tiragem: 2.000 exemplares

Depósito Legal N.º 11.535/86

SUMÁRIO

- 5 Nota de Abertura
- 7 Cancioneiro do Tejo (Subsídios)
Maria Micaela Soares
- 97 De Alverca à Castanheira — Cinco vilas da Estremadura através das corografias setecentistas
Clara Frayão Camacho
- 107 Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira — Notícia da parcela 403-8
Rui Parreira
- 121 João Félix Rodrigues — Dados para o conhecimento de um jornalista vilafranquense oitocentista
José Ernitião
- 133 «Mensageiro do Ribatejo» — 3 anos de combate pelos interesses e aspirações de Vila Franca
Reinaldo Ferreira
- 137 Homenagem ao professor Reynaldo dos Santos, um vilafranquense
Juvenal Esteves
- 147 Fontes Documentais — Forais do concelho de Vila Franca de Xira
- 177 Informações — Departamento de Cultura e Acção Social
1984 — Acção Cultural e Defesa do Património

APENAS ESTA RAZÃO DE SER

Não conheço nada mais natural do que a vida.

Em nosso redor, em nós, a cada momento ela acontece.

É só estarmos despertos, mantermos o gosto de olhar e ver e a abertura ao permanente apelo do conhecer, e ei-la em toda a parte.

Há um constante germinar da semente. O calor, a humidade, o ambiente certo, transformam a esperança em ser.

A planta surge. O permanente e persistente trabalho radicular vai retirando do que a rodeia, em tempo e em espaço, o que lhe é necessário.

E quando damos por ela é já caule forte, prenúncio de árvore, promessa de frutos.

É pela raiz que nos alimentamos.

É esta memória das coisas, dos sítios e das vidas que nos antecederam e também das que partilhamos, que nos dá a vitalidade que somos.

A vida cresce e multiplica-se. Em frutos, em filhos e, por vezes, em livros.

São tudo ofertas de nós próprios, gestos de amor, acrescentos à nossa herança.

Modo tão natural de sermos vida.

O Boletim Cultural do Município de Vila Franca de Xira é fruto que a maturidade da nossa acção possibilitou.

Este primeiro, sofrerá decerto as virtudes e fraquezas de ser primogénito.

Queremos ficar com regularidade na procriação. Pretendemos prolongar este espaço de diálogo com a nossa memória.

Se conseguirmos, sempre com trabalho empenhado e competente — nossa forma de ser e de transformar a vida — conhecermo-nos melhor para melhor nos melhorarmos, atingiremos o nosso objectivo.

Queremos continuar a ser terreno fértil.

E porque sabemos que o futuro só o será, se for trabalho de todos, a sua semente é indispensável na nossa sementeira.

Só assim, a seara a que agora acrescentamos mais esta espiga, será mais forte e a colheita mais promissora.

DANIEL DOS REIS BRANCO
Presidente da Câmara Municipal

CANCIONEIRO DO TEJO

(Subsídios)

MARIA MICAELA SOARES

A ti farte trocando a grossa curbente
A quem teu largo campo não assiste,
A mim trocou-me a vista em que consiste
O meu viver contente ou descontente;

Má que somos no mal participantes,
Sejamos no bem. Oh! quem me diga
Que fôrmos em tudo semelhantes!

Mas lá virá a fresca Primavera:
Tu tomarás a ser quem eras de antes,
Eu não sei se serei quem de antes era.

FRANCISCO RODRIGUES LOPES

(Poesia, antigas, inéditas e raras de AFONSO LOPES VIEIRA,
4.^o ed., Lisboa, s. d., p. 32)

Fermoso Tejo meu, quão diferente
Te vejo e vi, me vês agora e viste:
Turvo te vejo a tí, tu a mim triste,
Claro te vi eu já, tu a mim contente.

A ti foi-te trocando a grossa enchente
A quem teu largo campo não resiste;
A mim trocou-me a vista em que consiste
O meu viver contente ou descontente.

Já que somos no mal participantes,
Sejamo-lo no bem. Oh! quem me dera
Que fôramos em tudo semelhantes!

Mas lá virá a fresca Primavera:
Tu tornarás a ser quem eras de antes,
Eu não sei se serei quem de antes era.

FRANCISCO RODRIGUES LOBO

(*Poesias*, selecção, prefácio e notas de AFONSO LOPES VIEIRA,
4.ª ed., Lisboa, s. d., p. 82)

ESCRITOS
E
ESCRITORES DOS SÉCULOS XIII A XIX

1. O nome do autor não aparece impresso
2. Os versos são de 14 sílabas
3. O verso é de 14 sílabas
4. O verso é de 14 sílabas
5. O verso é de 14 sílabas
6. O verso é de 14 sílabas
7. O verso é de 14 sílabas
8. O verso é de 14 sílabas
9. O verso é de 14 sílabas
10. O verso é de 14 sílabas

Audacioso seria — por constituir empresa por de mais complexa e inaccessível, além de intempestiva, pois a envergadura deste trabalho não suportaria tal cometimento — apresentar uma antologia que esgotasse a infinidade de versões — lisonjeiras, acrimoniosas ou simplesmente apelativas e descritivas — com que o Tejo tem sido apresentado pelos nossos escritores, isto é, o Tejo constituindo motivo literário — erudito, popular e tradicional — ou histórico ¹.

¹ Já o disse ALBERTO PIMENTEL (*A Estremadura Portuguesa. O Ribatejo*, vol. I, Lisboa, 1908, p. 2):

E de memórias de poetas está cheio o Tejo, para se orgulhar ou para se arrepender *.

Está a Literatura espanhola igualmente enxameada de infindas referências laudatórias ao rio partilhado. Apenas como exemplo, aponta-se TIRSO DE MOLINA, pseudónimo do dramaturgo Fr. Gabriel Téllez (1571-1648) que, na obra *El Burlador de Sevilla*, num apontamento sobre Lisboa, assim descreve o rio (TIRSO DE MOLINA, *El Burlador de Sevilla*, apud «Lisboa Vista pelos Estrangeiros. Uma Descrição da Cidade», *Olistpo*, ano VIII, n.º 30, Lisboa, 1945, p. 114):

D. Gonz. Es Lisboa una octava maravilla.
De las entrañas de España,
Que son las tierras de Cuenca,
Nasce el caudaloso Tajo,
Que media España atraviesa
Entra en el mar Océano
En las sagradas riberas
De esta ciudad, por la parte
Del sur; mas antes que pierda
Su curso y su claro nombre,
Hace un cuarto entre dos sierras,
Donde están de todo el orbe
Barcas, naves, caravelas.
Hay galeras y saetias
Tantas, que desde la tierra
Parece una gran ciudad,
Adonde Neptuno reina.

* A ortografia das transcrições é, até ao século XIX, a das peças donde se exauriram. A partir de 1800, foi actualizada.

Encontrar-se-ão tão-só alguns extractos de textos dedicados à grande estrada líquida que atravessa o país, baseando-se o critério da eleição (subjectivo, sem dúvida) ora nas predilecções estéticas da colectora, ora no seu empenho em divulgar ajustados escritos de há muito esquecidos e até ignorados, ora ainda em sublinhar atributos ou sucessos tejanos que julga mais caracterizadores; nunca, porém, com quaisquer juízos artísticos de valor, que lhe não cabem.

Por ser muito amplo e heterogéneo o terreno cronológico que abarca, a selecção deixa, pois, em claro e a contra-gosto, inúmeros trechos que se desejava figurassem aqui.

O rio fascinou os poetas desde a alvorada da poesia lírica peninsular, cantando-o engenhosamente disfarçados ou de peito nu.

Não propriamente como alvissareiro do Tejo, mas não deixando de o entroncar nas suas *Cantigas* de louvor à Virgem, surge, no século XIII, o rei *Sábio* (1221-1284) apresentando o rio nas suas características utilitárias — dessedentar e alimentar os seres vivos²:

Como Santa Maria guardou de mal ũa bõa moller de Santarem dum alcaide malfeitor, que a quisera meter en perdeda de quant'avia por hũa sortella que lle deitara en pen[n]or³.

[...]

[E] ela dizend' aquesto, | o alcaide sobervio | cavalgou en seu cavalo
e deçeusse pera Tejo, | por dar-lle a beber no rio | e o topete lava-lo.

E en lavando-o de rrejo, | quis Deus que ll'escorregas[s]e
aquele seu anel do dedo | e ena agua voasse.

Como Jesu-Cristo fezo | a San Pedro que pescasse ...⁴.

Na Ribeira, as naus da Conquista, vistas de terra, afiguram-se-lhe tocarem as estrelas (Id., *ib.*, p. 116) e à majestade mercantil do porto de Lisboa reservou o comediógrafo este animado e pitoresco quadro (Id., *ib.*, p. 117):

Y lo que desta ciudad
Te cuento por escelencia,
Es que estando sus vecinos
Comiendo, desde las mesas
Ven los copos del pescado
Que junto á sus puertas pescan,
Que bullendo entre las redes,
Vienen á estrarse por ellas.
Y sobre todo, al llegar
Cada tarde á su ribera
Mas de mil barcos cargados
De mercancías diversas,
Y de sustento ordinário,
Pan, aceite, vino y leña,
Frutas de infinita suerte,
Nieve de Sierra da Estrella,
Que por las calles á gritos,
Puesta sobre las cabezas,
La venden; [...]

² AFONSO X, O SABIO, *Cantigas de Santa Maria*, editadas por WALTER METTMANN, vol. III, Coimbra, 1964, pp. 292-296.

³ Id., *ib.*, p. 292. *Meter en perdeda* 'espolar'; *sortella* 'anel'.

⁴ Id., *ib.*, p. 294. *Topete* 'cabeleira'. Chamava-se também *topete* à crina do cavalo.

[...]

Des que l'aquest' ouve dito, | foi-sse corrend[o] a Tejo, | u o pescado vendian,
e preguntou os dos barcos | que le dissessen verdade | se algun peixe trariam.

Diss' un deles: «Eu o trago, | que con mia moller cêasse,
mais pero vender-mio-ya | a quem mio mui ben conprasse.»
Como Jesu-Cristo fezo | a San Pedro que pescasse ...

Di[s]se ll'ela: «E son muitos?» Respos el: «Par Deus de çeo, | non hé mais dũ[u]
senlleiro,
que fillei ora no rio, | u andavamos pescando | eu e um meu companheiro.»

Rogou-ll' ela enton muito | que por Deus que llo mostras[s]e
e que quanto x'el quisesse | dinneyros por el fillasse.
Como Jesu-Cristo fezo | a San Pedro que pescasse ...⁵

Para o jogral João Zorro (séc. XIII), finíssimo poeta do Tejo e de Lisboa, coevo de D. Afonso III e D. Dinis, as barcarolas popularizantes *Per ribeira do rio*⁶ ou em *Lixboa sobre lo mar*⁷ denotam o interesse poético que o grande rio despertava já nos líricos cantores:

Per ribeira⁸ do rio
vi remar o navio,
e sabor ei⁹ da ribeira.

Vi remar o barco,
i vai o meu amado,
e sabor ei da ribeira.

Per ribeira do alto
vi remar o barco,
e sabor ei da ribeira.

I vai o meu amigo,
quer-me levar consigo,
e sabor ei da ribeira.

Vi remar o navio,
i¹⁰ vai o meu amigo,
e sabor ei da ribeira.

I vai o meu amado,
quer-me levar de grado¹¹
e sabor ei da ribeira.

Em Lixboa, sobre lo mar,
barcas novas mandei lavar¹²,
ai mia senhor velida!¹³

Barcas novas mandei lavar
e no mar as mandei deitar.
ai mia senhor velida!

Em Lixboa, sobre lo lés¹⁴,
barcas novas mandei fazer,
ai mia senhor velida!

Barcas novas mandei fazer
e no mar as mandei meter,
ai mia senhor velida!

⁵ Id., ib., p. 295. *Senlleiro* 'único'.

⁶ *Cancioneiro da Biblioteca Nacional, Antigo Collocci-Brancuti*, leitura, comentários e glossário de ELZA PAXECO MACHADO e JOSÉ PEDRO MACHADO, vol. V, Lisboa, s.d., pp. 239-240. Cf. ainda VITORINO NEMÉSIO, *A Poesia dos Trovadores*, Lisboa, 1961, pp. 137-138.

⁷ *Cancioneiro* [...], pp. 240-241.

⁸ 'Margem'.

⁹ 'Sinto-me feliz'.

¹⁰ 'Ai'.

¹¹ 'Com prazer'.

¹² 'Fazer'.

¹³ 'Meu lindo amor!'.

¹⁴ 'Praia'.

Gil Vicente (1465?-1536?), que o vislumbrava do alto das janelas dos paços reais de Lisboa (Alcáçova, Santos-o-Velho e, sobretudo, da Ribeira), Santarém ou Almeirim, referencia o rio num dos seus dons mais vantajosamente proveitosos — a fertilização dos agros ribatejanos ¹⁵:

[...]

que, como o vento he de bayxo,
logo a chuva he no terreiro
e o Tejo faz lameyro
nas leziras do Cartaxo.

Não se exime, todavia, a glorificar a cidade e o rio na peça que alegoriza as façanhas lusas deixadas pelo mundo inteiro. Através da fala da donzelinha serrana que serve de Fama, no auto do mesmo nome, representado nos paços da Ribeira, engendra o Autor a seguinte jaculatória que anuncia o grande empório marítimo a despontar em Lisboa ¹⁶:

Achareis Meca em tristeza,
ainda muy sem folgança,
renegando a vizinhança
de tam forte natureza,
Porque foram
na ilha de Camaram
e no estreyto fortalezas,
e as moiriscas riquezas
ao Tejo se viram.

Não dispensa ainda Mestre Gil, na farsa chamada *Auto das Fadas*, uma lúgubre alusão à picota implantada no local da Ribeira. A azougada feiticeira, por entre facécias dirigidas a alguns espectadores, vai rezando sua burlesca ladainha ¹⁷:

Ladainha da Pereira,
escrita em pele de rata,
tinta de pingo de pata,
assada per mão de mogueira ¹⁸.
oo picota ¹⁹ da Ribeyra,
que estrearam meus auoos
te rogamus audi nos.

¹⁵ GIL VICENTE, «Comedia de Rubena», *Copilaçam de Todas as Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928, f. LXXXIX v.

¹⁶ GIL VICENTE, «Auto da Fama», *Copilaçam*, ed. cit., ff. CXIX v - CC r.

¹⁷ GIL VICENTE, «Auto das Fadas», *Copilaçam*, ed. cit., f. CCX v.

¹⁸ 'Acoviteira'.

¹⁹ 'Pelourinho'. Cf. JÚLIO DE CASTILHO, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, 1893, pp. 440-442.

Noutra sua celebrada peça, sendo Lisboa uma muito vibrante figura, é na ribeira e porto do Tejo que o príncipe da Normandia vem ancorar ²⁰:

Señora Ciudad, un Señor,
hijo de un Rey de Leuante,
oyendo de vos loor,
por essa mar adelante
os viene a ser seruidor,
y vino aquí ancorar
en vuesso puerto y ribera.

Inquirida Lisboa sobre a melhor ocasião para receber o régio visitante, por se encontrar muito ocupada na «acabada dita» e «próspero prazer» de saudar «o muito poderoso rei D. João III», a «esclarecida e mui católica rainha D. Catarina» e a «luzida corte», lhe responde ²¹:

eu lhe yrei logo falar
la oo chafariz del-Rey
quanto ele quiser falar.
Ou da Torre da Varanda,
ou la no Cais da Madeyra,
e veremos o que manda
que de leda e prazenteyra
elle venceraa a demanda.

Enlevado o príncipe nas caravelas que sobem e descem o rio ou sulcam os mares desconhecidos, cobiça à cidade a *nau* que é a sua divisa ²²:

Porque nao que decubrio
tantas insulas ynotas,
quantos reynos Dios crio,
y desbarato mil flotas,
esta es la que busco yo.

Perante a negativa de Lisboa em ceder a nau que não é sua, mas de São Vicente, do rei e da rainha, a quem ela pertence, empenha-se o príncipe em construir uma embarcação na Ribeira das Naus, onde as melhores delas são construídas ²³:

Por remedio a mis dolores
dadme licencia entera
que haga una nao damores
aquí en vuessa ribera,
do se hazen las mejores.

²⁰ GIL VICENTE, «Não damores», *Copilaçam*, ed. cit., f. CXLVI r.

²¹ Id., *ib.*

²² Id., *ib.*, ff. CXLVI v. - CXLVII r.

²³ Id., *ib.*, f. CXLVII r.

[...]

Foy [então] posta no seráo onde se esta obra representou hũa nao da grandura de um batel, aparelhada de todo o necessario pera nauegar [...] ²⁴.

Pelas estrofes seguintes desfilam depois nomes de povoações à borda do Tejo e de seus tributários, entre muitas outras de sequeiro ou fantasiosas: Coruche, Cartaxo, Pombeiro, Alcoentre, Alcochete, Alqueidão, Alpiarça, Pernes.

O louco «frade de Aveiro» vai lançando esta canção, enquanto o barco começa a subir o rio até Castela, nos áureos tempos da navegação tejana ²⁵:

Carauela de Lixboa
vay por porros a Castella
garrido he o gauiam,
vento bueno nos ha de leuar
quem fosse o capitam della.

No *Auto da Índia*, feito em Almada e representado à muito católica rainha D. Leonor, na era de 1509, se lamenta que as armadas partissem da Ribeira, em Maio, «quando o sangue novo atiga» e as «viúvas de vivos» ficassem tão abandonadas, dificilmente sofrendo a sua solidão ²⁶. Ao leve roçar de «hũa pedrinha / pedra muyto pequenina / ha janela dos quintaes» ²⁷, abriria a Ama a porta ao seu afeiçoado castelhano, se entretanto não surgira Lemos, «seu namorado perdido». Fanfarrão, manda este à Ribeira a moça da Ama, para de lá trazer mantimentos em abundância, no seu propósito inicial, quase anulado por fim, devido ao elevado custo da mercadoria ²⁸:

Lem. Va esta moça aa ribeyra
y traga ca toda enteyra
que toda sa de gastar.

Moça. Azeuias trazerey?

Lem. Daa oo demo as azeuias
nam compres, ja menfastias.

Moça. O que quiserdes comprarey.

Lem. Traze hũa quarta de cereyjas
y hum ceytil de briguigões.

Moça. Cabrito. *Lem.* tẽ mil barejas

²⁴ Id., *ib.*, f. CXLVII v.

²⁵ Id., *ib.*, f. CXLVIII r.

²⁶ «Auto da Índia», *Copilaçam*, ed. cit., f. CXCV v.

²⁷ Id., *ib.*, f. CXCVI r.

²⁸ Id., *ib.*, f. CXCVI v.

Moça. E ostras trazerey dellas

Lem. Se valerem caras nam
antes traze mais hum pão
e o vinho das estrellas.

E a sua buliçosa ribeira, a decantada Ribeira de Lisboa, recolhe mais encomiásticas referências na obra do grande dramaturgo. Até o Frade da *Fragoa de Amores* fora lá carpinteiro, antes de tomar capelo e coroa ²⁹:

Senhores, fuy carpinteyro
da Ribeyra de Lixboa.

Alusão directa e por vezes de desenho humorístico a vários portos ribeirinhos ou a confluências do grande rio é feita não só por Mestre Gil como pelos seus continuadores.

Em texto quinhentista de um destes epígonos, António Ribeiro Chiado (m. 1591), faz o autor uma referência a local ainda hoje remansoso das margens do Tejo — Escaroupim — o qual, ao que se lê, mereceria as preferências do jovem D. Sebastião, ao mesmo tempo a gozar os benefícios da idílica paisagem e a fugir à censura popular pelo lançamento de mais um imposto ³⁰:

[...]
que se vai a Almeirim
um rei, meado inverno ...
a fazer rico escaroupim.

Alude ainda este monge desfradado — cuja obra tem particular interesse como documento da sociedade do seu tempo e da linguagem popular — de forma depreciativa às águas do Tejo, não se sabendo se a crítica respeita às propriedades do líquido se à pouquidade da corrente.

Em folgazã seroadá natalícia em casa de Vasco de Abreu, ao darem conta da falta de um parceiro para o jogo de cartas, dizem os jogadores ³¹:

Fernão d'Horta: — Falta-nos um companheyro,
Vasco d'Abreu: — Ele he o Tejo que he mao d'agoa.
Não nos ficara essa magoa:
Nunca faltou João d'Aveyro! ³²

²⁹ Id., «Fragoa damor», *Copilaçam*, f. CLV r.

³⁰ ANTÓNIO RIBEIRO CHIADO, *Auto das Regateiras*, edição preparada por CLEONICE BERNADINELLI e RONALDO MENEGAZ, Rio de Janeiro, 1968, p. 118.

³¹ ANTÓNIO RIBEIRO CHIADO, *Prática dos Compadres*, edição fac-similada com apresentação de LUCIANA STEGAGNO PICCHIO, Lisboa, 1964, p. 17.

³² Este João de Aveiro reunia às qualidades de «cavaleiro honrado» e «casado há dez mil anos», a de comendador de Cristo, ou de Santiago — cria um dos convivas — sendo afirmado pelo anfitrião que ele teria, sim, a comenda de Avis, sendo «comendador em ceitis» e sem que dela pagasse renda.

O «reverendo frei Chiado, / de virtude grande imigo /» (um dos epítetos com que o mimoseia o colega em artes Afonso Álvares³³), na peça intitulada *Auto das Regateiras*, faz dizer a uma das comadres que o pão que fabrica não é aceite na Ribeira pela sua má qualidade³⁴:

Tenho muito do quebranto
e muito do mau pesar.
Ir noite³⁵ fui ao Terreiro³⁶
e trouxe trigo de Bordéus
tão alvo com'estes véos
e saio-me todo borneiro,
e vai a boa da forneira
lançô-me à castaneira³⁷
e ele quer a frol do forno³⁸;
amarga como piorno,
não mo querem na Ribeira.

O quinhentista e anónimo *Auto de Vicente Anes Joeira* apresenta uma vendilhoa da Ribeira Velha, donde extraíra até o apelido familiar — Vilante Ribeira³⁹:

eu vendia na ribeira
e no rocio do bairro
quando ali se fazia feira;
ali, inverno e verão,
vinha ele de Cerolico⁴⁰
a vender a cabra e o cabrito
e a ovelha e o cabram.

Na *Écloga de Jano e Franco*⁴¹, o transfigurado Bernardim Ribeiro (1482-1552), em êxtase amoroso por sua prima ou por mais alta musa, segundo a fantasiada biografia que lhe tem sido atribuída, terá chegado do «Terrão»⁴², ao «campo do Tejo»⁴³, que constitui cenário vago e impreciso para o poema⁴⁴, ao rio chamando tão-só «ribeira mor das ribeiras / que levas as águas ao mar»⁴⁵:

³³ Cf. *Autos de António Ribeiro Chiado*, ed. cit., p. 6.

³⁴ Id., *ib.*, pp. 127-128.

³⁵ 'Ontem à noite'.

³⁶ 'Terreiro do Trigo'. Era o mercado dos cereais, em Lisboa.

³⁷ 'Arrumou-o à parede'.

³⁸ 'O centro do forno'.

³⁹ *Auto de Vicente Anes Joeira*, edição preparada por CLEONICE BEARDINELLI, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1963, p. 43. A anotadora tem escrúpulos em aceitar que esta ribeira fosse a de Lisboa (Id., *ib.*, p. 43, nota 84).

⁴⁰ *Ele*, o marido, Afonso Gonçalo, que todos os dias vinha de Celorico, isto é, de um indeterminado ponto da província, vender na Ribeira de Lisboa.

⁴¹ BERNARDIM RIBEIRO, *Éclogas*, selecção, prefácio e notas de RODRIGUES LAPA, 5.ª ed., Lisboa, 1967, pp. 19-44.

⁴² Id., *ib.*, p. 20.

⁴³ Id., *ib.*

⁴⁴ Id., *ib.*

⁴⁵ Id., *ib.*, pp. 29-30.

Dizem que havia um pastor
antre Tejo e Odiana,
que era perdido de amor
per ùa moça Joana.
Joana patas guardava
pela ribeira do Tejo,
seu pai acerca morava,
e o pastor, de Alentejo
era e Jano se chamava.

Toda terra foi perdida;
no campo do Tejo só
achava o gado guarida:
ver Alentejo era um dó!
E Jano, para salvar
o gado que lhe ficou,
foi esta terra buscar;
e um cuidado levou,
outro foi ele lá achar.

Quando as fomes grandes foram,
que Alentejo foi perdido,
da aldea que chamam Terrão
foi este pastor fugido.
Levava um pouco de gado,
que lhe ficou doutro muito
que lhe morreu de cansado:
que Alentejo era enxuito
d'água e mui seco de prado.

O dia que ali chegou
com seu gado e com seu fato,
com tudo se agasalhou
em ùa bicada de um mato.
E levando-o a pascer,
o outro dia, à ribeira,
Joana acertou de ir ver,
que se andava pela beira
do Tejo a flores colher

Na poesia *Saudade* ou *Romance de B. R.*, conforme as lições⁴⁶, cantando as aves ao «rugido saudoso das águas», o metamorfoseado lírico ouvira declarar a «huñ omê todo caam, / que lhe dava polo cham / a barba e o cabelo» e era encobridor do seu encanecido «cuidado» e dolorosa «querela»⁴⁷:

Tanbê vai est'augoa ao Tejo.

Os pequenos arroios parece terem sido por Bernardim eleitos para enquadrarem os seus patéticos amores, se se puderem aceitar como confidências biográficas as fórmulas que os vezos literários da época haviam cristalizado⁴⁸.

Inicia o autor o poema situando-se junto dum dos veios que engrossavam o grande rio — *Ao longo da ribeira* —, mas o estereotipado verso é por ele usado mais duas vezes na «Égloga III»⁴⁹:

Ao longo da rribeira
que vai polo pee da serra,
onde me a mí fez a guerra
grande tenpo grande amor,
me levou a minha door.

⁴⁶ EUGÉNIO ASENSIO, «El Romance de Bernardim Ribeiro «Ao Longo da Ribeira». Texto Nuevo y Interpretación», *Estudios Portugueses*, Braga, 1975, pp. 225-242.

⁴⁷ Id., *ib.*, p. 228.

⁴⁸ Id., *ib.*, p. 226. «A água do Tejo é água de mil fontes» — dirá mais tarde A IVES REDOL (*Avieiros*, 7.^a ed., Mem Martins, 1976, p. 300).

⁴⁹ Id., *ib.*, p. 231. A ortografia apresentada é a do manuscrito encontrado por EUGÉNIO ASENSIO, numa miscelânea copiada cerca de 1545, e por ele revelado na obra aqui referida, bem como em «Bernardim Ribeiro a la luz de um manuscrito nuevo. Cultura literaria y problemas textuales», in *Estudios Portugueses*, Braga, 1975, pp. 199-223.

Ja era tarde de huũ dia
 a augoa dela coria
 por antre huũ arvoredado,
 onde as vezes hia quedo
 o rio, as vezes naom.
 Entrada era do veraom,
 quando começão as aves
 con seus cantares suaves
 fazer tudo gracioso:
 ao rrogido saudoso
 das augoas cãtavão elas,
 que todas minhas querelas
 se me puserão diante.

Pela voz do mavioso pegureiro Crisfal da égloga do mesmo nome, «antre Tejo e Odiana» perdido, legou-nos o seu enigmático e desconhecido autor (meados do século XVI) uma fugidia, mas emocionada visão da embocadura do rio⁵⁰:

Antre Sintra, a mui prezada,
 e serra do Ribatejo
 que Arrábida é chamada,
 perto donde o rio Tejo
 se mete na água salgada,
 [...]

E no copioso florilégio de passageiros assuntos cortesãos que é o *Cancioneiro Geral* (ed. em 1516), o qual nem por isso deixa de conter algumas alusões à vida social da época, encontra-se, numa trova de Aires Teles endereçada a Jorge de Oliveira, rendeiro da Chancelaria, sobre a carestia aprovada por um despacho seu, a seguinte estrofe⁵¹:

Agrauas tanta pessoa,
 que tey medo,
 que sse tragua algũ teu dedo
 na rribeyra de Lixboa
 muyto çedo
 Mas sse tu vas por Mourão,
 algum ora pera feyra,
 nam as de por pee em chão,
 que metido num sseyrão
 aas de passala rribeyra.

O eminente e lúcido poeta-filósofo que foi Francisco de Sá de Miranda (1481?-1558?) revê, no seu exílio nortenho, «as áureas areias» do Tejo e do

⁵⁰ *Crisfal*, com prefácio e notas de RODRIGUES LAPA, 2.ª ed., Lisboa, 1962, p. 1. A autoria da égloga tem sido atribuída por alguns historiadores da Literatura a Cristóvão Falcão, na esteira do editor de Ferrara da *Menina e Moça* (1554) de Bernardim Ribeiro.

⁵¹ *Cancioneiro Geral* de GARCIA DE RESENDE, nova edição, com introdução e notas de ANDRÉE CRABBÉ ROCHA, vol. IV, Lisboa, 1973, pp. 384-385.

Mondego, enquanto observa as não menos ricas águas durienses. No soneto dedicado à morte de sua mulher, escreveu ⁵²:

Alma aqui vinda nesta nossa idade
de ferro, que tornaste à antiga de ouro
enquanto cá regeste a humanidade,

Em chegando, ajuntaste tal tesouro
que para sempre dura! Ah vaidade:
ricas areas deste Tejo e Douro!

E na elegia endereçada a António Ferreira, explicitou ⁵³:

Não assi ao contrário, abaixo o Douro,
aqui perto ao gram mar se lança escuro,
Mondego e Tejo das areas d'ouro.

Sá de Miranda, embora temendo-se de Lisboa ⁵⁴, recordava embevecido o ir e vir das brancas velas dos barcos no grande estuário ⁵⁵:

Vereis barcos ir à vela
Uns que vão outros que vêm,
como que se desavêm,
Co'uma viração singela,
Tanta força e arte têm.

De António Ferreira (1528-1569), o apaixonado cantor do golfo do Tejo e de suas glórias («grão Tejo dourado») ⁵⁶, eis um soneto admirável em qualquer literatura ⁵⁷:

Tejo triunfador do claro Oriente,
Que Nilo, e Ganges por senhor conhecem,
Tejo de areias de ouro, onde florecem
Pales, Pomona, e Flora eternamente,

Tu levas, onde eu fico, tua corrente;
Se saudosas lágrimas merecem
(Pois tanto com elas tuas águas crecem)
Piedade, em ti as recolhe brandamente:

⁵² FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA, *Obras Completas*, texto fixado, notas e prefácio de M. RODRIGUES LAPA, vol. I, Lisboa, 1942, pp. 322-323.

⁵³ Id., *ib.*, vol. II, Lisboa, 1943, p. 19.

⁵⁴ Id., *ib.*, vol. II, p. 84

Mas temo-me de Lisboa
Que, ao cheiro desta canela
O reino nos despvoa.

⁵⁵ Id., *ib.*, p. 96.

⁵⁶ ANTÓNIO FERREIRA, *Poemas Lusitanos*, com prefácio e notas de MARQUES BRAGA, vol. I, Lisboa, 1957, p. 193.

⁵⁷ Id., *ib.*, p. 46.

E antes que ao mar pagues seu direito,
À destra mão da tua praia um monte
Com graciosa soberba se levanta;

Ali fiquei ao meu amor sujeito.
Ali tuas águas parte, e mostra tanta
Destes meus olhos, quanta da tua fonte.

E o assinalado épico — Luís Vaz de Camões (1525?-1580) —, artificioso namorado das «filhas» e «ninfas do Tejo», destarte adjectivou e personificou o rio no seu egrégio poema⁵⁸:

Toda a terra que rega o Tejo ameno	(I, 25).
Que veja e saiba o mundo que do Tejo	(III, 2).
De além do claro Tejo deleitoso	(III, 42).
Tu claro Tejo regas tão sereno	(III, 55).
Entrando a boca já do Tejo ameno	(III, 58).
Que o Ibero o viu e o Tejo amedrontados	(III, 60).
O Tejo em torno vai suave e ledó	(IV, 10).
Do Tejo logra as águas abundantes	(IV, 23).
Correu ao mar o Tejo duvidoso	(IV, 28).
Co salgado Neptuno e doce Tejo	(IV, 84).
Ficava o caro Tejo e a fresca serra	(V, 3).
Nem as filhas do Tejo que deixassem	(V, 99).
Por ver mais águas que as do Douro e Tejo	(VI, 54).
Não são vistos do Sol do Tejo ao Batro	(VI, 60).
Vir do longinco Tejo e ignoto Minho	(VII, 30).
De riquezas de lá do Tejo ao Nilo	(VII, 61).
Do rico Tejo, e fresca Guadiana	(VII, 70).
Sem vos Ninfas do Tejo e do Mondego	(VII, 78).
O vosso Tejo e os vossos Lusitanos	(VII, 79).
O vosso Tejo cria valerosos	(VII, 82).
Vês outro que do Tejo a terra pisa	(VIII, 4).
Do Tejo pelo mar que o Gama abraira	(X, 10).
Com que depois virá ao pátrio Tejo	(X, 37).
Entraram pela foz do Tejo ameno	(X, 144).

⁵⁸ LUIS DE CAMÕES, *Os Lusíadas*, fac-símile da edição de 1572, in *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, preparado por AfSA POGGI e outros, vols. A a C, Rio de Janeiro, 1966.

Nas églogas, onde o poeta eleva o rio às culminâncias da sacralidade («o sacro Tejo») ⁵⁹, a fluvial corrente é reflexo do sentir momentâneo do cantor, alternando o manso deslizar das águas com o fluxo medonho e grave que tudo entristece («o Tejo cristalino» ⁶⁰, «sereno Tejo, suave e brando» ⁶¹, «com som grave, / corria mais medonho que suave») ⁶². A ela, súplice, se dirige Almeno ⁶³:

— Corre suave e brando
Com tuas claras águas,
Saídas de meus olhos, doce Tejo!

Eis, porém, que se salinizam as águas sacarosas do Tejo com as lágrimas deste desditoso guardador de gado ⁶⁴:

As águas frias do Tejo
De doces se tornaram
Ardentes e salgadas,
Depois que minhas lágrimas cansadas,
Com seu fino licor se misturaram.

Dor que Agrário, outro zagal, se impõe minorar, apressando-se a condizer o fato para o «escâmeo e vil terreno» ⁶⁵, onde Almeno carpia seu triste «sucesso» ⁶⁶:

Quero ora minhas cabras ir levando
Ao manso Tejo brando [...] ⁶⁷.

Também não escapa à perspicácia de Belisa da «Égloga III» a beleza das vítreas águas, onde ela vai lavar a baetilha e o trançado ⁶⁸:

Quando a linda pastora, que compete
Co'o monte em aspereza,
Co'o prado em gentileza,
Por quem o triste Almeno endoudecia,
Pola praia do Tejo discorria
A lavar a beatilha e o trançado.
Já o sol consentia
Que saísse da sombra o manso gado.

Ainda, e sempre, a persistente limpidez das águas para lavarem os cabelos das donzelas enamoradas, desde a «fria fontana» dos cancioneiros medievais:

⁵⁹ LUÍS DE CAMOES, *Obras Completas*, com prefácio e notas de HERNANI CIDADE, vol. II, Lisboa, 1955, p. 7. Por *sacro* o designará também, anos depois, MANUEL VEIGA TAGARRO, entre outros líricos.

⁶⁰ Id., *ib.*, pp. 7-8.

⁶¹ Id., *ib.*, p. 20.

⁶² Id., *ib.*, p. 21.

⁶³ Id., *ib.*, p. 22.

⁶⁴ Id., *ib.*, p. 24.

⁶⁵ Id., *ib.*, p. 84.

⁶⁶ Id., *ib.*, p. 32.

⁶⁷ Id., *ib.*, pp. 30-31.

⁶⁸ Id., *ib.*, pp. 42-43.

Nas claras águas deste rio brando,
Que vão regando o campo matizado,
Este trançado lavar quero ⁶⁹.

Quadro que a Almeno se apresenta deste modo ⁷⁰:

Parece-me que vejo estar lavando
Ûa ninfa um véu no claro Tejo,
Que se me está Belisa afigurando.

E com a morte de Almeno se transformarão as margens do rio, os abrolhos substituindo as «pudicas rosas» ⁷¹:

Nacerão pelas praias deleitosas
Os ásperos abrolhos, em lugar
Dos roxos lírios, das pudicas rosas.

Na «Écloga Piscatória», chamando ao rio «mar» (como os pescadores de sempre e ainda os de hoje), à praia «leda» e «graciosa», escreveu também Camões ⁷²:

Areia de ouro que o rico Tejo espraia.

Assim fez o poeta jus à fama de aurífero que de longe vem ao Tejo ⁷³.

Fermoso lhe chama o quinhentista Francisco Rodrigues Lobo (1580?-1622?), no soneto ímpar que fica atrás. O mesmo Rodrigues Lobo, na *Égloga V*, assim define o rio que lhe cavaria a própria sepultura (o poeta morreu afogado no Tejo) ⁷⁴:

C L O R I N D O Junto as ribeiras do Tejo,
 Onde as agoas apressadas,
 Com gosto, & prazer sobejo,
 Entre doces & salgadas,
 Fazem mais sede ao desejo,

⁶⁹ Id., *ib.*, p. 47.

⁷⁰ Id., *ib.*, p. 47.

⁷¹ Id., *ib.*, p. 52.

⁷² Id., *ib.*, p. 118.

⁷³ Segundo afirma DUARTE NUNES DE LEÃO (c. 1530-1608), que o viu, D. João III terá mandado cinzelar um ceptro com as palhetas de ouro peneiradas de suas areias, quando no começo da Primavera as águas recolhiam ao leito, como queria OSBERNO (*Conquista de Lisboa aos Mouros (1147), Narrada pelo Cruzado Osberno, Testemunha Presencial*, texto latino e sua tradução para português por JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA e prefácio de AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, Lisboa, 1935, p. 40) e já PLÍNIO garantira. Ceptro «que os reis têm agora na mão quando os coroam ou fazem cortes e se guarda em o Tesouro de Lisboa» (FR. NICOLAU DE OLIVEIRA, *Livro das Grandezas de Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa, 1804 [a primeira é de 1620], p. 41). O autor vira mesmo no seu tempo resplandecer ainda entre as areias «muitas arestas e folhinhas de ouro fino e puro» (Id., *ib.*).

PINHO LEAL (*Portugal Antigo e Moderno*, vol. IX, Lisboa, s. d., pp. 525-526) sustenta que teria existido, no antigo tesouro da Casa Real, além dum ceptro, uma coroa magnífica, mandados executar pelo rei D. Dinis com as areias extraídas entre Almada e Trafaria.

Aurífero e de cristalina corrente lhe chamou igualmente, entre outros, ANTONIO CARVALHO DA COSTA (*Corografia Portuguesa*, t. III, Lisboa, 1712, p. 32). O autor da *Corografia Portuguesa* opina mesmo que Abrantes será corruptela «de Aurantes, pelo muito ouro que o rio Tejo deixava em suas praias, & ribeyras» (Id., *ib.*, p. 186). O prudente beneficiado JOÃO BAPTISTA DE CASTRO (*Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, t. I, Lisboa, 1762, p. 143) avançou, porém, que a vulgar fama que os antigos haviam dado ao rio da atribuição de areias de ouro servia só já «de admiração e não de experiência».

⁷⁴ São em grande número as mortes por afogamento no Tejo explicitamente referidas nos livros de registos paroquiais das povoações ribeirinhas, quer em ocasiões de cheias, quer por quaisquer outros motivos (nos assentos

Entre as cabanas famosas,
Daquelles valles, & montes,
Ao pé das serras fragosas,
Donde vem fugindo as fontes
Para o Tejo, de inuejosas,

[...]

Algũs dias, que inda inuejo,
Na sua cabana estiue,
Tanto a gosto do desejo,
Que dezia eu que no Tejo
Sô se guarda, & só se vive.

[...]

Enturuouse o Tejo brando,
Ajudando a nossas magoas;
E quem o esteue atentando
Vio vir lagrimas nas aguas,
Como que estauão chorando⁷⁵.

A trágica morte do grande bucolista dedicou D. Tomás de Noronha este soneto⁷⁶:

Desdorem-me as areas do Pactolo⁷⁷,
Turvem-se as claras águas do Canopo⁷⁸,
O bebado de Baco entorne o copo,
Rache a guitarra o franchinote Apollo⁷⁹.

Desencaxe-se o Ceo de polo a polo,
A douda Venus morra, e o seu cachopo,
Em fim, pereça tudo quanto topo,
Que a Lereno matou o villão de Eoolo⁸⁰.

Por Jesu Christo se entre mãos tomara
Este villaõ ruim, o Rey do vento,
Com hum vergalho de boy o debreara.

Por S. Pedro do Ceo, que hum momento
A miseravel alma lhe mandara
C'um piparote ao reino do tormento.

de óbitos de Vila Franca de Xira, Frielas, Povos, Sacavém, entre outros, encontram-se as mais minuciosas descrições desses acidentes). E até um príncipe sofreu igual destino, no Inverno de 1724 (cf. JOAQUIM VERÍSSIMO SEREÃO, *História de Portugal*, vol. V, 2.ª ed., Póvoa de Varzim, 1982, p. 447).

Dentre muitas outras, veja-se ainda esta informação contida no *Ano Noticioso e Histórico*, de 2 de Julho de 1740 e extraída de FRANCISCO CÂNCIO (*Lisboa, Tempos Idos*, vol. II, Lisboa, 1958, p. 44):

No dia 1 de Julho, «aportando na ribeyra hũa barca de Cassilhas com muyta gente, ao sahir para fora, cahiram ao mar 8 pessoas humas sobre as outras e nam obstante acudirem-lhe logo, ainda se affogaram duas mulheres, dous homens, e hum menino de 4 annos, que nam appareceu».

⁷⁵ FRANCISCO RODRIGUES LOBO, *Églogas*, introdução e notas de JOSÉ PEREIRA TAVARES, Lisboa, 1964, p. 131.

⁷⁶ D. TOMÁS DE NORONHA, «A Morte de Francisco Rodrigues Lobo», *A Fénix Renascida ou Obras Poéticas dos Melhores Engenheiros Portuguezes* [...], publicada por MATIAS PEREIRA DA SILVA, t. V, 2.ª ed., Lisboa, 1746 (a 1.ª é de 1716 a 1728), p. 232.

⁷⁷ 'Nome antigo de um rio do reino da Lídia, cujas águas se tornaram célebres pela quantidade da palhetas de ouro que transportavam'. O poeta refere-se aqui ao Tejo.

⁷⁸ 'Génio benéfico do rio Nilo', segundo alguns mitólogos.

⁷⁹ 'Deus grego que personificava o Sol'.

⁸⁰ 'Deus dos ventos, filho de Júpiter'.

Anónimo vate do primeiro quartel de Seiscentos deixou, numa mal rimada, mas útil descrição, em poema que ficou conhecido por *Relação de Lisboa*, esta imagem do Tejo e do seu porto ⁸¹:

Pella parte que he mais baixa
hum rio que he mar a cerca,
cujo porto he mais soberbo
que os de toda a redondeza.

Mais à frente, apresentando a afamada Ribeira, declara o desconhecido poeta ⁸²:

Finalmente aqui se vê
a nossa fresca ribeira
que quanto mais abundante,
então parece mais fresca.
Saindo logo daqui
à praya acima direita
pellos muy fermosos Caes
rodeados de moletas.

Nas praias do Tejo se fazem e desfazem as embarcações que sulcam o rio e desvendam os mares ⁸³:

Aqui se lanção a monte,
& de ordinario dão crena ⁸⁴
fazem de nouo, & desfazem
as embarcações ja velhas.

D. Tomás de Noronha (morto em 1651, em idade já avançada), poeta sarcástico e cruel do mundo circunjacente, deixou, nestes versos que a *Fénix Renascida* recolheu, a graça subtil dumas «endechas» a certa Isabel que vendia gorazes, a par de muitas outras chocarreiras composições endereçadas a peixeiras e regateiras de Lisboa ⁸⁵:

A minha Isabel
Sahio esta tarde
A matar de amores,
A vender gorazes
Deitada ao pescoço
A beatilha leva,
Pois de desprezar

Sómente se preza
Por fresco apregoa
O peixe, meu bem.
E no apregoar fresco
Quanto sal que tem!
Gadelhinhas louras,
Que belas gadelhas

⁸¹ *Relaçam em que se trata e faz hũa breue descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa, & seus arrebaldes [...]*, Lisboa, 1625, f. 1 v (inumerada), reprodução fac-similada do exemplar único pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, com uma nota explicativa de A. VIEIRA DA SILVA, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1970.

⁸² *Id.*, *ib.*, f. 3 v.

⁸³ *Id.*, *ib.*, f. 2 v.

⁸⁴ Querena, isto é, 'limpeza dos navios'.

⁸⁵ D. TOMÁS DE NORONHA, «A huma Regateira. Endechas», *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portugueses [...]*, publicado por MATIAS PEREIRA DA SILVA, t. V, 2.ª ed., Lisboa, 1746, pp. 245-247.

A minha alma anda
Pendurada nellas.
Em continhas brancas
Estremos vermelhos,
Porém como ella
Não há tal estremo.
Memória de prata
Metida no dedo,
Vá-se embora o ouro,
Que não tem tal preço.
Sainha de panno,
Barra de velludo,
Mantilha vermelha

Sapato em pantufo.
Ao passar lhe disse
Pela requebrar.
Senhora Isabel,
Quem fora goraz.
Fizera-lhe eu logo
Depressa hum Soneto,
Porque de Poeta
Tenho meus dous dedos,
Porém neste passo
Entrou Bastião,
Pediome dinheiro
Dei a tudo de mão.

D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), o multímmodo inspirado da nossa literatura seiscentista, deste modo encantatório se revê no seu «doce Tejo», no soneto a que intitidou de «Desgraça, inveja de Tudo»⁸⁶:

Junto do manso Tejo, que corria
Para o Mar (que nos braços o esperava),
Jaz um pastor, que no semblante dava
Mostras da dor que o coração cobria.

Falava o gesto quanto n'alma havia,
Que, quiçá por ser muito, ela o calava;
Mas, vencido do mal que o atormentava,
Sem licença do mal assim dizia:

— Corre alegre e soberbo, ó doce Tejo,
Pois vives sem fortuna de que esperes
Que caminhe teu passo a teu desejo.

— Vás, e tornas, e irás como vieres.
Ditoso tu, que vês o que eu não vejo;
Ditoso tu, que vás adonde queres!

Pela Ribeira se passeava a regente D. Catarina, no estertor da era quinhentista, de acordo com a afirmação da *Fonte Nova do Terreiro do Paço*, em mordaz cavaqueira com a *Fonte Velha do Rossio*⁸⁷:

F[onte] N[ova] / Poes eu me lembro que me cantaua meu Páy, o s.^r Chafaris, q
Deos perdoe, que a Raynha D. Catarina ultima deste Reyno; sahia m.^{tas} tardes
a passear pella Ribeira, em húas andas⁸⁸ de duas zeuras⁸⁹, e se prezaua tanto de
Mây como de Senhora dos Seus seruindosse de aceitar das molheres q[ue] uendião

⁸⁶ D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, *As Segundas Três Musas*, ensaio crítico, selecção e notas de ANTÓNIO CORREIA DE A. OLIVEIRA, 1.^a edição, Lisboa, 1945, p. 83.

⁸⁷ D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, *A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro*, edição fac-similada e leitura do autógrafa (1657), introdução e comentário por GIACINTO MANUPPELLA, Coimbra, 1962, pp. 352-355.

⁸⁸ 'Liteira', meio de transporte de pessoas. Em rigor, as andas são os varais da liteira (GIACINTO MANUPPELLA, *ob. cit.*, p. 630).

⁸⁹ Zebras 'mulas resultantes do cruzamento do burro selvagem (zevro ou zebro) com uma égua' (cf. GIACINTO MANUPPELLA, *ob. cit.*, pp. 597-598).

por essas cabanas as padinhas de pão q̄ já lhe tinham guardado para lhe oferecer quando passasse. E que ella lhes sabia os nomes, e lhes fallava m.^{to} a proposito e com boa gráca.

Não poupa Vieira (1608-1697) louvores a Lisboa, à «mais deliciosa terra do mundo», nem ao «celebradíssimo Tejo», que lhe serve de espelho, na sua tão característica e grandiloqua linguagem⁹⁰:

Lava o celebradissimo Tejo com as suas correntes as ribeiras de Lisboa, fazendo espelho aos montes e torres d'aquella antiquissima cidade que na prerrogativa dos anos excede a todas as que os contam por séculos.

O mar, finalmente, na monstruosa fecundidade, porque n'aquella campina imensa, que não secca o sol nem regam as chuvas, assim como nos prados da terra pastam os rebanhos dos gados maiores e menores, assim alli se criam sem pasto os maritimos em innumeravel multidão e variedade, entrando pela barra da cidade em quotidianas frotas, tanto para a necessidade dos pequenos, como para o regalo dos grandes; sendo n'esta singular abundancia Lisboa, não só a mais bem provida, mas tambem a mais deliciosa terra do mundo.

Em artigo assinado por Maria de Lourdes Belchior lê-se, no *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, ter sido o «Dr. António Barbosa Bacelar (1610-1663) um dos poetas mais engenhosos e inspirados da *Fénix*»⁹¹.

De Bacelar aqui se recorda uma oitava heróica das suas «Saudades de Aónio»⁹²:

[...]

O Tejo, que por campos dilatados
Em seus puros crystaes o Ceo retrata,
Se quando desses ares condensados
Em diluvios a nuvem se desata,
Corre menos formoso ao mar turbados
Os cabedaes immensos da sua prata,
Tanto que o ceo sereno se descobre,
Então torna a cobrar seu preço nobre.

[...]

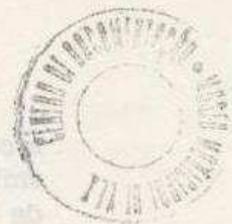
Em poema áulico de António de Vilas Boas e Sampaio (1629-1701), comemorativo dos festejos nupciais de D. Catarina, filha do *Restaurador*, na sua partida para a Inglaterra, é o Tejo jactancioso interlocutor da princesa, crendo-se mesmo mais importante que o próprio Neptuno⁹³:

⁹⁰ PADRE ANTÓNIO VIEIRA, *Cartas*, in MARIO GONÇALVES VIANA, «Antologia Olisiponense. Conceituação Global de Lisboa», *Boletim Cultural* da Junta Distrital de Lisboa, série II, n.ºs 59-60, Lisboa, 1963, pp. 81-82.

⁹¹ JACINTO DO PRADO COELHO (dir.), *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Porto, 1960, p. 258.

⁹² ANTÓNIO BARBOSA BACELAR, «Saudades de Aónio», *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portugueses* [...], ed. cit., p. 156.

⁹³ ANTÓNIO DE VILAS BOAS E SAMPAIO, «Saudades do Tejo e de Lisboa, na Ausencia da Senhora Catharina, Raynha da Gran-Bretanha Cantadas por Aónio Vizinho das Ribeiras do Cavado», in *Poesias de Villas Boas e Sampaio*, Coimbra, 1841, p. 20.



Esse Neptuno, quando na crescente
 A visitar-me vem, todo se espanta
 E tendo enveja grande do que eu vejo
 Deixara de ser mar, só para ser Tejo.

Adiante, ao descrever as ornamentações festivas, acrescenta o epitalâmio ⁹⁴:

Dali por onde o Tejo a leve prata
 Mais conhecida, que a dourada areia,
 Junto com ribeira das naus até,
 Formando de ouro, e prata uma só teia
 De madeira uma ponte se dilata.
 Sobre o rio, que as águas senhoreia
 Por onde el-Rei e Sua Alteza entraram
 Com a Rainha e dela se embarcaram.

Fr. Lucas de Santa Catarina (1660-1720) deixou, sob o anagrama Félix de Castanheira Turacem ⁹⁵, na segunda novela do seu *Serão Político, Abuso Emendado* — onde «põe a nu as mazelas da poesia do tempo, o desregramento da metáfora, o exagero da hipérbole, as antíteses absurdas, o abuso dos equívocos e da mitologia, a monótona repetição dos mesmos artifícios e o estilo difuso [...]» ⁹⁶ — uma saborosa paródia à temática e ao estilo das églogas, incluindo as piscatórias, que não dispensavam o Tejo para cenário ⁹⁷:

Sai uma *Égloga de Sátiros*

Metamo-nos agora no mar, e vamos a uma eglogazinha.

Vem uma *Piscatória*. Entra-se em uma praia, e acha-se um vilão ruim, descalço de pé e perna, lançado sobre uma barca, bocejando cuidados, e arrotando suspiros, e encaixa-nos um Poeta Cristão que o tal se chama *Alcido*, e era muito melhor *Manuel Jorge*, que inculca homem do mar, e supõe Baptismo; que as *Églogas* não estão obrigadas a ser em terras de Mouros; a barca está atada a um tronco; o mar é o *fermoso Tejo*, com umas *areias de ouro*, umas *ondas de prata*; e o bom do *Alcido* sem um vintém na bolsa [...].

O meu barqueirinho [...] levanta a cárrega de cabeça do quarto de modorra, e começa a correr com os olhos longos o solitário daquelas praias; e vendo que não aparece pé de ninfa, começa a chorar como uma criança; e tirando de um rabil, ou cousa que o valha (que o diabo lho depara ali), põe-se com voz rouca e entoada a dizer à dita ninfa que venha, que ali lhe traz os *torcidos camarões*, e os *cambaios caranguejos* (que na verdade é um arzeado presente para se apresentar a uma dama).

⁹⁴ Id., *ib.*, p. 34.

⁹⁵ A identificação é de DIOGO BARBOSA MACHADO (*Biblioteca Lusitana*, t. III, Lisboa, 1725, p. 42). Cf. a ed. de MANUEL LOPES DE ALMEIDA, Coimbra, 1966.

⁹⁶ Cf. artigo de LUÍS DE SOUSA REBELO, in JACINTO DO PRADO COELHO (dir.), *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Porto, 1960, p. 522.

⁹⁷ FELIX DA CASTANHEIRA TURAGEM, *Serão Político, Abuso Emendado Dividido em Tres Noites para Divertimento dos Curiosos*, 2.^a ed., Lisboa, na Oficina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de sua Majestade, 1724, pp. 134-135. Publicada a obra pela primeira vez em 1704, foi escrita antes de 1695 (cf. artigo de LUÍS DE SOUSA REBELO, in *ob. cit.*, p. 523).

Eis que começam a turbar-se as águas, e descobre de entre as inquietas ondas a cabeça um desaforado *Tritão* com uns bigodes de limos e uns cabelos do mesmo, embrechados de bribigões, e amêijoas, umas sobranceiras curiosamente arqueadas de perceves, e caranguejos, e pegando em um côncavo e torcido búzio, começa a desafiar ao pobre *Alcido*, que estava quieto na sua barca pensamenteando o seu marisco, Chama-se sempre este *Tritão*, *Glauco*, e é grande velhacão, e grande namorado, e também faz os versos, e naquele corpo de estopa tem um peito de cambray, todo esbandalhado de setas de Cupido, e acabou-se a *Égloga*.

Amenizando tanto sarcasmo, responde a Verdade que, não obstante existirem *églogas* «com mil disparates, onde tão rústico é o assunto como o estilo», outras há, «alegóricas, onde se vê o mais fino da Poesia», o que leva o autor a reconciliar-se com o género⁹⁸.

Três quartos de século passados sobre esta sátira, João Xavier de Matos (c. 1730-1789) n'Os *Pescadores*⁹⁹, recriará num poema que tem por pano de fundo o «Tejo undoso» e das «verdes ondas», um tal *Alcino*, empenhado em ofertar à sua requestada os presentes que Frei Lucas tanto ridicularizara¹⁰⁰:

Lodosos mexilhões, ruivas lagostas,
Pardas amêijoas, louras cadelinhas,
(Porque, Trisca, sei que disto gostas)
Pesquei cuidando que hoje a ver me vinhas
Frescas tainhas, bogas prateadas
Esta tarde pesquei no Tejo undoso
Num vimíneo cestinho estão guardadas.

Estas peças, não obstante todo o artificialismo de que se revestem, fornecem úteis indicações sobre a actividade da pesca e dão certa nota de autenticidade ao seu todo convencional, como nesta alusão à poesia bucólica de eras passadas¹⁰¹:

Vós usais de expressões as mais limadas
Dos sábios cortesãos bem entendidas
Que entre nosoutros não são usadas,
Mas bom é que estudeis frases polidas
Pois da boca de simples pescadores
Elas já foram noutro tempo ouvidas.

A anónima *égloga piscatória* *Fileno Desenganado*, cujos interlocutores são *Glauco*, pescador velho, e *Fileno*, pescador jovem (além de *Celia*, pastora), antropónimos que muito desagradavam a Frei Lucas de Santa Catarina, esclarece que¹⁰²:

⁹⁸ *Ob. cit.*, p. 137.

⁹⁹ JOAO XAVIER DE MATOS, *Os Pescadores. Écloga*, Lisboa, na Oficina de Francisco Sabino dos Santos, 1777.

¹⁰⁰ *Id.*, *ib.*, pp. 11-12.

¹⁰¹ *Id.*, *ib.*, p. 14.

¹⁰² *Fileno Desenganado*, Lisboa, na Oficina de Domingos Gonçalves, 1787, pp. 1-2.

Neste tempo sahião da choupana
 Glauco pescador velho com Filleno
 [...]
 Caminhão ambos para o Tejo ameno.
 Vamos Filleno meu, vamos ao Rio
 Que o dia nos promete bello ensejo,
 Já em cardume os saveis, vão num fio,
 Buscando a vêa do fecundo Tejo
 Temos o dia claro, o tempo estio.
 [...]

Este tipo de linguagem perdurou, durante muito tempo e com muito agrado, no gosto popular.

Num folheto em prosa, anónimo e não datado, mas com o carisma dos conhecidos por Literatura de Cordel¹⁰³, o sugestivo título de *Nova Relação da Batalha Naval, Que Tiveram os Algarvios com os Saveiros nos Mares Que Confinão com o Celebrado Paiz da Trafaria*¹⁰⁴, põe em evidência, com algum humor, as razões profissionais surgidas entre pescadores do Tejo — metonimicamente designados por *Saveiros*¹⁰⁵ — e alguns de fora da barra, que vinham disputar-lhes a primazia.

Neste texto, desentranha-se o autor em encomiásticas louvações ao rio, ao gosto das aludidas églogas piscatórias (p. 2):

[...] pois quando as ondas do aprazivel Tejo, com os mais socegados movimentos, se extendião pellas suas areozas prayas, a donde desfazendo-se em crystalinas perolas, se multiplicavão os brilhantes cristais [...].

A refrega levou o Tejo a mudar de cor (p. 4), como Garrett fará depois no canto I do seu *Camões* («Vira o Tejo suas águas cristalinas / Roxas ali de sangue; [...]»):

[...] o sangue que já era tanto, que chegava a tingir as brancas areas das cristallinas prayas; e qual outro Mar Vermelho appareco o nosso Tejo nesta ocazião [...].

Francisco Manuel do Nascimento (1734-1819), o arcádico Filinto Elísio, descendente de ílhavos radicados em Lisboa e com ocupações ligadas ao rio, teve, numa manhã oitocentista de Julho, segundo diz em nota o próprio vate, esta visão luminosa daquela corrente de água¹⁰⁶:

Quem viu do Tejo erguer-se um fumo brando
 Com visos de alva cassa transparente;
 Corar-se ao Sol roxeando no Oriente,

¹⁰³ O autor faz menção expressa dessa qualidade, no fim do relato: «[...] e só se suspeita com certeza, que esta passará por dez reis, para a mão de qualquer curiozo, que Deos guarde para sustento dos Cegos, e amparo das tavernas».

¹⁰⁴ Impresso na Catalunha, «en la Imprenta de Francisco Guevarz», 5 pp. (inum.).

¹⁰⁵ 'Barcos alongados', de fundo chato e duas proas desenvolvido pelos pescadores da ria de Aveiro e por estes espalhados por toda a costa ocidental, com penetração pelos estuários do Tejo e do Sado. Garrett referiu-os no Douro (ALMEIDA GARRETT, *O Arco de Sant'Ana*, com um prólogo por TEÓFILO BRAGA, Porto, s. d., p. 121).

¹⁰⁶ FILINTO ELÍSIOS, *Poesias*, selecção, prefácio e notas de JOSÉ PEREIRA TAVARES, Lisboa, 1941, pp. 204-205.

Entre neve e carmim luzes cambiando;
Quem viu este vapor ir-se moldando
Em mil formas, de aspecto diferente,
Qual, nas formas, cristal resplandecente
Vai diversas effigies aceitando;
Se acaso viu fingir-se a névoa pura
Nalvos membros de dama delicada,
Talhados pela mão da formosura,
Viu em tosco uma cópia debuxada
Daquela em que empreguei toda a ternura,
Do meu bem, minha Márcia tanto amada.

Já o mordaz Nicolau Tolentino (1740-1811), ora triste, ora ledó, como as águas, invectiva o Tejo desta maneira alternadamente acre e súplice¹⁰⁷:

Que lágrimas levaste,
Pátrio Tejo, na escura veia,
Quando turvo passaste!
E as ondas, que quebravas sobre a areia,
Que cinzas que regaram!
Que triste sangue para o mar levaram.
[...]
Mas torna, ó manso Tejo,
Torna a volver corrente prateada!

O mesmo Tolentino, satirizando no famoso poema *O Bilhar* o «estilo sibilino» e o tom presumido que nas odes se usavam, chama o rio para suporte desses «versinhos» que ele tanto estranhava¹⁰⁸:

[...]
Sei tudo, e unicamente me confundo
c'uns tais versinhos, que eu não via dantes;
aos novos ursos todo o povo acode,
o estilo é sibilino, o nome é *ode*.

Fazê-las eu não posso nem desejo,
porém, sei conhecê-las facilmente:
Co'as verdes mãos, o serpeado Tejo
alça o trilingue, mádido tridente;
mas que Górgona filtra? Eu vejo, eu vejo ...
em dizendo isto, é ode, certamente;
é filha d'arte a escuridade delas,
é um preceito das desordens belas.

¹⁰⁷ NICOLAU TOLENTINO DE ALMEIDA, in JOÃO DE CASTRO OSÓRIO, *Cancioneiro de Lisboa (Séculos XIII-XX)*, vol. II, Lisboa, 1956, pp. 87-88.

¹⁰⁸ *Sátiras de NICOLAU TOLENTINO*, selecção, prefácio e notas de RODRIGUES LAPA, 3.ª ed., Lisboa, 1969, pp. 88-89.

O estro de Bocage (1765-1805), a quem, como a Camões, o destino fizera «perdendo o Tejo, arrostar co sacrílego gigante»¹⁰⁹, certo de que nada era já¹¹⁰, assim se despede da vida e do rio¹¹¹:

Não mais, ó Tejo meu, formoso e brando,
A margem fértil de gentis verdores,
Terás de alta Ulisseia um dos cantores,
Suspiros no áureo metro modulando!

Rindo não mais verás, não mais brincando
Por entre as ninfas e por entre as flores,
O coro divinal dos nus Amores,
Dos Zéfiros azuis o afável bando.

Co'a fronte já sem mirto e já sem loiro,
O arrebatada de rojo a mão da Sorte
Ao clima salutar e à margem de oiro:

Ei-lo em fragas de horror, sem luz, sem norte.
Soa, daqui, dali, piado agoiro;
Sois vós, desterro eterno, ermos da Morte!

No entanto, o poeta vira outrora prazenteiros sorrisos naquelas águas, noutras claras manhãs, em que coloridas borboletas voluteavam, abelhinhas sussurrantes giravam nos ares e rouxinóis suspirosos pousavam nas ramadas¹¹²:

Olha, Marília, as flautas dos pastores,
Que bem que soam, como estão cadentes!
Olha o Tejo a sorrir-se! Olha: não sentes
Os zéfiros brincar por entre as flores?

E ao deixar Lisboa para cumprir, na Índia, seu triste fado¹¹³, ali carpindo, como outro grande, «gostos vãos» que em vão desejava¹¹⁴, a si próprio se invectiva de «tirano» que um qualquer «tigre gerara»¹¹⁵:

Ah! Que fazes, Elmano! Ah! Não te ausentes
Dos braços da Gertrúria carinhosa.
Trocas do Tejo a margem deleitosa
Por bárbaro país, bárbaras gentes!

¹⁰⁹ *Obras Escolhidas de BOCAGE*, prefácio e notas de HERNANI CIDADE, vinhetas e ilustração de LIMA DE FREITAS, vol. I, Lisboa, 1967, p. 92.

¹¹⁰ «Já Bocage não sou! A cova escura / Meu estro vai parar, desfeito em vento [...]» (Id., *ib.*, p. 204).

¹¹¹ Id., *ib.*, p. 82.

¹¹² Id., *ib.*, p. 21.

¹¹³ Id., *ib.*, p. 92:

Camões, grande Camões, quão semelhante,
Acho teu fado ao meu, quando os cotejo!
Igual causa nos fez, perdendo o Tejo,
Arrostar co'o sacrílego gigante.

¹¹⁴ Id., *ib.*, p. 92.

¹¹⁵ Id., *ib.*, p. 81.

Um tigre te gerou, se dó não sentes,
Vendo tão consternada e tão saudosa
A tágide mais linda e mais mimosa
Ah! Que fazes, Elmano! Ah! Não te ausentes!

Para João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854), no poema trágico *Camões*, fora das regras¹¹⁶ e dos princípios clássicos, segundo o seu exagerado dizer, o Tejo está sempre presente e é evocado de forma nostálgica e panegírica, como se adequava ao tema e se colhe dos seguintes exemplos da romântica narrativa:

A foz do Tejo — ao Tejo, ó deusa, ao Tejo
Me leva o pensamento que esvoaça¹¹⁷.

Vira o Tejo suas águas cristalinas
Roxas ali de sangue [...] ¹¹⁸;

Esta se abria majestosa cena
D'ante os olhos dos nautas que sulcavam
Áureos caudais do Tejo. [...] ¹¹⁹;

De tais ideias combatido o ânimo,
Um dia às margens do formoso Tejo,
Curtindo acerbas dores, passeava ¹²⁰,

Água acima passava uma falua;
Bradei, acodem, a Lisboa volto,
E ao outro dia, na maré da tarde,
Da popa dum galeão via fugindo
O Tejo, as suas ribas deliciosas ¹²¹,

O Tejo o ouviu no algoço de suas grutas,
E em despeitoso brado lhe responde ¹²².

Entanto as velas
Já pelo Tejo undívago branqueiam ¹²³

Onde levas tuas águas, Tejo aurífero?
Onde, a que mares? Já teu nome ignora
Neptuno que de ouvi-lo estremecia.
Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
Ficará de tua glória? [...] ¹²⁴

¹¹⁶ ALMEIDA GARRETT, *Camões*, edição conforme a revista pelo autor, com um estudo por CAMILO CASTELO BRANCO, Porto, s. d., p. XLVII.

¹¹⁷ Id., *ib.*, p. 2.

¹¹⁸ Id., *ib.*, p. 12.

¹¹⁹ Id., *ib.*, p. 19.

¹²⁰ Id., *ib.*, p. 49.

¹²¹ Id., *ib.*, pp. 64-65.

¹²² Id., *ib.*, p. 153.

¹²³ Id., *ib.*, p. 156.

¹²⁴ Id., *ib.*, p. 166.

Nas *Viagens*¹²⁵, o rio é para o autor mais real, e encarado por aspectos prosaicos e utilitários, com indicação expressa dos seus lugares marginais, dos portos que o bordejam (Alhandra, Vila Franca, «a que foi de Xira, e depois da Restauração, e depois outra vez de Xira, quando a tal restauração caiu»¹²⁶, o «triste desembarcadouro de Vila Nova da Rainha»¹²⁷, etc.):

[...] A um lado a imensa majestade do Tejo em sua maior extensão e poder, que ali mais parece um pequeno mar mediterrâneo; [...] ¹²⁸.

Depois do mais «regalado sono»¹²⁹ de toda a sua vida, na casa mesmo ao lado da «famosa e histórica Igreja de Santa Maria da Alcáçova»¹³⁰, em Santarém, e aturdido com o «repicar incessante e apressurado dos sinos da mesma Alcáçova»¹³¹, deu o autor como mais belo, grandioso e simultaneamente ameno painel em que ainda pusera os olhos:

No fundo de um largo vale aprazível e sereno, está o sossegado leito do Tejo, cuja areia ruiva e resplandecente apenas se cobre de água junto às margens, donde se debruçam verdes e frescos ainda os salgueiros que as ornaram e defendem. Dalém do rio, com os pés no pingue nateiro daquelas terras aluviais, os ricos olivedos de Alpiarça e Almeirim [...] ¹³²:

Santarém é um livro de pedra, encadernado em esmalte de verde e prata pelo Tejo e por suas ribeiras [...] ¹³³.

E, para finalizar esta digressão romântica pelas *Viagens*, uma visão pouco lisonjeira, e mesmo desolada, das afamadas Portas do Sol¹³⁴:

Chegámos à porta do *Sol*; sentámo-nos ali a gozar da majestosa vista. É majestosa mas triste. A ribanceira que dali corta a baixo, até ao rio, é árida e quase calva: cobrem-na apenas, como a mal povoada nuca de um velho alguns tufos de verdura cinzenta e grisalha de um arbusto rasteiro, meio *frutex* meio herbáceo que aqui chamam «Salgadeira» e que a tradição diz ter vindo de África para segurar a terra nestes taludes e precipícios [...].

Esta porta do sol dizem que é onde se faziam as execuções em tempos antigos. Foi bem escolhido o sítio; não o há mais triste e melancólico [...] ¹³⁵.

¹²⁵ ALMEIDA GARETT, *Viagens na Minha Terra*, com introdução e notas de AUGUSTO DA COSTA DIAS, Lisboa, 1963.

¹²⁶ Id., *ib.*, p. 10.

¹²⁷ Id., *ib.*, p. 18.

¹²⁸ Id., *ib.*, p. 10.

¹²⁹ Id., *ib.*, p. 207.

¹³⁰ Id., *ib.*, p. 203.

¹³¹ Id., *ib.*, pp. 207-208.

¹³² Id., *ib.*, p. 208.

¹³³ Id., *ib.*, p. 212.

¹³⁴ Id., *ib.*, p. 225.

¹³⁵ Id., *ib.*, TORGA não tem tão pessimista opinião sobre o mesmo local (cf. MIGUEL TORGA, *Portugal*, 2.ª ed. refundida, Coimbra, 1957, p. 105).

O jornalista, novelista e historiador que foi Alexandre Herculano de Carvalho Araújo (1810-1877) — o «homem de maior prestígio intelectual e moral da sua geração. Personalidade completa, acabada, se as há»¹³⁶ — escreveu, n'*A Voz do Profeta*, estas palavras laudatórias à sua cidade natal¹³⁷:

Lisboa, cidade de mármore, rainha do oceano, tu és a mais formosa entre as cidades do mundo.

A brisa que varre os teus outeiros é pura como o céu azul, que se espelha no teu amplo porto, semelhante a grande mar.

[...]

As tuas armadas aravam as campinas do oceano, e neste nem uma vaga deixou de gerar debaixo das naus do Tejo.

[...]

Então, ó cidade do Tejo, reinavas tu e eras forte, mais do que Roma ou Cartago; mas o império e a força vinham-te das virtudes de teus filhos, dos homens a quem sem pudor chamamos nossos avós.

Vivificavam-te o seio um sem-número de bem-nascidos espíritos, e eras seminário feracíssimo de corações generosos.

Porém, que te resta hoje do antigo esplendor, da glória de tantos séculos? Um eco do passado nas páginas da história, o sol puro da tua primavera, os restos dos paços e templos que os terramotos te não consumiram, e o grande vulto das águas do amplo ádito do Tejo.

O autor de *Eurico, o Presbítero*, em carta dirigida a António de Melo S. Lourenço, a qual constitui artigo inserto num número d'*O Panorama* de meado do século passado, escrevia ao avistar o vale do Tejo¹³⁸:

A direita deles [os campos de Alvisquer], as águas do Tejo dilacerado no seu curso, ora dormente nas valas, ora escoando-se por entre as ínsuas e mouchões [...].

O romântico beirão Tomás Ribeiro (1831-1901), fazendo crer que não conhecia a capital — «Eu nunca vi Lisboa, e tenho pena» —, cantou-a e ao rio, nos versos do *Dom Jaime*¹³⁹:

De Lisboa os monumentos
Quem os pudera pintar!
As igrejas, os conventos,
O Tejo, as torres, o mar
Bordado de naus aos centos
De mil diversas bandeiras!
Essas praças galhofeiras,

¹³⁶ Cf. artigo de HERNANI CIDADE, in JACINTO DO PRADO COELHO (dir.), *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Porto, 1960, p. 303.

¹³⁷ A. HERCULANO, *Opúsculos*, t. I, *Questões Públicas* (tomo I), 7.ª ed., Amadora, s. d., pp. 75-77.

¹³⁸ A. HERCULANO, «Na Estremadura (Fragmento) Carta Primeira. A António de Melo S. Lourenço», *O Panorama*, vol. XI, Lisboa, 1854, p. 203.

¹³⁹ TOMÁS RIBEIRO, *Dom Jaime*, com uma conversação preliminar pelo senhor visconde de Castilho, 10.ª edição, corrigida, Porto, 1901, pp. 125-128.

Esses largos, esses cais,
O vozear da cidade,
E a solene majestade
Dos velhos paços reais.

Um dos mais originais poetas da Literatura Portuguesa, que calcorreava, desperto, as ruas da cidade e observava lucidamente a realidade urbana, Cesário Verde (1855-1886), plastificou, nos versos de *O Sentimento dum Ocidental*, os trabalhadores do «viscoso rio» que tanto o fazia sofrer¹⁴⁰:

Nas nossas ruas, ao anoitecer,
Há tal soturnidade, há tal melancolia,
Que as sombras, o bulício, o Tejo, a maresia
Despertam-me um desejo absurdo de sofrer.

[...]
Vazam-se os arsenais e as oficinas;
Reluz, viscoso, o rio; apressam-se as obreiras;
E num cardume negro, hercúleas, galhofeiras,
Correndo com firmeza, assomam as varinas.

Vêm sacudindo as ancas opulentas!
Seus troncos varonis recordam-me pilastras;
E algumas, à cabeça, embalam nas canastras
Os filhos que depois naufragam nas tormentas.

Descalças! Nas descargas de carvão,
Desde manhã à noite, a bordo das fragatas;
E apinham-se num bairro aonde miam gatas,
E o peixe podre gera os focos de infecção!
[...]

¹⁴⁰ CESÁRIO VERDE, «O Sentimento dum Ocidental», *O Livro de Cesário Verde*, 11.ª edição revista por CABRAL DO NASCIMENTO, Lisboa, s. d., pp. 93 e 95.

De Ferraz de Azevedo Antonio N. (1898-1973), admirável poeta
e uma das personalidades mais importantes da literatura
contemporânea do Brasil

ESCRITOS E ESCRITORES CONTEMPORÂNEOS

Deitado, na cama deserta, a esta manhã de Junho,
Cito, ped' lado da barra, cito ped' Yeddykany,
Cito e contemplo-as vir,
Pequeno, negro e claro, nos pequenos estandão,
Uma mala longa, nua, clarear à sua memória,
Deita no ar distante atrás de si a orla de do seu filho,
Vai, deitado, e a manhã entre uma ela, e do rio,
Aqui, aqui, acorda e não acredita,
Erguem-se velas, avança o laboratório,
Surtem barulho pedras de trás das portas que estão no porto,
E a uma vela brava,
Mas a minh'alma não vem, e que não vem,

[...]

Ah, todo o que é uma manhã de pairol
E quando o tempo largo do que
E se repete de repente que se abate um tempo
Entre o céu e o mar,
Tudo em, não sei porquê, uma angústia recente,
Uma névoa de estruturas de traves,
Que trilha no ar das mãos negativas retidas
Como a presença física onde a madrugada sepa,
E me diverte como uma fealdade-duma poesia
Que fosse misteriosamente trilha

* Publicado no livro "Obras Completas de Ferraz de Azevedo", Volume 1, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1973.

** Publicado no livro "Obras Completas de Ferraz de Azevedo", Volume 1, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1973, pp. 101, 102, 103 e 104.

De Fernando António Nogueira Pessoa (1888-1935), «admirável poeta e uma das personalidades mais complexas e representativas da literatura europeia do século XX»¹⁴¹, algumas estrofes da *Ode Marítima*¹⁴²:

Sozinho, no cais deserto, a esta manhã de Verão,
Olho pró lado da barra, olho pró Indefinido,
Olho e contenta-me ver,
Pequeno, negro e claro, um paquete entrando.
Vem muito longe, nítido, clássico à sua maneira.
Deixa no ar distante atrás de si a orla vã do seu fumo.
Vem entrando, e a manhã entra com ele, e no rio,
Aqui, acolá, acorda a vida marítima,
Erguem-se velas, avançam rebocadores,
Surgem barcos pequenos de trás dos navios que estão no porto.
Há uma vaga brisa.
Mas a minh'alma está com o que vejo menos,

[...]

Ah, todo o cais é uma saudade de pedra!
E quando o navio larga do cais
E se repara de repente que se abriu um espaço
Entre o cais e o navio,
Vem-me, não sei porquê, uma angústia recente,
Uma névoa de sentimentos de tristeza
Que brilha ao sol das minhas angústias relvadas
Como a primeira janela onde a madrugada bate,
E me envolve como uma recordação duma pessoa
Que fosse misteriosamente minha

¹⁴¹ JACINTO DO PRADO COELHO, *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Porto, 1960, p. 609.

¹⁴² FERNANDO PESSOA [ALVARO DE CAMPOS], «Ode Marítima», *Poesias*, Obras Completas de Fernando Pessoa, vol. II, Lisboa, 1964, pp. 160, 161, 169 e 190.

[...]

Todo o vapor ao longe é um barco de vela perto.
Todo o navio distante visto agora é um navio no passado visto próximo.
Todos os marinheiros invisíveis a bordo dos navios no horizonte
São os marinheiros visíveis do tempo dos velhos navios,
Da época lenta e veleira das navegações perigosas,
Da época de madeira e lona das viagens que duravam meses.
Toma-se pouco a pouco o delírio das coisas marítimas,
Penetram-se fisicamente o cais e a sua atmosfera,
O marulho do Tejo galga-me por cima dos sentidos,
E começo a sonhar, começo a envolver-me do sonho das águas,
Começam a pegar bem as correias-de-transmissão na minh'alma
E a aceleração do volante sacode-me nitidamente.

[...]

Ah, como pude eu pensar, sonhar aquelas coisas?
Que longe estou do que fui há uns momentos!
Histeria das sensações — ora estas, ora as opostas!
Na loura manhã que se ergue, como o meu ouvido só escolhe
As cousas de acordo com esta emoção — o marulho das águas,
O marulho leve das águas do rio de encontro ao cais...
A vela passando perto do outro lado do rio,
Os montes longínquos, dum azul japonês,
As casas de Almada,
E o que há de suavidade e de infância na hora matutina!...

Uma gaivota que passa,
E a minha ternura é maior.

Ao colorido panfletista da sociedade portuguesa do cair do Século, José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911), enternece-o o Tejo, em certa manhã dos finais de Março de 1891¹⁴³:

[...] Enquanto o vapor não chega detenho-me a abranger amorosamente, dos terraços da estação do Barreiro, a marinha plácida que a meus olhos se desenrola, um quase nada perdida nas musselinas ondeantes da manhã. O sol não rompe, há vento, e como choveu de noite, um vago véu de lágrimas suspende-se no espaço, e irrita-me a respiração de frígidas picadas. Daquela altura da riba, a expansão que faz o Tejo dá-me uma sensação de taça cheia, tão fechado o circuito das suas margens... No primeiro plano, à direita, uma língua de areia contém moinhos e casarelhos brancos, muros de quinta, oliveiras e eucaliptos tristes que se acurvam a saudar a lufada húmida da aurora, vinda da barra. Pela esquerda é uma barreira brusca de terra vermelha, alteada, chanfrada, comida dos assaltos das cheias, rachada da água, com cabelugens de mato e pinheiros anões dum verde bronze.

[...]

¹⁴³ FIALHO D'ALMEIDA, *Os Gatos*, nova edição, revista, prefaciada e anotada por ALVARO J. DA COSTA PIMPAO, 4.º vol., Lisboa, 1949, pp. 106-108, 110-111, 127, 129-130.

[...] Circunscrevemos a ponta dos moinhos, e a enseada alarga-se, a toalha líquida desdobra-se — a água mal se enruga, uma placidez d'espelho reflecte os mastros das barcaças — e ainda por alguns instantes a fragata nos leva empós de si o olhar artista, que lhe aprecia a *mancha*, como um momento de luz a escorrer de sensação. Na ré, curvando-se a cada instante aos movimentos da corda que põe em riste a vela, a figura colossal do rapaz é linda d'energia, e a lentidão da manobra, constante duma série de movimentos análogos de duração e d'amplitude, parece feita de versos mimados, cujo magnífico ritmo enche duma ternura física a natureza.

[...]

[...] Já as margens do rio se afastam, verdadeiramente vencidas pela força d'expansão do volume d'água, que vai de rio a oceano, e abarca no mar da palha, uma distância intérmina e radiosa.

[...]

Marchamos a vapor; em pleno mar da palha, há vento; a vaga porém, dulcíssima como um semicúpio morno, faz a perder de vista uma alcatifa de felpo, por onde o barco pisa alegremente. A vastidão do horizonte é maravilhosa, e com detalhes supremos de transparência matinal.

[...]

[...] Assim, mau grado a sua magnificência e largura panorâmica, essa marinha guarda sempre uma nitidez de vinheta a talhe doce, é um golfo de mágica, volatizado de poeiras d'oiro, e onde só faltam sereias e tritões, empurrando a concha de Neptuno.

[...]

[...] Enfim a barca. Oh Deus, como é bonito! e como eu gostaria de ser um barqueiro sardento, hercúleo, ruivo-oiro-potente assim descalço, espécie de girassol lacustre dalguma heróica flora acorrentada às mitologias da infância deste rio! Ter uma barca assim em pão de bico, nos polos revirada como as gôndolas, chata de fundo, o almagre da vela à luz morrente, e toda a vida cantando rio abaixo, a balada d'Ofélia, com o pampilho ribatejano, que na terra guia o toiro — na água servindo de remo, haste da vida, movida sob a estria d'aço do meu músculo! Leziria plena e rio pleno, água e verdura, salgueiros por toda a parte — bemaventurados os que choram! — mergulhando os cabelos verdes na corrente.

[...]

[...] Naquele ponto do Tejo a água espraia-se numa enseada grande e toda unida; a corrente é fortíssima mas sem ondas. Da banda esquerda, uma espécie d'ínsula cheia de choupos podados nas pernadas, troncos torcidos, ribanceiras sombrias em declive, tem casas de madeira onde há um posto de trabalhadores para a projectada ponte do ramal ferroviário entre Vendas Novas e Santana.

[...]

[...] e neste ponto as minhas notas dizem que o rio se alarga ainda mais, barrento d'águas, com todas as margens verdes e floridas, que o céu se vai cobrindo outra vez duma felpa baixa e movediça, e que o barqueiro de Porto Muge era efectivamente o da Barca do Inferno, ressuscitado por uma alucinação visual de leituras feitas por mim na noite anterior.

[...]

Pela aguçada pena de Alberto Pimentel (1849-1925) perspicazmente se denuncia um dos caracteres mais vincados dos Lisboetas — a platónica adoração pelo seu rio. Após ter anunciado que iria navegar Tejo acima, perante o espanto dos amigos, comenta a pergunta de um deles (— Pois o senhor não sabe que o Tejo é só para ver?)¹⁴⁴:

Em verdade, para a maior parte dos lisboetas, o Tejo não serve para outra coisa.

Sendo grande de mais para meter dentro de uma redoma e pôr em cima de uma mesa, deixam-no estar onde a natureza o colocou, mas contentam-se em olhar para ele de tempos a tempos como para o retrato de um avô ilustre.

É um avô o Tejo, do qual se contam façanhas gloriosas; portanto, um avô ilustre, também.

Foi grande, muito mais do que hoje, na glória e no tamanho, porque já passou a época em que o povoavam as naus da Índia e do Brasil, e porque lhe foram comendo um bocado para fazer o Aterro, um bocadão para as obras do porto, de modo que o pobre Tejo está dentado, ratado como os juros das inscrições e o vosso crédito.

Alfredo Mesquita (1871-1931), inspirado jornalista de Lisboa, abre com estas palavras o capítulo «Tejo» do seu estudo sobre a cidade¹⁴⁵:

Lisboa tem, em todos os tempos, merecido a consideração de um dos primeiros portos da Europa, e tal importância procede da sua óptima barra, do seu excelente ancoradouro e da sua posição geográfica.

Pouco além, acrescenta¹⁴⁶:

O pátrio Tejo, tão célebre nas canções dos poetas e tão conhecido até na Ásia, pelo arrojo dos nossos navegantes e conquistadores, desce do reino vizinho e, depois de fertilizar os nossos campos, vem dar à majestosa Lisboa o seu principal merecimento, formando o vasto, seguro e formoso porto, que a constitui um empório marítimo e que é geralmente reputado o mais excelente da Europa [...].

Remata depois desta forma exemplar¹⁴⁷:

Princesa das cidades do Mundo — chamou o Poeta português à insigne cidade de Lisboa; e não com menos propriedade outro poeta lhe chamou — Rainha das águas do Universo, olhando bem a majestade com que, sobre as praias do Tejo, que lhe servem de sólio, preside a todas as praias do mar.

Não resistindo à sedução da Ribeira, o mesmo olisipógrafo registou ainda¹⁴⁸:

¹⁴⁴ ALBERTO PIMENTEL, *Sem Passar a Fronteira*, Lisboa, 1902, p. 17.

¹⁴⁵ ALFREDO MESQUITA, *Portugal Pitoresco e Ilustrado*, I. Lisboa, 1903, p. 89.

¹⁴⁶ Id., *ib.*, p. 90.

¹⁴⁷ Id., *ib.*, pp. 103-104.

¹⁴⁸ Id., *ib.*, p. 120.

Se há sítio que represente e consubstancie em si mesmo todas as memórias históricas do mundo velho, se há paragem que seja, por que assim o digamos, o índice completo de nome história heróica é sem dúvida a Ribeira da Cidade, esta fita de areais hoje escondidos, e antigamente alastrados como folho de seda, como alfambrá de veludo, aos pés do trono de Lisboa [...].

O poeta e jornalista Francisco Mayer Garção (1872-1930), numa das suas visões de Lisboa, deixou esta cintilante imagem duma ruidosa e colorida manhã de um domingo ribeirinho, no Verão de 1895 ¹⁴⁹:

Só. Na muralha. O Tejo a cintilar.
— Muito bonito! Lembra, de repente,
um peixe azul, boiando à luz solar,
com escamas de prata reluzente

Destaca-se na luz a casaria
da Outra Banda. No seguido rumo
passa um vapor, que ronca e assobia.
Diluem-se no ar rolos de fumo.

É domingo. — Parece nestes dias
que há outro ar nas coisas e na gente.
Os fatos claros cantam alegrias;
riem lenços de seda, alegremente.

Barcos, faluas, correm sobre a água.
Passa no ar um coro de risadas ...
Quem me dera atirar a minha mágoa
para a nuvem daquelas gargalhadas!

Porque eu, que nestes dias me aborreço,
encostado à muralha, vejo tudo,
esperando que o rio, que estremeço
faça cantar o meu desejo mudo.
[...]

A Teixeira de Pascoaes, pseudónimo de Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos (1877-1952), um caso à parte na história da poesia portuguesa ¹⁵⁰, assim se apresentam Lisboa e o estuário do Tejo, ela de branco, ele, de azul ¹⁵¹:

Surge Lisboa, branca, ao pé do Tejo azul;
A Lisboa das naus,
Construída em marfim, sobre colinas de oiro
Vede o imenso estuário ... (é sonho ou realidade?)
Sob um Azul divino a desfolhar-se em asas!
São gaivotas voando em multidão, pairando
E pousando nas ondas, em que o céu
E o doirado do sol e as águas se misturam
Em tintas de quimera!
E, na Outra Banda, outeiros nus de argila;
Almada e o seu castelo,
Muros brancos de cal, pomares, arvoredos,
E ao fundo, em mancha azul, a Arrábida saudosa.

TEIXEIRA DE PASCOAES (*Obras Completas*, vol. VI)

¹⁴⁹ MAYER GARÇÃO, *A Minha Paisagem*, Coimbra, 1904, pp. 35-37.

¹⁵⁰ JACINTO DO PRADO COELHO (dir.), *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Porto, 1990, p. 588.

¹⁵¹ DAVID MOURÃO-FERREIRA, *Portugal. A Terra e o Homem*, antologia de textos de escritores do século XX, II vol., 1.ª série, Lisboa, 1979, p. 11.

O comediógrafo e poeta João da Silva Tavares (1893-1964) deixou do Tejo esta suave imagem ¹⁵²:

Hoje o Tejo passou por dura prova ...
Lisboa despertou envolta em bruma
e aqui do cais — o da Ribeira Nova —
velas, ao largo, não se vê nenhuma.

Os montes da Outra-Banda, mal despontam
da névoa que os afoga cruelmente
e as sereias de bordo, em prantos, contam
o risco a que anda exposta tanta gente!

Mas nem por isso a faina cesa ... O cais
serve a cidade e, ao longo da muralha,
o movimento é hoje tanto ou mais
do que nos dias em que o sol não falha.

Homens, ligeiros, cruzam-se, ofegantes,
na descarga do peixe para as lotas
e, em volta da traineira, rapinantes,
agitam-se frenéticas gaivotas!

RIBEIRA DAS NAUS ¹⁵³

Na Ribeira das Naus, face ao enorme
Incêndio momentâneo do Sol-pôr...
Que triunfos recorde? Que tortura
De quanta glória sob as águas dorme?...
Naus de que foi outrora o construtor,
Nesta Ribeira, o génio da aventura.

Uma vez mais reflecte o sangue etéreo
Navios que, lutando, se abrasaram...
Em séculos, de luta repetida,
Apóstolos do esforço, o Quinto Império,
O de Deus-Homem, Rei dos Reis, criaram,
Nos mares do Destino erguendo a Vida.

O calvário que foi o vasto Mundo,
Para Deus revelar no Heroísmo!
Enraizada a Cruz nos Oceanos
Por marinheiros mortos, lá no fundo
Rezando... E convertendo o escuro abismo,
Em Campo Santo dos heróis humanos.

¹⁵² SILVA TAVARES, *Calendário de Lisboa*, ilustrações de NUNO SAN PAYO, Lisboa, 1948, pp. 37-49.

¹⁵³ JOÃO DE CASTRO OSÓRIO, «Ribeira das Naus», *Cancioneiro de Lisboa (Séculos XIII-XX)*, vol. III, Lisboa, 1958, pp. 234-235.

Naus circundando a fogo a Terra inteira ...
Voluntária Paixão que descobriu
(Mar tenebroso e Céu indiferente),
Não só o Globo, o Homem... Na Ribeira
Onde o labor tenaz as construiu,
Repete, em sonho, o sangue do poente.

Águas do Rio Tejo cantam glórias;
Da praia sobe a febre da vontade
Vencedora do Mundo; é sangue a luz.
Naus, para novas lutas e vitórias,
Lanço ao Mar da fatal Eternidade,
Levando, aberta em alma, a nossa cruz.

O ATERRO ¹⁵⁴

Ao longo deste cais, enorme e mal tratado,
do Tejo de águas turvas e barrentas,
estende-se o mercado.

Ao lado, há lutas violentas,
e sangrentas,
nas mil tabernas do cais.

Fatais, eternas,
as lutas pela vida,
o vinho, o amor,
a dor,
deformam certos crânios já brutais.

E há faces negras e mãos aduncas
nas espeluncas.

Vejam esse petiz de olhos profundos
que já sabe roubar,
e faz gestos imundos
a quem vai a passar.

Esse outro que aí anda,
de cigarro na boca e gorro à banda,
já é mestre no conto do vigário.
E essa garota ingénua,
de gesto envergonhado,
que vida tem levado!

De volta da Ribeira,
uma peixeira,
miudinha, escultural,
tem movimentos ágeis de sardinha,
cheira a sal.

¹⁵⁴ FERNANDA DE CASTRO, «Cidade em Flor», *Poesia I*, 1919-1969, Lisboa, 1969, pp. 43-45.

Agora estala o silvo dum comboio
que sacode o torpor da linha férrea,
parada, adormecida.

Cabeçudos, biliosos, os eléctricos
passam nos rails hirtos e geométricos.

Oiço um pregão,
e o timbre, extraordinário,
obriga-me a pensar
nos versos de Cesário.

Dá meio-dia um velho campanário,
para lá da Pampulha.
Nas docas,
tem sono o rio,
e marulha.

O Mercado é agora
um monte de destroços,
onde uma velha bruxa
passa, arrastando os ossos.

No cais, a maré puxa e repuxa,
tenta arrastar o lodo,
mas jamais conseguiu levá-lo todo,
e as águas continuam cor de barro,
e as muralhas de pedra criam sarro.

Ingénua e linda
apenas uma nota:
ao longe, sobre o Tejo,
um voo de gaivota.

[ALVES REDOL] ¹⁵⁵

Na rota contraditória das suas águas, o Tejo foi depondo e levando, levando e repondo areias junto do valado real da Lezíria Grande. Areias e terras doutras margens por onde passa. Quando o Tejo passa, algo acontece sempre, porque um rio tem as suas glórias e os seus dramas. Como os homens. Um rio vive, respira, trabalha, constrói e destrói. Também os homens. Mas os homens amam e apaixonam-se.

[...]

Um rio tem as suas glórias e os seus dramas, mas não se apaixona. O Tejo não pensa — age. Age ao sabor das circunstâncias. Age e constrói; age e destrói. Como o homem. Mas o homem pensa e conhece a dúvida.

¹⁵⁵ ALVES REDOL, *Avieiros*, 7.ª ed., Mem Martins, 1976, pp. 217, 218 e 242.

E duvidou quando o Tejo foi depondo areias e terras junto do valado real da Lezíria Grande. Terras e areias que fizeram uma praia sem dono. Ou que não devia ter dono. Mas todos os anos o Tejo depõe ou decompõe praias iguais que não chegam a contar história. Servem numa safra para recolher redes, quando muito.

Aquela praia, porém, ficou. E os avieiros sem casa, vagabundos do rio, começaram a erguer por ali as suas barracas. Pequenas, talvez para que as não vissem; ou tímidas para que não as mandassem destruir. Ou pequenas e tímidas por causa dos materiais e das agruras do tempo. As primeiras apareceram à ilharga do rio e voltadas para o norte; as que vieram depois foram dispostas lá atrás numa segunda linha e a aldeia ficou com uma rua estreita, de areia suja e erva rala, e outra larga, de água, mais larga e longa do que qualquer avenida de uma grande cidade, porque é o próprio Tejo.

[...]

Volta a olhar o Tejo, a seguir-lhe as águas por aí abaixo, agora estão luzinhas, vê-se o fundo de areia, vê-se onde corre mais fundo pelas veias muito azuis, logo quebra na curva, e então adivinha-o até lá, como se as águas lhe levassem as saudades e fossem contá-las à mulher que devia pôr-se à borda do rio, à espera.

ADEUS, LISBOA ¹⁵⁶

Vou-me até à Outra Banda
no barquinho da carreira.
Faz que anda mas não anda;
parece de brincadeira.
Pranta-se o homem no leme.
Tudo ginga, range e treme.
Bufa o vapor na caldeira.
Um menino solta um grito;
assustou-se com o apito
do barquinho da carreira.

Todo ancho, tremelica
como um boneco de corda.
Não sei se vai ou se fica.
Só se vê que tremelica
e oscila de borda a borda.

Chapas de sol, coruscantes
como lâminas de espadas,
fendem as águas rolantes
esparrinhando flamejantes
lantejoulas nacaradas.
Sob o doirado chuva, o
barquinho terno e mole,
vai-se afastando, ronzeiro,
na peugada do Sol.

¹⁵⁶ ANTÓNIO GEDEÃO, *Poesias Completas (1956-1967)*, colecção «Poetas de Hoje», n.º 17, 4.ª ed., Lisboa, 1972, pp. 79-83.

A cada volta das pás
moendo as águas vizinhas,
nos remoinhos que faz,
nos salpicos que me traz
e me enchem de camarinhas,
há fagulhas rutilantes,
esquirolas de marcassites,
polimentos de pirites,
clivagens de diamantes.

Numa hipnose colectiva,
como um friso de embruxados,
ao longe os olhos cravados
em transe de expectativa,
todos juntos, na amurada,
numa sonolência de ópio,
vemos, na tarde pasmada,
Lisboa televisada
num vasto cinemascópio.
O sol e a água conspiram
num conluio de beleza,
enchem o ar de moleza,
de elixires que se evadiram
de feiticeira represa.
Fulva, no céu incendiado,
em compostura de pose,
a cidade é colorido
cenário de apoteose.

Há lencinhos agitados
nos olhos de todos nós,
engulhos de namorados,
embargamentos na voz.
Nesta quermesse do ar,
neste festival de tons,
quem se atreve a acreditar
que os homens não sejam bons?

Adeus, adeus, ribeirinha
cidade dos calafates,
rosicler de água-marinha,
pedra de muitos quilates.
Iça as velas, marinheiro,
com destino a Calecu.
Oh que ventinho rasteiro!
Que mar tão chão e tão nu!
Ó da gávea! Põe-te alerta!
Tem tento nos areais.
Cá vou eu à descoberta
das Índias Orientais.
Não tenho medo de nada,
receio de coisa nenhuma.
A vida é leve e arrendada

como esta réstia de espuma.
Toda a gente é séria e é boa!
Não existem homens maus!
Adeus, Tejo! Adeus, Lisboa!
Adeus, Ribeira das Naus!
Adeus! Adeus! Adeus! Adeus!

III. IMITADO DE ARAGON ¹⁵⁷

Que me quereis, perpétuas miragens,
Com que sonhos ainda me abismais?
O tempo é um rio que não pára mais,
Nem se repetem as visões das margens.

Como se diz adeus a quem morreu,
Dizem adeus os anos já passados
A desejos iguais, desiguallados
Se a vontade mudando os esqueceu.

Aquilo a que queria mudou tanto
Que é outro amor; e meu prazer dum dia
Maldiz o de hoje, ao novo desencanto.

Cada enganosa esperança em meu desejo
Passa por ela o tempo e queda, fria,
Como Almourol a ver passar o Tejo.

SONETOS DO REGRESSO. II ¹⁵⁸

Acordar, acender
o rápido lampejo
na água escusa onde rola submersa
como o lodo no Tejo
a vida informe o peso dúbio
desse cardume denso ou leve
que nasce em mim para morrer
no mar da noite breve;
dormir o pobre sono
dos barbitúricos piedosos
e acordar, acender
os tojos caudalosos
nesta areia lunar
ou, charcos, nunca mais voltar.

¹⁵⁷ CARLOS DE OLIVEIRA, «Que me Quereis, Perpétuas Saudades?. III. Imitado de Aragon», *Trabalho Poético*, 1.º vol., Viseu, s. d., p. 126.

¹⁵⁸ CARLOS DE OLIVEIRA, «Sonetos do Regresso, *Trabalho Poético*, 1.º vol., Viseu, s. d., p. 170.

Lisboa é bonita. Está ainda para nascer o primeiro insensível que no alto de Santa Catarina não arregale os olhos de espanto diante da formosura dum panorama que a natureza se não gaba de ter repetido. Entre a investida castelhana do Doiro, em cima, e o esquivo namoro do Guadiana, em baixo, Portugal merecia a visita calma e demorada dum grande curso de água que, sem a ajuda de noras, lhe matasse a sede, e, sem leixões, fosse um porto de abrigo. A secura do corpo pedia refrigério; a agressão do oceano, protecção das vagas. Quis a sorte que assim fosse e o Tejo abrisse no calcário estremenho um estuário largo e majestoso, fundo e aconchegado, que, depois de magoar os montes, os transformasse em miradoiros de sonho. E de cada colina onde a gente se debruça é um pasmo sem limitações, que abrange o céu e a terra na mesma agradecida emoção. Sobre a toalha límpida do rio cai luz a jorros duma lâmpada hialina, escondida no tecto azul do cenário; e o movimento ritmado das embarcações, o perfil recortado do casario e o enquadramento dos longes arredondam a beleza da tela, dando-lhe realidade. E, quer queira, quer não, o espírito fica rendido a uma bênção de cor, de grandeza e de harmonia.

TEJO 160

É um lento e majestoso
Caudal de claridade
Que corre no teu leito,
Rio perfeito
Como o dia a passar,
Largo, sereno, aberto,
Logo à partida, certo
De chegar ...

[JÚLIO GRAÇA] 161

Rio Tejo.
Aqui sereno
e poético.
Aqui irado
e trágico.
Dou-te o coração
e a figura
mais bela
do meu sonho.
Rio Tejo mágico.
Não te canto.
Afirmo-te.

E se por ti
soube a dureza
dum pranto
por heróis
afogados,
não te canto,
mas afirmo-te
pela desculpa
de seres tu
e não quem nos odeis
que faz do meu povo
um povo desgraçado.

159 MIGUEL TORGA, *Portugal*, 2.ª edição refundida, Coimbra, 1957, pp. 111-112.

160 MIGUEL TORGA, *Diário*, XI, Coimbra, 1973, p. 161.

161 JÚLIO GRAÇA, *Lezíria*, Lisboa, 1952, pp. 22-23.

Pastora, grácil, vieste,
sempre caminho do Sul...
E, rosa brava, trouxeste,
nos cabelos, um agreste
céu azul...

Tu me encontraste, pastora,
velado, sem nenhum céu.
Mas agora um céu me doura
a vida que muito embora
se perdeu...

Era nas margens do Tejo...
(Nem noutras margens seria.)
Sobre nós dois, o adejo
de gaivotas, num desejo
de alegria...

E não mudou o cenário
para pastor e pastora.
Mas o Fado, sempre vário,
muda a história do cenário,
de hora em hora...

Trazias o teu passado,
para ali o apascentar...
— Etéreo, volúvel gado,
que não é pra ser guardado
num lugar!

Guardava eu, sem sabê-lo,
um futuro, talvez meu...
Tanto cuidado e desvelo!
— Mas a cor do teu cabelo
me perdeu...

Dois invernos, dois estios,
primaveras, um outono...
(Dias serenos ou frios
se volviam longos rios
de abandono...)

E quanto ali nos trouxera
(cuidados de cada um!)
se quedara à nossa espera,
mas em vão... que já não era
de nenhum...

¹⁶² DAVID MOURAO-FERREIRA, «Écloga», *Obras Poéticas*, 1.º vol., Venda Nova, 1980, pp. 43-45.

Apenas o meu futuro
se fugira, espavorido...
Já também o não procuro!
(Só tenho um corpo maduro,
no sentido!)

Mas teu passado, pastora,
que ali foras a pascer,
não se tinha ido embora:
inda esperava a sua hora
de volver...

Ele, e só ele, negou-me
o direito à minha vida.
Encoberto no teu nome,
deu-me o castigo da fome
consentida.

Pão duro da solidão
o que me dão a comer...
Que importa que o coração
diga que sim ou que não,
se viver?

E condenaram-me a tanto:
viver, viver... sem ti!
Vivendo, sem no entanto
me ausentar daquele encanto
que perdi...

O Tejo, verde e correcto,
como no tempo passado...
Eu, porém, mais inquieto,
e, por este mal secreto
— tão mudado!

ROMANCE DA BEIRA-TEJO ¹⁶³

Era a cidade, serena...?
Ou o tempo, desolado...?
Era o cansaço? Era o Fado?
Fosse o que fosse! Era pena
a Vida ter-me deixado
longe de ti, na serena
cidade triste do fado...

¹⁶³ DAVID MOURAO-FERREIRA, «Romance da Beira-Tejo», *Obra Poética*, 1.º vol., Venda Nova, 1980, pp. 12-14.

Os cais brumosos, perdendo,
aos poucos, o seu interesse,
como se já não houvesse,
dentro de mim, o que entendo
ser fogo que tudo aquece...
Tudo, em mim, ia perdendo,
aos poucos, o seu interesse...

Seria do tempo, agreste...?
Ou do cidade, serena...?
Fosse o que fosse! Era pena
a Vida deixar-me neste
marasmo de vida amena...
Seria do tempo, agreste...?
Ou da cidade, serena...?

Ai, tardes de Primavera!
Ai, tardes de Verão precoce!
(A voz do vento calou-se...)
O que eu ouvia — não era,
não era o vento... Era o doce
murmúrio da Primavera
— doçura de Verão precoce...

Ai, tardes de Primavera!
Bastava a tua presença:
imagem serena, densa,
que eu sempre guardar quisera!
(E, afinal, essa imensa
magia — quase esquecera.
Aonde, tua presença?)

Quase a esquecera... e porquê?
Seria do tempo, feio...?
Era conjura: um enleio
dos demos à minha fé...
Uma traição. Era um meio
de eu te fugir... Mas pra quê?
— Seria do tempo, feio...?

Fosse o que fosse! Ao presente,
nenhuma sombra do mundo
tolda o mistério fecundo
da luz grácil, nua, quente,
aonde inteiro me afundo.
— De novo sinto, ao presente,
que não há sombras no mundo.

Mistério denso da luz
que tens nos olhos, guardada...
Está nos teus olhos, guardada...
Está nos teus olhos a luz
que me seduz — enleada,
perfeita graça da luz
que tens nos olhos, guardada...

Certa manhã na ribeira
do Tejo, com maresia,
fragatas, e o que trazia
do mar a brisa ligeira...
— essa graça, enfim, senti-a,
à beira do Tejo, à beira,
com fragatas, maresia...

Bela! a cidade, serena...
Longe o tempo, desolado...!
Perto, só tu, a meu lado,
lírica barca pequena
que a Vida enfim há deixado
junto de mim, na serena
cidade bela do fado!

VARINA ¹⁶⁴

Ó varina, passa,
Passa tu primeiro!
Que és a flor da raça,
A mais séria graça
Do país inteiro.

O teu vulto seja
Sonora fanfarra,
Zimbório de igreja;
Que logo te veja
Quem entra na barra.

Lisboa, esquecida
Que é porto-de-mar
Sente a sua vida
Reconstituída
Pelo teu andar.

Dá-lhe a tua graça
Clássica e sadia.
Ó varina, passa!
Na noite da raça
Teu pregão faz dia.

Vê que toda a gente
Ao ver-te, sorri.
Não sabe o que sente,
Mas fica contente
De olhar para ti.

¹⁶⁴ DAVID MOURÃO-FERREIRA, *Portugal. A Terra e o Homem*, antologia de textos de escritores do século XX, II vol., 1.ª série, Lisboa, 1979, pp. 286-287.

E sobre o que pensa
Quem te vê passar,
Eterna, suspensa,
Acena a imensa
Presença do mar.

CARLOS QUEIRÓS (*Desaparecido*)

MARIA LISBOA ¹⁶⁵

É varina, usa chinela,
tem movimentos de gata.
Na canastra, a caravela;
no coração, a fragata.

Em vez de corvos, no xaile
gaivotas vêm pousar.
Quando o vento a leva ao baile,
baila no baile co'o mar.

É de conchas o vestido;
tem algas na cabeleira;
e nas veias o latido
do motor de uma traineira.

Vende sonho e maresia,
tempestades apregoa.
Seu nome próprio, Maria.
Seu apelido, Lisboa.

LISBOA ¹⁶⁶

A luz vinha devagar
Através do firmamento...
Vinha e ficava no ar,
Parada por um momento,
A ver a terra passar
No seu térreo movimento.

Depois caía em toalha
Sobre as dobras da cidade;
Caía sobre a mortalha
De ambições e de poalha,
Quase com brutalidade.

¹⁶⁵ DAVID MOURÃO-FERREIRA, «A Guitarra e à Viola», *Obra Poética*, vol. I, Amadora, 1980, pp. 216-217.

¹⁶⁶ MIGUEL TORGA, *Diário*, III, 2.^a edição revista, Coimbra, 1954, pp. 150-152.

O rio, ao lado, corria
A querer fugir do abraço;
Numa vela que se abria,
E onde um sorriso batia,
O mar já era um regaço.

Mas a luz podia mais,
Voava mais do que a vela;
E o Tejo e os areais
Tingiam-se dos sinais
De uma doença amarela.

Ardia em brasa o Castelo,
Tinha febre o casario;
Cada vez mais nosso e belo,
O profeta do Restelo
Punha as sombras num navio ...

Nas casas da Mouraria,
Doirada, a prostituição
Era só melancolia;
Só longínqua nostalgia
De amor e navegação.

Os heróis verdes da História
Tinham tons de humanidade;
No bronze da sua glória
Avivava-se a memória
Do preço da eternidade.

Nas ruas e avenidas,
Enluaradas de espanto,
Penavam, passavam vidas,
Mas espectrais, diluídas
Na cor maciça do encanto.

E a carne das cantarias,
Branca já de seu condão,
Desmaiava em anemias
De marítimas orgias
De um fado de perdição.

A ESPERA ¹⁶⁷

E a expedição partiu.
Partiu, e o coração da mãe parou.
E parado de angústia assim viveu
Enquanto a caravela não voltou.

¹⁶⁷ MIGUEL TORGA, *Poemas Ibéricos*, Coimbra, 1965, p. 23.

Eu não cheguei ao fim.
 Dobrei o Cabo, mas havia em mim
 Um herói sem remate.
 Quando os loiros da fama me sorriam,
 Aceitei o debate
 Do meu destino de predestinado
 Com singelos destinos que teriam
 Um futuro apagado,
 Fosse qual fosse a glória prometida.
 E sempre que uma nau enfrenta o mar e o teme,
 E regressa vencida,
 Sou eu que venho ao leme
 Com a Índia perdida.

A NAU CATRINETA ¹⁶⁹

Lá vem a nau Catrineta
 Que tem muito que contar!
 Ouvide, agora, senhores,
 Uma história de pasmar.

Passava mais de ano e dia
 Que iam na volta do mar
 Já não tinham que comer,
 Já não tinham que manjar.
 Deitaram sola de molho

Para o outro dia jantar;
 Mas a sola era tão rija,
 Que a não puderam tragar.
 Deitaram sortes à ventura
 Qual se havia de matar;
 Logo foi cair a sorte
 No capitão general.

— Sobe, sobe, marujinho,
 Àquele mastro real,
 Vê se vês terras de Espanha,
 As praias de Portugal
 — Não vejo terras d'Espanha,
 Nem praias de Portugal;
 Vejo sete espadas nuas
 Que estão para te matar.
 — Acima, acima, gajeiro,
 Acima ao tope real!
 Olha se enxergas Espanha,

¹⁶⁸ MIGUEL TORGA, *Poemas Ibéricos*, Coimbra, 1965. p. 43.

¹⁶⁹ ALMEIDA GARRTT, «A Nau Catrineta», *Romanceiro*, edição revista e prefaciada por FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA, vol. III, 1963, pp. 97-100.

Areias de Portugal.
— Alvissaras, capitão,
Meu capitão general!
Já vejo terras de Espanha,
Areias de Portugal.
Mais enxergo três meninas
Debaixo de um laranjal:
Uma sentada a coser,
Outra na roca a fiar,
A mais formosa de todas
Está no meio a chorar.
— Todas três são minhas filhas,
Oh! quem mas dera abraçar!
A mais formosa de todas
Contigo a hei-de casar.
— A vossa filha não quero,
Que vos custou a criar.
— Dar-te-ei tanto dinheiro
Que o não possas contar.
— Não quero o vosso dinheiro,
Pois vos custou a ganhar.
— Dou-te o meu cavalo branco,
Que nunca houve outro igual.
— Guardai o vosso cavalo,
Que vos custou a ensinar.
— Dar-te-ei a nau Catrineta,
Para nela navegar.
— Não quero a nau Catrineta,
Que a não sei governar.
— Que queres tu, meu gajeiro,
Que alvissaras te hei-de dar?
— Capitão, quero a tua alma
Para comigo a levar.
— Renego de ti, demónio.
Que me estavas a atentar!
A minha alma é só de Deus;
O corpo dou eu ao mar.

Tomou-o um anjo nos braços,
Não no deixou afogar.
Deu um estouro o demónio,
Acalmaram vento e mar;
E à noite a nau Catrineta
Estava em terra a varar.

AVIEIROS ¹⁷⁰

Tejo azul, céu cinzento,
noite escura, no meu pensamento.
Tejo de prata, em dia de luz,

¹⁷⁰ Cf. MARIA MICAELA SOARES, «Poesia Popular de Abril», Lisboa, 1977, pp. 78-80.

que a minha alma sente e traduz.
Luz que transforma a água em prata.
Tejo azul que tanto ama como mata.

Fonte rica! Estende-se a mão,
em maré calma, tem-se o pão.

Pão alegre, em maré calma,
O pescador canta; é feliz e ama.

Tejo cinzento, céu sem luz.
A minha alma sente e nada traduz

O pescador triste já não canta.
Com o Tejo escuro, reza e escuta.
O vento é seu inimigo,
o Tejo não é já fonte rica e amiga.
Pão triste, em maré enraivecida,
o pescador sofre; é dura a sua vida.

O vento é forte, o saveiro baloíça;
a chuva cai fria e o pescador regressa.

Regressa triste. A sua vida é dura,
saveiro vazio em maré escura!
De coração frio (o Tejo não produziu),
rema pra terra! — Não tens peixe;
o teu saveiro vem vazio.

Céu cinzento, noite escura,
traz maus pensamentos à tua vida dura.
Não desanimes! Tu és forte;
amanhã é outro dia.
As tuas redes virão pesadas,
voltarás a cantar com alegria.

Fonte rica! Estende-se a mão,
em maré calma, tem-se o pão.

O Tejo, que tanto amas,
leva suave o teu saveiro.
Hoje haverá pão e venda;
está alegre o avieiro.

Sorri a avieira.
Na sua cesta tem a venda;
ao colo, uma menina que é sua vida,
o motivo da sua força de lutar,
contra o vento, o frio e a chuva,
sob o sol ou o luar,
sempre a cantar.

Em maré calma, estende-se a mão.
Tejo rico e amigo, dá-nos o pão!

V. F. Xira, Setembro 1977
MARIA AUGUSTA

Este ano há muito cravo,
ó rosa emprega-te bem;
não caias em pouca água
que o Tejo bastante tem.

Abrantes

O Tejo quando vai grande,
leva a folha ao miomendro:
a palavra que t'eu digo
stá firme, não m'arrependo.

Amieira

Adeus ó ponte do Tejo
que em Portugal não há outra;
passam os barcos à vela
duma banda para a outra.

Almeirim

Água da vala vai turva,
a do Tejo vai barrenta;
água da vala tem sal
e a do Tejo tem pimenta.

Ereira

Da outra banda do Tejo,
tem meu pai um castanheiro
que dá castanhas em Maio,
cravos roxos em Janeiro.

Alpiarça

Sentei-me à beira do Tejo
para as águas ver correr;
vi corrê-las dos teus olhos
p'ra dobradas penas ter.

Montijo

Água do Tejo vai turva
e a da ribeira barrenta;
o amor que não é firme,
numa ausência se experimenta.

Montijo

Não quiseste dar-me um beijo,
comigo até foste brusca;
farei como faz o Tejo
que os rouba à nossa Chamusca.

Chamusca

Passei à barca do Vau
e molhei a minha mão;
enxuguei-a no teu peito,
juntinho ao meu coração.

Salvatera de Magos

Nas águas do nosso Tejo
vi nascer uma donzela:
há quem a queira matar
e há quem morra por ela.

Vila Franca de Xira

Adeus ó borda do Tejo!
Adeus Carreiro d'Areia!
Adeus ó rua direita
onde o meu amor passeia.

Chamusca

Ó Tejo não leves água,
leva sumo de limão;
quem não quer que o mundo fale
não lhe dê ocasião.

Vila Franca de Xira

Adeus ó borda do Tejo!
Adeus verdes salgueirais!
Adeus Rua da Fontinha
onde combatem meus ais.

Chamusca

Olha o Tejo vai tão triste,
a correr tão vagaroso...
Que mágoas terá o Tejo
p'ra andar assim desgostoso?

Vila Franca de Xira

Raparigas da Chamusca,
mostrai que sabeis cantar:
leve o Tejo as coisas tristes
para as profundas do Mar.

Chamusca

O Tejo quando vai cheio,
no meio ajunta a espuma;
rapaz que namora duas,
não tem vergonha nenhuma.

Vila Franca de Xira

171 ALVES REDOL, *Cancioneiro do Ribatejo*, Vila Franca de Xira, 1950, pp. 64-65.

Lá vem um barco à vela
Lá vem outro, mais atrás!
Aquele, de velas brancas,
É que traz o meu rapaz¹⁷².

Amores de além do rio
Não os quero nem de graça,
Logo dão como desculpa
O rio, que se não passa¹⁷³.

Deu Bucelas ùa facada
Na ribeira do Trancão.
Acudiu-lhe a Ponte Nova,
Camarate e Apelação¹⁷⁴.

Lisboa, com ser Lisboa
E ter navios no mar
Não é como a minha terra,
A mais linda em Portugal¹⁷⁵.

TEJO, DOURO E GUADIANA¹⁷⁶

Era uma vez três irmãos, que se chamavam, e ainda se chamam e são os mais importantes rios de Portugal: Tejo, Douro e Guadiana.

Numa ocasião combinaram deitar-se a dormir e o que primeiro acordasse, e primeiro chegasse ao mar, seria o vencedor.

O Guadiana foi o que primeiro acordou. Esfregou os olhos, viu os irmãos muito bem pregados no sono, sorriu-se e pôs-se a caminho com todo o sossego.

Partiu lá das terras de Espanha, entrou em Portugal, escolheu belas planícies e lindas margens para a sua caminhada. As suas águas claras banharam boas povoações e, encontrando alguns companheiros de jornada, engrossaram docemente, de modo a poder ser navegável até à pitoresca vila de Mértola. Depois seguiu pelas terras encantadas do Algarve e lá foi a caminho do Grande Oceano até Vila Real de Santo António.

O Tejo acordou em seguida e, ficando arreliado por já não ver o irmão, largou mais apressado, sem escolher caminho, e por isso as suas margens não são tão bonitas.

Correndo lá de Espanha, atravessou muitas terras do país. De passagem arranjou também alguns companheiros, que o enriqueceram, e quando chegou a Vila Velha de Ródão já podia ser navegado. Depois, esfalfado da viagem, deitou-se aos pés de Lisboa, arrastando-se alguns passos até entrar no mar.

¹⁷² Ti MARIA CLAUDIO. Cf. MARIA MICAELA R. T. SOARES, *O Povo da Lezíria e a Literatura Oral*, Lisboa, 1975, p. 61.

«Lá vem o barquinho à vela, / lá vem a sardinha boa, / lá vem o meu amorzinho / assentadinho na proa» (ALVES REDOL, *ob. cit.*, p. 179). Cf. A. TOMÁS PIRES, *Cantos Populares Portugueses*, vol. II, Elvas, 1905, p. 196 e AFONSO DUARTE, *Um Esquema do Cancioneiro Popular Português*, Lisboa, 1948, p. 18.

¹⁷³ AGOSTINHO DE CAMPOS e ALBERTO DE OLIVEIRA, *Mil Trovas Populares Portuguesas*, coleccionadas e prefaciadas por [...], 3.ª edição refundida, Lisboa, 1917, p. 41.

¹⁷⁴ ALBERTO PIMENTEL, *Sem Passar a Fronteira*, Lisboa, 1902, p. 84.

¹⁷⁵ AGOSTINHO DE CAMPOS e ALBERTO DE OLIVEIRA, *ob. cit.*, p. 51.

¹⁷⁶ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Cantos Populares e Lendas*, vol. I, coordenação de ALDA DA SILVA SOROMENHO e PAULO CARATAO SOROMENHO, Coimbra, 1964, pp. 667-668.

O terceiro, que era o Douro, acordou por último. Olhando em volta de si e, não vendo os irmãos, ficou furioso.

Larga a correr à desfilada, desde Espanha, por montes e vales; sem escolher caminhos nem atalhos, galgou precipícios, despenhou-se em desfiladeiros para passar adiante dos outros dois. Também na sua arrebatada carreira, levou de escantilhão alguns afluentes.

Espumante, revoltoso, chegou por fim ao Porto, mas tão esbaforido que ainda passou adiante e só na Foz se lançou violentamente no Atlântico. Mas, para castigo da sua preguiça, as suas margens são pedregosas e tristes e as suas águas quase sempre turvas.

Na tradição popular, conquanto menos frequente que em tempos já distantes, mantém-se vivo ainda o gosto de encontrar resposta para enigmas simples, quase sempre propostos em verso, no metro vulgar — a redondilha. São as adivinhas. Embora não mencionem o potónimo e a resposta seja apenas — rio —, está o Tejo abrangido nas que aqui se deixam registadas¹⁷⁷:

Sem voz, encanto quem me ouve; sonho, luto e não durmo; e, como o tempo, corro sempre.

O que é que, como o tempo, passou, está passando e nunca acabará de passar?

BARCOS DE PESCA¹⁷⁸

São muitos. A doca está cheia.
Os mastros esbeltos, velas enroladas,
— A graça, o encanto das proas em bico,
E o sol enxarcado de luz e de sonho
As águas paradas, —
Dão a este quadro que prende os meus olhos,
Que põe nos meus nervos carícias de abraço,
Uma excitação violenta, um doce cansaço!...

O quadro é lindo e esta luz
Torna-o ainda mais fundo
Na sua simplicidade!
Um rapazote, arregaçado, amanhã
Tainhas e chocos para a caldeirada
Enquanto um outro acende o lume
E um outro abrindo o harmónio
Desata uma canção, marítima, pausada...

Neste barco, ninguém! Naqueles dois,
Parece que também não há rumor,
E além, a meio do Tejo, um cruzador
Acendeu a caldeira... Irá partir?!...

¹⁷⁷ M. VIEGAS GUERREIRO, *Adivinhas Portuguesas*, Lisboa, 1957, pp. 24 e 59.

¹⁷⁸ ANTÓNIO BOTTO, *O Livro do Povo*, Lisboa, 1944, pp. 103-105.

Na distância uma espécie de neblina
 — Assim como a cambraia da mais fina, —
 Vai formando no azul uns flocos d'oiro,
 Transparentes, finíssimos, — bateu,
 Agora, ali, na torre de S. Paulo
 Uma hora, — São horas de almoçar.
 Um pesado vapor da Parceria
 Atraca à velha ponte. A outra banda
 Não sei porquê parece uma varanda
 Onde apetece estar de madrugada
 Pra ver chegar o dia!... Uma mulher
 Passa por mim olhando de soslaio...
 Uma carroça, carregada, corre...
 O cavalito, novo, escoucinhante,
 Escorrega... E a carga que são fardos,
 Cabazes, e umas latas, e umas bilhas,
 Espalha-se no chão... Acode gente...
 Faz-se rumor. O carroceiro brada
 Chicoteando a besta que ligeira
 Se levanta, as narinas bem abertas,
 Uns pedaços de espuma pelo freio,
 E eu volto-me de novo para a doca,
 Deito um olhar aos mastros, às enxárcias,
 E um bando de gaivotas a grasnar
 Poisa nas águas, fica a baloiçar...

A PESCA ¹⁷⁹

O bafio o safio a enguia o atum
 um para todos todos para um
 mas nenhum por todos
 e todos por nenhum.
 Ai a raia Ai a raiva
 de pescar em jejum.

Amadores da fala das marés
 cicatrizes da faina amadizes da gala
 duma cauda de renda duma onda de espuma
 este mar aprendiz da vossa força
 aprende a ser o vosso
 ou de coisa nenhuma.

Obrigai-o a dar-vos o que a vós
 deve em suor e choro.
 Quando dizeis em coro
 à uma à uma à uma
 se não for vosso o barco
 há-de ser vossa a voz
 ou de coisa nenhuma.

¹⁷⁹ J. C. ARY DOS SANTOS, *Resumo*, Lisboa, [1972], pp. 68-69.

Uma lua uma vela uma lula uma estrela
que lindo e mole é tudo
mas quem dará por elas
mais do que um pão de silêncio uma pedra
[de vinho]

Ah não!
deveis vencê-las
às vagas que vos saem ao caminho.
Garanhões das correntes
campeões
dos músculos da água
ide
ide e voltai contentes
com vossas redes cheias dos latentes
peixes da nossa mágoa.

Trazei monstros marinhos e ancestrais
piranhas tubarões moreias e serpentes
mas sobretudo os peixes canibais
que se nutrem de gente.
Despejai-os na lota como ao ódio
escamado que vos cobre:

Durante a luta
haveis de ver quem morre.

Sempre que o céu se desfaz em água, sob ela ficam jazendo alagadas as campinas ribatejanas, entulhadas pelas areias que igualmente degradam o leito do rio. Os mouchões vão engrossando no álveo, com as terras que afluem das charnecas e cabeços, revolvidos pelas enchentes.

O Tejo, entumescido, esquece, por horas ou dias, a sua função criadora e, associado a prolongadas invernias e a ventos indomáveis, assume-se como elemento de tragédia, deixando na paisagem a marca da catástrofe. E o cidadão, indiferente à dor e ao pânico daquela gente e daquela terra martirizadas¹⁸⁰, vai apreciar como espectáculo aquele «mar de água»¹⁸¹, que só depois será seiva, «nata», na vazante, levando as jeiras a reflorir de novo.

Por sobre aquela imensidão, barcaças de Varinos e Cagaréus¹⁸², mais tarde de Avieiros, acudindo a pessoas e animais, ou a recolher os salvados que enxameiam o lodaçal.

Para além das vidas humanas perdidas, das culturas submersas e dos gados desaparecidos, em cada cheia a região viu também fugir-lhe, já atrás se disse, o seu mais antigo e importante meio de transporte, levando a fome a muitos lares de marítimos pobres — o barco. E conquanto o desenvolvimento das vias férrea e terrestre, especialmente esta, tenham sido factores maiores nessa extinção, o assoreamento do Tejo, devido à incúria do poder e à ganância dos proprietários, contribuem também, em grande escala, para a inutilização do curso de água como meio mercantil.

As tapadas que se plantavam, excedendo os limites regimentais requeridos pelo nível das águas e pela extensão do leito, ou aquelas que cupidamente se exterminaram ao longo das margens, a falta de alinhamento regu-

¹⁸⁰ «Mas ali do Mirante, sobranceiro à casa do Gaitinha, a gente que veio da cidade, em automóveis, não via angústia, nem olhos rasos de água. Assentou binóculos sobre a lezíria, e as lentes aproximaram telhados de casas submersas, telheiros desmantelados, copas esguias de choupos como dedos de naufragos» (SOEIRO PEREIRA GOMES, *Esteiros*, Lisboa, 1971, p. 66).

¹⁸¹ «As cheias cobriram de água os olhos dos camponeses. Perdidas as margens, o rio fez-se mar — mar de aflições» (SOEIRO PEREIRA GOMES, *Esteiros*, Lisboa, 1971, p. 66).

¹⁸² Apodo dado pela Lezíria especialmente aos pescadores ilhavos ali fixados, embora a expressão abranja, no local de origem, toda a gente de ao rés da ria de Aveiro.

lar da corrente foram objecto de severa crítica assumida por certo «Assinante do Ribatejo» e aparecida no *Jornal do Comércio* da segunda metade do século passado, que conclui desta forma profética¹⁸³:

Se nesta Terra há ainda um vislumbre de razão; se é possível que alguma vez se faça cousa útil e necessária ao povo que a habita, nenhuma reclama mais urgente preferência do que a direcção das águas e o desentupimento do rio.

N'A *Barca dos Sete Lemes*, pela primeira vez publicada em 1958¹⁸⁴, a cheia, os valadores e as mulheres e rapazes da canastra são protagonistas prenhes de vigor, como Alcides Bago de Milho¹⁸⁵:

[...] parecia que o céu vomitava água. Os valadores vestiram as capas de oleado e meteram as polainas para lhe fazer a frente [...]; vá de acamar pedras, vá de trazer terra.

E o vento a soprar da banda de Palmela, «o vento da desgraça», rugia numa zoada que estremecia o mouchão¹⁸⁶:

Fazia um barulho de enegrecer a noite. Nunca ouvi um barulho assim. Parecia um rebanho de bichos à solta.

As «goladas de água», surtindo de todos os lados, arrastam consigo ganidos, uivos, sons roucos que se agarram ao coração e o sufocam.

A cheia alvoroça do mesmo modo homens e feras¹⁸⁷:

Logo a seguir da mota dos bois, acossados pela cheia e medrosos da morte, o gado soltou-se e veio numa debandada, a mugir e a berrar ao encontro das vozes dos que estavam em cima do valado. Eu andei por debaixo de água, senti a morte no corpo não sei quantas vezes, tentei encontrar pé e não dei com o fundo. Lá de longe, o mar entrava sempre [...]. Vi perto de mim um corpo grande a boiar, deitei-lhe os gadanhos e subi-lhe para cima. Era um boi que procurava salvação e me levou com ele até ao pé do valado, mas eu já não tinha forças para me tirar dali: via os vultos lá em cima, a mexerem-se, de braços abertos, aos gritos roucos. Agarrados ao caniço, também havia outros vultos [...]. E percebi que choravam, que as suas vozes choravam [...].

Mais à frente, a tragédia final¹⁸⁸:

Começámos a arrefecer. Era o frio da morte. Ali mesmo à minha beira, vi morrer o Rabugem [...]. Estávamos todos misturados para ali, homens e bois, mortos e vivos [...].

¹⁸³ *Jornal do Comércio*, III ano, Lisboa, 8 de Maio de 1856, p. 3. Ali, não poupou o autor governos irresponsáveis nem proprietários gananciosos.

¹⁸⁴ ALVES REDOL, *A Barca dos Sete Lemes*, 5.ª ed., Lisboa, 1967.

¹⁸⁵ Id., *ib.*, p. 345.

¹⁸⁶ Id., *ib.*, p. 346.

¹⁸⁷ Id., *ib.*, p. 347.

¹⁸⁸ Id., *ib.*, p. 348.

O Ribatejo deve ser visto das Portas do Sol de Santarém, num dia de cheia, ou das bancadas duma praça de touros, numa tarde de verão. Num dia de cheia, porque o Tejo hipertrofiado marca-lhe exactamente a extensão e os contornos que a geografia nunca encontrou; numa tarde de toiros, porque é no redondel, que se precisa a sua íntima significação.

Quando o rio entumesce, e um mar de água se espreguiça por quilómetros e quilómetros de terras baixas e porosas, Portugal, sempre sequioso e árido, sente que aquela nesga da pátria é um mundo à parte dentro das suas entranhas — um mundo rico, de aluvião, de maná, onde não é preciso tirar dos abismos, a gastaílo, a verdura duma couve, e se pode gastar o tempo numa lúdica e alegre faina, a cavalgada nas asas do vento ...

[...]

A cheia que veio ao campo no findar do ano de 1876 e nos começos do seguinte, foi uma das mais dramáticas dos últimos tempos.

Começou nos princípios de Dezembro daquele ano e alcançou logo proporções assustadoras, de Abrantes ao baixo Tejo, principalmente no Reguengo, Alqueidão e Valada do Ribatejo.

Viveram-se horas de intensa vibração porque a tragédia pesava sobre todas as almas e o desalento invadia, por vezes, todos os corações, ainda os mais animosos.

[...]

Há muitos dias já que a chuva caía em bâtegas torrenciais, batida por vento violento.

[...]

Ansiosamente se agrupavam os habitantes de Salvaterra de Magos nas cercanias da Vala, aguardando notícias que qualquer barco mais afoito lhes pudesse trazer das povoações ameaçadas.

Adivinhava-se a tragédia de Valada do Ribatejo e do Reguengo.

Era necessário salvar os que se encontravam em perigo certo, à mercê da água que subia, enquanto o vento a fustigava impenitentemente e a chuva caía em bâtegas fortes e constantes, como a aumentar a intensidade do drama e a vincar a eminência de um desastre irreparável.

Nos olhos de todos transparecia a ansiedade, procurando enxergar na névoa da distância o que se passava na margem fronteira do Tejo.

Foi então que apareceu José Vicente da Costa Júnior, lavrador salvaterrense, que se propunha correr todos os riscos para ir em socorro dos que sem dúvida em Valada viviam horas de angústia indescritível.

¹⁸⁹ MIGUEL TORGA, *Portugal*, 2.ª edição refundida, Coimbra, 1957, pp. 105-106.

¹⁹⁰ FRANCISCO CÂNCIO, *Ribatejo Lendário e Pitoresco*, Lisboa, 1947, pp. 35-40.

Tinha, contudo, só dois homens para tripulantes do barco salvador porque os restantes barqueiros ou estavam ausentes ou se recusavam a enfrentar o perigo naquela situação aflitiva e difícil.

Ao cabo de longos trabalhos, nos quais o heroísmo andou ligado à perícia, o barco conseguiu largar ferro na Tapada.

Então, na impossibilidade de ir mais além, José Vicente da Costa Júnior lançou-se à água e com uma vara tateando o terreno que pisava e não via, encharcado até aos ossos, dirigiu-se ao Reguengo a dar a boa nova de que estava a chegar um barco que lhes trazia o necessário socorro.

Mas a água subia continuamente e a chuva e o vento não cessavam de vergastar corpos e almas.

[...]

Nada se perdera senão os bens. As vidas estavam salvas e estas eram os únicos bens que não podiam ser substituídos.

Era, pois, necessário ter ânimo.

O barco de socorro estava a chegar. Esperassem-no nos pontos mais altos enquanto ele ia em auxílio dos habitantes de Alqueidão que corriam sério perigo.

Um clamor se levantou entre os desgraçados habitantes do Reguengo.

O barco ali ancorado representava para eles o derradeiro elo que os prendia ao mundo e à vida.

Não queriam consentir na sua partida e, contudo, compreendiam que era preciso que alguém fosse ao Alqueidão trazer para a Tapada os pobres moradores que estavam na eminência de perecerem afogados, embora a Tapada, por sua vez, não oferecesse um asilo muito seguro pois se a enchente continuasse como ameaçava, acabaria por sofrer o mesmo perigo.

No Reguengo encontravam-se, então, somente duas pequenas lanchas empenhadas em safar algumas mobílias para os lugares mais elevados.

Não se podia contar com elas para enfrentarem grandes pesos e correntes revoltas.

José Vicente da Costa Júnior mais uma vez foi intrépido.

Deixou no Reguengo, para sossego daquela gente, o barco em que viera e, numa das lanchas, acompanhado por um homem que tinha a mulher no Alqueidão e desejava salvá-la com risco da própria vida, enfrentou a corrente que se despenhava do alto dos valados e dos diques e que parecia querer varrer tudo na sua frente.

A cheia, nessa altura, investia já a Tapada.

[...]

O vento e a chuva tinham amainado.

A água, todavia, continuava subindo.

Principiou, então, a tarefa de trazer gente do Reguengo para Salvaterra onde se encontravam já a salvo várias famílias de povoações ribeirinhas para onde o pai de Costa Júnior tinha mandado barcos de socorro.

O pânico no Reguengo era enorme. A água ameaçava cobrir e destruir as casas e a população procurava refúgio nos pequenos barcos que por lá se encontravam.

Foi uma noite de terror.

Pela madrugada deixara de chover e o vento só de quando em quando passava sobre os campos inundados em rajadas rápidas e fracas.

Nos barcos só se ouvia o murmúrio das rezas e o rolar das águas deslizando velozes ao longo dos cascos.

[...]

José Vicente não pára um instante. Parece ser feito de ferro. Anima com a palavra e com o exemplo. Encontra-se sempre onde há um perigo a afastar, um salvamento a fazer.

Nesse mesmo dia, um pobre homem abeira-se de Costa Júnior, com as lágrimas nos olhos, o barrete na mão, e pede-lhe que salve dois bois retidos na Tapada onde certamente morreriam afogados ou de fome se os não fossem buscar.

[...]

Por muitos dias a imensa toalha líquida cobriu os campos marginais do Tejo.

O mau tempo passara. O céu era agora azul e o sol iluminava com a sua luz radiosa os campos desolados.

Mas as águas retirar-se-iam com o decorrer das horas e de novo a terra havia de florescer, as aves de cantar nos valados e os homens, esquecida a tormenta, voltariam a sorrir à lezíria do Ribatejo.

[ARAÚJO CORREIA] ¹⁹¹

Até agora as cheias eram a esperança e o pavor das populações ribeirinhas e atribuíram-se-lhes todos os males, ainda que, no âmago do pensamento de muitos, ao examinarem o grau hidrostático dos terrenos e a sua fertilidade a decair depois de anos de falta de cheias, houvesse o íntimo desejo de tornar a ver os campos inundados por massas de água que arrastassem os preciosos lodos e ensopassem de humidade os terrenos.

As cheias são um mal e são um bem. O seu desaparecimento ou a sua muito menor frequência podem causar graves problemas à economia ribatejana e provocar, nas próximas décadas, profundas alterações na economia agrícola.

A reconversão será acompanhada por decréscimo da produção vinícola. Os acontecimentos europeus da integração económica, em especial no Mercado Comum, criam graves danos à exportação de vinhos. E as exigências de alguns mercados em matéria de qualidade opõem obstáculos à saída do produto nacional.

Norberto Pedroso afirmava, já na primeira metade deste século ¹⁹²:

No Inverno, as Lezírias, tanto doces como salgadas, não devem ser nossas, mas sim das cheias, que, como deusas que são da fertilidade, as entregam na Primavera, altas e ricas.

Gerações de *Caramelos*, *Gaibéus*, *Murtoseiros*, *Cagaréus* e *Avieiros* apresaram-se a chegar, de pontos distintos, às suas margens, e, juntamente aos

¹⁹¹ ARAÚJO CORREIA, *O Tejo*, Lisboa, 1967, p. 80.

¹⁹² NORBERTO PEDROSO, *Lezírias e Cheias do Tejo*, Lisboa, 1941, p. 13.

Rabezanos sem terra, transformaram-se em protagonistas do seu fadário, na mira de um reduzido naco de pão¹⁹³:

O Tejo é a razão da sua vida. A cheia o seu purgatório — que será paraíso quando a chuva baixa, o Tejo tem cumprido o seu hierático ritual de fecundação. A todas as terras do Ribatejo, mesmo àquelas que não o vislumbram, levou o sémen abençoado das suas natas lodosas. E todas elas, que o receberam, parece, então, cantarem as hossanas da fertilidade [...]. E todo o Ribatejo é uma aleluia casta e promissora [...].

Quando na cheia se perde
O que, a trabalhar, se alcança,
Há sempre um barrete verde,
Como um símbolo de esperança.

CHEIAS¹⁹⁴

Temos nova invernía,
temos o povo assustado;
se o tempo não alivia,
temos o campo alagado.

Vila Franca de Xira

As portas da Ponta d'Erva
estão pendidas para o lado;
pelos jeitos que estou vendo
temos o campo alagado.

Vila Franca de Xira

Já vai a cheia no monte
lá p'ro lado da nascente;
o valado não s'aguenta
com o peso da corrente.

Vila Franca de Xira

Nas portas da Ponta d'Erva
já me vi numa aflição
lá passei o ciclone,
agarrado a um barracão.

Vila Franca de Xira

[PINHO LEAL]¹⁹⁵

Poucas terras do nosso paiz teem tão boas vias de comunicação, pois alem das mencionadas acrece um esteiro ou caes que a liga ao Tejo, com bastante movimento de faluas e barcos de toda a ordem, que navegam entre uma e a outra margem do grande rio, — entre Lisboa e Alcantara, cerca de 40 Kilometros a montante de Villa Velha de Rodam — e entre todas as povoações marginaes intermedias, sendo para lamentar a falta de policia e regulamentos com relação a esses barcos e falúas, o que tem dado logar a muitos naufragios e perdas de vidas e mercadorias.

Em 29 de junho de 1874, por exemplo, naufragou um barco nas agoas d'esta villa, perecendo Manuel de Mesquita, muito estimado por todos, e sete raparigas que eram a flôr de Villa Franca; — poucos annos antes se haviam submergido tambem aqui dois barcos, um da Povoá e outro d'esta villa, morrendo varias pes-

¹⁹³ FRANCISCO RADAMANTO, «O Tejo e o Seu Fado», *Vida Ribatejana*, número especial, ano 50.º, Lisboa, 1966, p. 119.

¹⁹⁴ ALVES REDOL, *Cancioneiro do Ribatejo*, Vila Franca de Xira, 1950, p. 65.

¹⁹⁵ AUGUSTO SOARES D'AZEVEDO BARBOSA DE PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XI, Lisboa, [1886], pp. 752-753.

soas; — mas, de todos os naufragios que Villa Franca tem presenciado n'este século, o mais luctuoso foi o que teve logar no dia 26 de maio de 1875.

Partia do Carregado uma falua com mercadorias para Lisboa, e, achando-se ali muitas pessoas que desejavam ir ver a procissão do Corpo de Deus, o falueiro offereceu-lhes passagem pela modicidade de 100 réis!...

Entulhou-se immediatamente a falúa, mas por infelicidade, indo á vela e soprando vento rijo, voltou-se com uma rajada e sossobrou esta villa e a da Castanheira.

De certo e tantas pessoas que iam a bordo pereceram mais de sessenta!

Acudiram varios barcos e salvaram alguns dos passageiros, mas os que iam debaixo da coberta e que constituíam o maior numero, pereceram todos!...

Imagine-se a afflictiva situação d'aquelles desgraçados, sem ar, vendo a agua precipitar-se sobre elles pela escotilha, debatendo-se em vão, soltando inutilmente dolorosos gritos, sem poderem respirar, sem poderem ser ouvidos, sem esperança de se salvarem, e fazer-se-ha idéa da suprema agonia d'aquelles infelizes e do quadro horroroso de tão angustiosa scena!...

«Era um espectáculo verdadeiramente afflictivo (diz um correspondente do Diario Illustrado) ver as innumeradas pessoas que corriam banhadas em lagrimas junto ao logar do sinistro, procurando no meio de espantosos gritos umas o marido, outras o pae, o irmão e os filhos, e pouco distantes, alguns dos naufragos, debatendo-se com as ondas!

Uma rapariga de 15 annos, dos arredores de Alenquer, teve a rara coragem de se agarrar ao mastro e de subir por elle à medida que o barco se ia afundando, esperando no topo que alguém a salvasse conjunctamente com tres ou quatro desgraçados que a ella se agarraram.

Ao vêr já perto a lancha, que foi em seu auxilio, não esperou que ella se aproximasse; lançou-se á agua e foi salva felizmente com aquelles que a acompanharam.

[FRANCISCO CÂNCIO] ¹⁹⁶

E pelo meio das grandes embarcações, ligando as duas margens e as povoações de água acima, passavam constantemente dezenas de barcos de todos os tamanhos, a remos ou à vela.

Dada a intensidade do movimento não será para admirar verificar-se um ou outro desastre.

No dia 1 de Julho de 1740, «aportando na ribeyra hũa barca de Cassilhas com muyta gente, ao sahir para fora, cahiram ao mar 8 pessoas humas sobre as outras, e nam obstante acudirem-lhe logo, ainda se affogaram duas mulheres, dous homens e hum menino de 4 annos, que nam appareceu».

A 20 de Agosto, indo, já de noite, uma barca para Cacilhas, muito carregada, atirada por vento rijo «tocou em hum navio Inglez: logo se lhe quebrou a proa, e por hum rombo começou a fazer tanta agoa, que, não obstante correr com velocidade, quando chegou a encalhar na praya, vinha mais de meyada de agoa, e quazi sumergindo-se: o que certamente socederia, se não fosse em occaziam de vazante, que ficando em seco, houve tempo para se salvar toda a carga, que trazia».

¹⁹⁶ FRANCISCO CÂNCIO, *Lisboa — Tempos Idos*, vol. II, fasc. I, Lisboa, 1958, pp. 44 e 47.

Foi, numa noite de escuro,
Que eu fui pescar com o futuro,
Ganhar para comer.
Se não sou tão ligeirinho,
E dentro do meu barquinho,
Eu tinha de ali morrer.

Já era de madrugada
E a vara não apeava.
E eu a remar, doidamente.
Meu Cipriano mais eu.
E, num barco maior que o meu,
Vinham quatro contra a gente.

No meu barquinho, a pescar,
Eu, assentado, a remar,
Tranquilo da minha vida.
Se me descuido mais um momento,
Em antes de pouco tempo,
Minha alma estava perdida.

Foi à volta do canal,
Quando vinham, afinal,
Esses heróis pescadores.
Minha mãe, triste coitada;
Cheguei a casa sem nada.
Foram eles os causadores.

Minha mãe tão descansada,
Em sua cama deitada,
Seus filhos a labutar.
Minha mãe do coração,
Fugi mais o meu irmão,
Porque nos queriam matar!

TI ZÉ MIRA LETRA

197 Cf. MARIA MICAELA R. T. SOARES, *O Povo da Lezíria e a Literatura Oral*, Lisboa, 1975, p. 14.

O CASO DA RAPARIGA QUE MORREU ¹⁹⁸

O caso que vou contar,
Caso passado no mar,
Em noite de escuridão,
Caso que conto, a cantar,
Embora sinta a chorar,
Cá dentro, o meu coração.

Foi nessa noite de horror
Que navegava um pescador
E, a bordo, a faina ia boa.
Em tão triste ocasião,
Uma outra embarcação
Lhe apareceu pela proa.

Dão-se os choques, com fragor,
E, num momento de horror,
No meio da dor sentida,
Uma delas vai ao fundo.
E, em pouco mais de um segundo,
Três almas perdem a vida.

Os assassinos, ao ouvir,
Pensaram foi em fugir,
Não lhe prestando socorro.
E Delfina, tão aflita,
Coitada, que ainda grita:
— Acode-me, Vergil', que eu morro!

Mas o Vergil' Botas, coitado,
Também estava naufragado
E nunca julgou viver.
Com a labuta da vida,
Ouviu sua mulher querida,
Mas não lhe pôde valer.

Vejam bem! Que aflição
Se viu aquele coração
Dessa boa e santa mãe,
Ao saber que ali morria
E suas filhas nunca mais via
E que morriam também!

Agora, tudo é mistério
Ao desastre, triste e sério,
Ponto de interrogação.
Naquele repouso funéreo,
Foram três para o cemitério
E não foi ninguém para a prisão.

TI ZÉ MIRA LETRA

¹⁹⁸ Id., *ib.*, pp. 16-17.

HISTORIOGRAFIA

1. Tentar por os pontos de vista e os pontos de partida e para onde o ponto de vista se encontra no ponto de partida.

2. Tentar por os pontos de vista e os pontos de partida e para onde o ponto de vista se encontra no ponto de partida.

3. Tentar por os pontos de vista e os pontos de partida e para onde o ponto de vista se encontra no ponto de partida.

4. Tentar por os pontos de vista e os pontos de partida e para onde o ponto de vista se encontra no ponto de partida.

5. Tentar por os pontos de vista e os pontos de partida e para onde o ponto de vista se encontra no ponto de partida.

6. Tentar por os pontos de vista e os pontos de partida e para onde o ponto de vista se encontra no ponto de partida.

7. Tentar por os pontos de vista e os pontos de partida e para onde o ponto de vista se encontra no ponto de partida.

8. Tentar por os pontos de vista e os pontos de partida e para onde o ponto de vista se encontra no ponto de partida.

A *Crónica Geral de Espanha de 1344*¹⁹⁹, ao delimitar o termo de Santarém, apresenta esta descrição²⁰⁰:

[...]

E Santarê jaz ao poente de Beja e ao poente de Cordova e jaz sobre o ryo de Tejo preto donde se mete enno mar.

[...]

E, quando enche o Tejo, saae pella terra chaã e cobrea toda e, pois que o ryo dece, fazê sementeiras muy boas sorodeas. E tanto fica a terra em boa maneira desposta que chega o pam a segar con os primeiros.

E quanto ao termo de Lisboa, que «ajuntou ã sy as bondades do mar e da terra», acrescenta²⁰¹:

A cidade de Lixboa jaz sobre o ryo de Tejo muy preto donde entra ãno mar. E Lixboa ha villas do seu senhorio, das quaaes hũa he Almadaã e a outra he Ossumo e a outra he Syntra. E em Almadaã ha hũu vyeiro de fyno ouro. E antre Lixboa e Almadaã vay huũ braço de mar que entra en Tejo.

Foram os cronistas, desde Fernão Lopes (m. 1459?), entusiásticos comentadores das grandezas do sítio de Lisboa e de toda a região que tem por núcleo o estuário do Tejo.

O probo «guardador das escrituras da Torre do Tombo» e escrupuloso autor das crónicas de alguns dos nossos reis, ao descrever as vicissitudes da governação de D. Fernando, diz, no prólogo²⁰²:

¹⁹⁹ Edição crítica do texto português por LUIS FILIPE LINDLEY CINTRA, vol. II, Lisboa, 1954.

²⁰⁰ Id., *ib.*, p. 66.

²⁰¹ Id., *ib.*, pp. 66-67.

²⁰² FERNÃO LOPES, *Crónica de Dom Fernando*, edição crítica por GIULIANO MACCHI, Lisboa, 1975, p. 6.

E portanto viinham de desvairadas partes muitos navios a ella, em guisa que com aquelles que viinham de fora e com os que no rreino avia jaziam muitas vezes ante a cidade quatrocentos e quinhentos navios de carregaçom; e estavom aa carga no rrio de Sacavem e aa ponta do Montijo da parte do Rribatejo sasenta e sateenta navios em cada logar, carregando de sall e de vinhos; e por a grande espessura de muitos navios que assi jaziam ante a cidade, como dizemos, hiam ante as barcas d'Almadaa aportar a Santos, que he hûu grande espaço da cidade, nom podendo marear per antr'elles.

O já mencionado eborense e desembargador da Casa de Suplicação, Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608), no seu tratado *Descrição do Reino de Portugal*, faz desta forma a apresentação da grande estrada líquida ²⁰³:

[...] & vindo aa notauel villa de Santarem, ahi a deixa rica não soamente das areas de ouro tam cantadas da antiguidade, mas com as innundações de cada anno, & com os nateiros que dellas ficão, que causão a admirável fertilidade naquelles campos, & nas lezirias que abaxo vão, as quaes se podem comparar aa das terras do Egipto quando o Nilo as bem rega [...]. Passando duas legoas abaxo de Santarem, vem a agoa do mar a receber este rio, & vai alargando mais. E dahi vai pouoado de muitos lugares frescos de muitos arvoredos, & de mui boõs edificios que fazem huma representação do paraiso terreal, até chegar a Lisboa, onde se faz o maior & o mais fermoso porto de todo o descuberto, assi por a segura estação das naos, como por a fermosissima vista que de si dà a grande cidade de Lisboa de huma parte e da outra fronteira os lugares de riba Tejo a borda do rio. As excelencias deste rio sam mais que de nenhum outro de Europa [...].

Antes havia dito, quando enumerou as «excelências» com que caracterizou o Tejo ²⁰⁴:

4.ª excelencia — bondade e salubridade de suas agoas para beber que he santa que por este respeito se fazem almazens dellas para os reis em Almerim e Salvaterra, onde estão muitas e mui grandes talhas que levam mais de uma pipa cada huma e alguns deles estão cheios de agoa de 30 anos para cima e tão boa e delgada e sem nenhum sabor que bebendo-se parece agoa estilada.

O chantre da Sé de Évora — «o último *antiquário* forjado à sombra do Renascimento português» — como já foi dito ²⁰⁵, Manuel Severim de Faria (1583-1665) deixou, das suas deambulações pelo país, valiosíssimo testemunho dessas peregrinações, de que se excertam alguns extractos ²⁰⁶, atinentes à bacia do baixo Tejo ²⁰⁷:

²⁰³ DUARTE NUNES DE LEÃO, *Descrição do Reino de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, 1785, p. 76 (a primeira edição é de 1610).

²⁰⁴ Id., *ib.*, p. 43.

²⁰⁵ JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604-1609-1625)*, Lisboa, 1974, p. 13.

²⁰⁶ *Itinerário de Jornada / Que Fez o Sôr Manoel Seuerim / D'Faria Chantre e Conego / Da See D'Euora e Miranda / no Anno d' 1609*, in JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *ob. cit.*, pp. 67-141.

²⁰⁷ Id., *ib.*, pp. 75-76.

De Lixboa a Sacauem ha duas legoas. Sacauem he hũ lugar de 100 vezinhos edificados polla comodidade de hũ braço de Tejo / fol. 197 / que polla terra dentro entre duas legoas ate Loures donde toma o nome. He este esteiro quando desemboca no Tejo de gram fundo; tanto que nelle entraõ navios de muitas tonelladas, e alguns galeons de carreira da Jndia, a larguesa não he muita e se passa este estreito por hũa barca que he estanque do duque de Bragança herdado do Conde Nuno Alvres, a quem a deu El-Rey D. Joaõ primeiro e lhe rende seiscentos cruzados. O Rio se uai estreitando polla terra dentro para a parte do Poente sempre em altura que navegaõ barcas, e de hũa parte e de outra da ribeira esta cerquada de quintas fresquissimas, e de muitas marinhas a ultima parte deste Rio dista pouco do de Alcantra, e rompendose huns valles que entre elles correm, se poderaõ comunicar sem muita deficuldade como o considerou excelentemente Luis Mendes de Vasconcellos.

De Sacavem ate Pouoa ha leoga e meia. A Pouoa he lugar dos Castelos brancos / fol. 197 v. /, Fertil de marinhas de que toda esta ribeira do Teio esta laurada, posto que estaõ ainda muitos salgados que elRey como direito senhorio que he das terras que cobre o mar podera dar, e aforar em desempenho de suas rendas.

Pouco adiante, na passagem por Alhandra e entre vários outros informes de grande alcance, dá a surpreendente notícia de então se efectuarem profusas capturas, nos charcos deixados nas lezírias pelas enchentes fluviais, de «grande copia de atuns bravos», fugidos aos frios do Setentrião²⁰⁸:

He abundante de pescarias, e polla comodidade do sitio frequentada dos que nauegaõ a rebeira do Teio. A fazenda desta Villa he vinhataria e oliuais de que todo este territorio de Lisboa está pouoadõ; e posto que o vinho polla bondade das uvas não he de dura, cõtudo o azeite he mui estimado. Defronte desta Villa começaõ as Liziras ilhas do Teio abundantissimas de trigo porẽ mais nomeadas dos antigos pella legeireza dos Caualos que em si criauaõ a qual era taõ estranha ao que alguns autores graues creraõ serem filhos do Vento de que modernamente ainda ha alguns uestigios. Estas liziras correm daqui ate Santarẽ, e saõ todas de S. Magestade. E as arrenda a particulares a tanto por moyo de sementeira de que ha grosissimos Lauradores em toda esta ribeira. Alẽ de paõ que se recolhe nestas lezírias, se mata pelo inuerno nos charcos dellas grande copia de atuns bravos, que fugindo os frios do norte e em buscar abrigo nestas terras mais quentes, e he tanto o numero dos que morrẽ nos laços e á espingarda que valẽ aqui a dez reis, o proueito que se podera seguir aforandose estas terras, assi para o bem comũ do Reyno / fol. 198 v. / como para o desempenho do patrimonio Real esta dito em outra parte.

Refere o *Livro das Grandezas de Lisboa*²⁰⁹, de Frei Nicolau de Oliveira, editado em 1620, que no Tejo navegava diariamente grande cópia de embarcações, num percurso de sessenta e seis léguas, entre Alcântara espanhola e Lisboa.

E nesse mesmo findar do segundo decénio de Seiscentos, o aludido presbítero, escudando-se em Duarte Nunes de Leão, enumera as virtudes da fluvial corrente que não só era no Oriente o mais conhecido de todos os rios

²⁰⁸ Id., *ib.*, pp. 77-78.

²⁰⁹ FR. NICOLAU DE OLIVEIRA, *Livro das Grandezas de Lisboa*, pp. 39-42.

européus como possuía mais que qualquer outro grande quantidade de poa-lhas de ouro nas suas areias, e sobretudo era «abundantissimo em pesca-rias, e não de quaesquer peixes, se não dos mais prezados do mundo»²¹⁰.

O Tejo foi, aliás, motivo caro a todos os panegiristas da capital, cons-tituindo cartaz luminoso para as suas descrições. Refere o beneficiado da Sé patriarcal de Lisboa, João Baptista de Castro (1700-1775), no meado do século XVIII²¹¹:

[...] o Tejo forma aqui o mais famoso porto do mundo.

E já o clérigo do hábito de São Pedro, António Carvalho da Costa, (1650-1715), no princípio do mesmo século, relata deste modo as belezas naturais do rio²¹²:

Duas legoas ao Nordeste de Lisboa, em lugar plano, esta situada [...] Vila Franca de Xira, a quem banhão pela parte do Nascente as cristalinas correntes do aurífero Tejo, que a faz abundante de peixe e fertiliza seus campos de trigo, cevada, melão, & legumes, produzindo fermosos ginetes, & grande numero de egoas infantis, que se crião nestas lizirias, das quais se usa em toda a lavoura.

Páginas atrás, ao descrever a vila de Povos, afirmara²¹³:

Nas margens do celebrado Tejo meya legoa ao Sudueste da Castanheira, & huma de Vila Franca de Xira para o Norte, em vistosa planície tem seu assento esta antiga Villa [...]

Cristalino o adjectiva de novo quando refere Castanheira do Ribatejo²¹⁴:

Sete legoas ao Nordeste de Lisboa em lugar plano nas ribeyras do cristalino Tejo esta fundada a villa de Castanheira.

Da vasta e significativa bibliografia com propostas para dirimir o asso-reamento do grande rio, a sua defesa e a forma de o tornar mais aproveitá-vel, elege-se aqui o texto de Estêvão Dias Cabral²¹⁵, escrito em 1790, no termo da investigação que fizera ao longo do fluxo do rio, durante alguns meses do ano antecedente, sendo o autor de opinião que «a história ou trabalho dos valados é mais moda do que necessidade»²¹⁶, e crendo mesmo que o impor-tante seria aumentar o número de valas escoantes e diminuir a altura dos mesmos valados.

²¹⁰ Id., *ib.*, p. 8.

²¹¹ JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, t. I, Lisboa, 1762, p. 33.

²¹² ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa*, t. III, Lisboa, 1712, p. 32.

²¹³ Id., *ib.*, t. III, p. 31.

²¹⁴ Id., *ib.*, p. 28.

²¹⁵ ESTEVÃO DIAS CABRAL, «Memória sobre os Danos Causados pelo Tejo nas Suas Ribanceiras», *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e Suas Conquistas*, t. II, Lisboa, 1790, pp. 155-197.

²¹⁶ Id., *ib.*, p. 190.

Acrescenta ainda ²¹⁷:

[...] Com o ímpeto que ele [o Tejo] ganha no canal chamado Tejo Novo, vai dar pancada na praia direita, e a rói nas vizinhanças aonde acaba o rio da Couraça: rebate daí à esquerda pouco acima defronte de Povos; torna à direita em Vila Franca e de novo à esquerda quase defronte de Alhandra. Por tudo começa goivas, cada uma das quais da sua banda tem precipitado tapadas, e da oposta, vai formando areais; e um destes é ocasião da despesa que se tem feito no cais de Povos; o qual cais por certo nunca poderá completar-se, enquanto crescer a goiva do seu areal. Evitar na sua causa, isto é, ao Tejo novo todos estes males não é possível, e se o fosse, seria perigoso, porque se deveria dar à corrente outra direcção. Mas não se deve permitir que as goivas já começadas se internem nas terras com danos maiores [...].

O cais de Povos constituiu mais tarde motivo para um outro monografista da região. Lino de Macedo, no seu proveitoso estudo sobre o concelho de Vila Franca de Xira ²¹⁸, por entre múltiplas informações acerca do Tejo, deixou uma curiosa resenha da prosperidade e infortúnios do movimentado cais daquela povoação ribeirinha, cais de cuja memória somente existe agora uma inerte legenda toponímica.

De um manuscrito de João Amaral, datado de 1851, transcreve o activo polígrafo a seguinte nota ²¹⁹:

A vila de Povos possuía sobre o Tejo um cais e escada de cantaria, como ainda hoje se vê ²²⁰ e muito frequentado como escala tanto dos barcos que desciam pelo rio a Lisboa como dos que, saindo desta, subiam acima pelo mesmo rio.

No mesmo cais, ricos marítimos tinham embarcações suas que davam quotidiana carreira para Lisboa, além de outros serviços a diferentes portos do Tejo, no que seus donos lucravam, viviam em abundância, e eram proprietários de bens urbanos e rústicos; e na mesma povoação conheci calafates, que exerciam o seu mister porque as embarcações da vila careciam do seu officio. Porém, toda esta vida lisonjeira, aprazível e rica lhe roubou o acrescido terreno que o Tejo em seus aluviões há menos de 50 anos lhe encostou sobre o cais e margem com que inteiramente inutilizou aquele porto, cedendo tudo em vantagem ao de Vila Franca de Xira.

Mestre Júlio de Castilho (1840-1919), na sua monumental obra *A Ribeira de Lisboa*, escreveu no primeiro capítulo do livro, como «quadro pitoresco a servir-lhe de introdução», uma evocação da «formosa baía do Tejo contemplada dos altos de Belver» ²²¹:

Quem no século XVI, por alguma formosa tarde de verão, destas tardes luminosas do clima peninsular, subisse ao monte lisbonense denominado da Boa Vista,

²¹⁷ Id., *ib.*, pp. 195-196.

²¹⁸ LINO DE MACEDO, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, 1893,

²¹⁹ LINO DE MACEDO, *ob. cit.*, pp. 165-166.

²²⁰ Em nota, escreve LINO DE MACEDO, *ob. cit.*, p. 165:

Na actualidade já não existe tal cais, que foi coberto pelos lodos do Tejo.

²²¹ JÚLIO DE CASTILHO, *A Ribeira de Lisboa*, 3.^a ed., vol. I, Lisboa, 1948, p. 15.

ou de Belver (hoje o Alto de Santa Catarina); quem ali fosse repousadamente espairar a alma na contemplação do Tejo, este nosso Tejo azul nacarado, esta baía sem rival; quem estendesse os olhos aos cachões brancos da barra, aos outeiros cretáceos da Caparica, às ribas do Alfeite, à linha grandiosa das serras da Arrábida e de S. Luís, ao cabeço histórico de Palmela, às terras chãs do Barreiro e Seixal, e ao montuoso lençol branco da casaria da Cidade, alastrado como em estendal ao rés das águas; quem, encostado ao parapeito de pedra (que já então havia) contasse um por um os galeões fundeados, as urcas, as carracas, ou seguisse o deslizar das caravelas e catraias... podia dizer, com entranhado gosto, que presenciava um dos espectáculos mais pitorescos, mais variados, e mais atractivos, de todo o mundo.

O veemente cronista e fecundo memorialista que foi Alberto Pimentel (1849-1925) referiu, nas páginas fervorosas da *Estremadura Portuguesa*²²²:

O rio Tejo, que divide a província da Estremadura em duas regiões, é a mais importante via fluvial do país

[...]

O estuário do Tejo, entre Lisboa e Alhandra, na margem direita e o Barreiro e Alcochete, na margem esquerda, tem o nome de *Mar da Palha* e exerce uma acção benéfica no regímen do rio, pois que, armazenando grande volume de águas da maré, estabelece correntes de refluxo, que impedem o assoreamento.

[...]

O rio Tejo foi outrora mais largo e amplo, e quando recuou de ambas as margens deixou nelas os germes da fecundidade que ele, como bom vizinho, continua alimentando generosamente.

O grande mestre da olisipografia, Augusto Vieira da Silva (1869-1951), num trabalho depois incluído nos seus *Dispersos*, escreveu esta sugestiva nota sobre um dos aproveitamentos do Tejo já de há muito extinto — as barcas de banhos²²³:

Eram as barcas de banhos velhos cascos de barcos que se adaptavam a essa nova aplicação.

Para isso, aos lados duma coxia longitudinal de circulação no convés, adaptava-se, a cada um dos costados, de proa à popa, uma estrutura de madeira, semelhante a uma longa caixa, com tecto ou tejadilho, dividida interiormente por tabiques transversais em celas ou compartimentos, com sua porta para o convés na parede anterior. Constituíam essas celas as barracas, para os banhistas se vestirem e despirem.

Os compartimentos alongavam-se para fora do convés do barco, e as suas paredes laterais e a posterior, que desciam vedadas até ao nível da água, prolongavam-se para baixo deste nível com a forma de gaiolas, com três das suas paredes feitas

²²² ALBERTO PIMENTEL, *A Estremadura Portuguesa. I. O Ribatejo*, Lisboa, 1908, pp. 12, 14 e 32.

²²³ AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, *Dispersos*, vol. III, Lisboa, 1960, pp. 375-382.

de grade de sarrafos, e com o fundo de tábuas de solho, que ficava cerca de 1,30 m abaixo do nível normal da água nos compartimentos. [...]

[...] Como as barcas estavam fundeadas, a água corrente das marés atravessava os sucessivos compartimentos submersos das barracas, pelos intervalos das grades de madeira das partes aquáticas das celas, proporcionando aos banhistas não só uma água permanentemente renovada, mas a surpresa do encontro com algum peixe ou alforreca, ou mesmo com qualquer objecto arrastado à tona de água. [...]

[...] Também as barcas serviam de barracas para os banhistas bons nadadores apenas se despirem e vestirem, a fim de tomarem o banho livre nas águas do Tejo.

Ao longo das paredes exteriores das barracas corria, nalgumas barcas, uma varanda com grade de madeira, que servia para espera e distracção dos banhistas. [...]

O diligente escritor e descritor da Estremadura e Ribatejo, Francisco Câncio (1903-1972), num dos seus mais conseguidos livros²²⁴, registou:

Há nas valas do Tejo um silêncio e uma beleza de tal ordem, que apetece ficar por lá esquecido das lutas da vida, embalado numa bateira, sentindo a passarada cantar contente nos parcéis e o cheiro das searas a encher o ar de um aroma salutar e forte, que faz bem ao corpo e à alma.

[...]

Quando a tarde cai sobre o rio e os barcos saem à pesca do sável, esguios e negros, a paisagem parece encher-se de uma melancolia estranha.

[...]

De um lado e doutro do Tejo, estendem-se as planícies imensas, as lezírias sulcadas por valas e abertas, que dão lentura às terras onde as searas crescem, os toiros pascem e o campino é rei.

De Araújo Correia, e da sua monografia dedicada à grande via fluvial, extraiu-se o seguinte dos capítulos «O Rio» e «Desenvolvimento industrial»²²⁵:

O Tejo, de todos os cursos de água nacionais, ou luso-espanhóis, é justamente aquele que poderá ter mais variadas utilizações porque proporciona todos os aproveitamentos de que é susceptível o rio: a rega de vastas zonas a sul e a jusante, e nos seus afluentes; a produção de energia; a navegação fluvial até ao maior porto da Península; a possibilidade de instalação de indústrias no seu vale; os consumos domésticos de uma zona muito povoada, incluindo Lisboa; e, finalmente, uma via fluvial turística, de castelos medievais, cheios de tradições históricas, que vão desde Lisboa e Santarém até à fronteira, passando por Torres Novas, Almourol, Abrantes, Belver, Amieira, Ródão e Alcântara, com outros na vizinhança de idêntico valor histórico e arquitectónico, em Tomar, Castelo Branco, Monsanto, Nisa, Flor da Rosa e Marvão. Poderá ser elemento fundamental no desenvolvimento de um

²²⁴ FRANCISCO CÂNCIO, *Ribatejo Lendário e Pitoresco*, Lisboa, 1947, pp. 107-108.

²²⁵ ARAÚJO CORREIA, *O Tejo*, Lisboa, 1967, pp. 49, 127 e 132.

turismo rico e duradouro, com a série dos lagos de Almourol, Belver, Fratel, Tejo Internacional e Alvito, além dos do Zêzere, servidos por estradas e caminhos-de-ferro que ligam a fronteira à capital.

[...]

O troço do vale do Tejo compreendido entre Lisboa e Tancos contém parcelas de terrenos muito férteis e ricos, que formam as lezírias, no próprio vale do rio e nas linhas de água adjacentes. Há também terrenos salgados, impróprios para as culturas normais. Se convenientemente saneados, talvez se pudessem transformar em solos próprios para culturas ricas.

A planificação, no aspecto económico, do vale do Tejo de Lisboa a Tancos é uma necessidade. Deve ter em conta todos os aspectos, de modo a não sacrificar à ocupação industrial terrenos altamente favoráveis a produções agrícolas rendosas.

[...]

A acção de massas de água no clima e das vias navegáveis no recreio, no turismo, é hoje elemento de grande interesse social. É por isso que o estabelecimento de uma via navegável através de uma região de padrões históricos, quase desde Lisboa a Toledo, representará um motivo de circulação e de rendimentos. E se acabarem por ser construídas todas as estruturas no vale do rio, em Espanha, a montante das já em construção em Alcântara e nos afluentes, e a que formará o lago do Alvito, com a sua vasta área e ilhas dispersas, perto da via navegável, e de grande estrada internacional, o vale do Tejo poderá competir até no aspecto do turismo com grandes rios europeus.



BIBLIOGRAFIA

- AFONSO X, O SÁBIO, *Cantigas de Santa Maria*, editadas por WALTER METMANN, vol. III, Coimbra, 1964.
- ALMEIDA, Fialho d', *Os Gatos*, nova edição, revista, prefaciada e anotada por ÁLVARO J. DA COSTA PIMPÃO, 4.º vol., Lisboa, 1949.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana*.
- ASENSIO, Eugénio, «Bernardim Ribeiro a la luz de un manuscrito nuevo. Cultura literaria y problemas textuales», *Estudios Portugueses*, Braga, 1975.
- ASENSIO, Eugénio, «El Romance de Bernardim Ribeiro *Ao Longo da Ribeira*. Texto Nuevo y Interpretación», *Estudios Portugueses*, Braga, 1975.
- Auto de Vicente Anes Joeira*, edição preparada por CLEONICE BERARDINELLI, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1963.
- BACELAR, António Barbosa, «Saudades de Aonio», *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portugueses* [...], publicada por MATIAS PEREIRA DA SILVA, 2.ª ed., t. V, Lisboa, 1746.
- BERARDINELLI, Cleonice. Cf. *Auto de Vicente Anes Joeira*.
- BERARDINELLI, Cleonice. Cf. CHIADO, António Ribero, *Auto das Regateiras*.
- BOCAGE. Cf. CIDADE, Hernâni, *Obras Escolhidas de BOCAGE*.
- BOTTO, António, *O Livro do Povo*, Lisboa, 1944.
- BRAGA, Marques. Cf. FERREIRA, António, *Poemas Lusitanos*.
- BRAGA, Teófilo. Cf. GARRETT, Almeida, *O Arco de Sant'Ana*.
- BRANCO, Camilo Castelo. Cf. GARRETT, Almeida, *Camões*.
- CABRAL, Estêvão Dias, «Memória sobre os Danos causados pelo Tejo nas Suas Ribanceiras», *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e Suas Conquistas*, t. II, Lisboa, 1790.
- CAMÕES, Luís de, *Obras Completas*, com prefácio e notas de HERNANI CIDADE, vol. II, Lisboa, 1955.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, fac-símile da edição de 1572, *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, preparado por AÍSA POGGI e outros, vols. A a C, Rio de Janeiro, 1966.
- CAMPOS, Agostinho de e OLIVEIRA, Alberto de, *Mil Trovas Populares Portuguesas*, colecionadas e prefaciadas por [...], 3.ª edição refundida, Lisboa, 1917.
- CAMPOS, Álvaro de. Cf. PESSOA, Fernando, *Poesias*.

- CÂNCIO, Francisco, *Lisboa. Tempos Idos*, vol. II, fasc. I, Lisboa, 1958.
- CÂNCIO, Francisco, *Ribatejo Lendário e Pitoresco*, Lisboa, 1947.
- Cancioneiro da Biblioteca Nacional, Antigo Colloci-Brancuti*, leitura, comentários e glosário de ELZA PAXECO MACHADO e JOSÉ PEDRO MACHADO, vol. V, Lisboa, s. d.
- Cancioneiro Geral de GARCIA DE RESENDE*, nova edição, com introdução e notas de ANDRÉE CRABBÉ ROCHA, vol. IV, Lisboa, 1973.
- CASTELO BRANCO, Camilo. Cf. BRANCO, Camilo Castelo.
- CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, 1893.
- CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, 3.ª ed., vol. I, Lisboa, 1948.
- CASTILHO, Visconde de. Cf. RIBEIRO, Tomás, *Dom Jaime*.
- CASTRO, Fernanda de, *Poesia I (1919-1969)*, Lisboa, 1969.
- CASTRO, João Baptista de, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, t. I, Lisboa, 1762.
- CHIADO, António Ribeiro, *Auto das Regateiras*, edição preparada por CLEONICE BERARDINELLI e RONALDO MENEGAZ, Rio de Janeiro, 1968.
- CHIADO, António Ribeiro, *Prática dos Compadres*, edição fac-similada com apresentação de LUCIANA STEGAGNO PICCHIO, Lisboa, 1964.
- CIDADE, Hernâni. Cf. CAMÕES, Luís de, *Obras Completas*.
- CIDADE, Hernâni. Cf. COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*.
- CIDADE, Hernâni, *Obras Escolhidas de BOCAGE*, vinhetas e ilustração de LIMA DE FREITAS, vol. I, Lisboa, 1967.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português por [...], vol. II, Lisboa, 1954.
- COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Porto, 1960.
- CORREIA, Araújo, *O Tejo*, Lisboa, 1967.
- COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, t. III, Lisboa, 1712.
- Crisfal*, com prefácio e notas de RODRIGUES LAPA, 2.ª ed., Lisboa, 1962.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*. Cf. CINTRA, Luís Filipe Lindley.
- DIAS, Augustos da Costa. Cf. GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*.
- DUARTE, Afonso, *Um Esquema do Cancioneiro Popular Português*, Lisboa, 1948.
- ELÍSIO, Filinto, *Poesias*, selecção, prefácio e notas de JOSÉ PEREIRA TAVARES, Lisboa, 1941.
- FARIA, Manuel Severim de. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604-1609-1625)*.
- FERREIRA, António, *Poemas Lusitanos*, com prefácio e notas de MARQUES BRAGA, vol. I, Lisboa, 1957.
- Fileno Desenganado*, Lisboa, Oficina de Domingos Gonçalves, 1787.
- GARÇÃO, Francisco Mayer, *A Minha Paisagem*, Coimbra, 1904.
- GARRETT, Almeida, *O Arco de Sant'Ana*, com um prólogo por TEÓFILO BRAGA, Porto, s. d.
- GARRETT, Almeida, *Camões*, edição conforme a revista pelo autor, com um estudo por CAMILO CASTELO BRANCO, Porto, s. d.
- GARRETT, Almeida, *Romanceiro*, edição revista e prefaciada por FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA, vol. III, Lisboa, 1963.
- GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*, com introdução e notas de AUGUSTO DA COSTA DIAS, Lisboa, 1963.
- GEDEÃO, António, *Poesias Completas (1956-1967)*, colecção «Poetas de Hoje», n.º 17, 4.ª ed. Lisboa, 1972.
- GOMES, Soeiro Pereira, *Esteiros*, Lisboa, 1971.
- GRAÇA, Júlio, *Lezíria*, Lisboa, 1952.
- GUERREIRO, M. Viegas, *Adivinhas Portuguesas*, Lisboa, 1957.
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos. I. Questões Públicas*, 7.ª ed., t. I, Amadora, s. d.

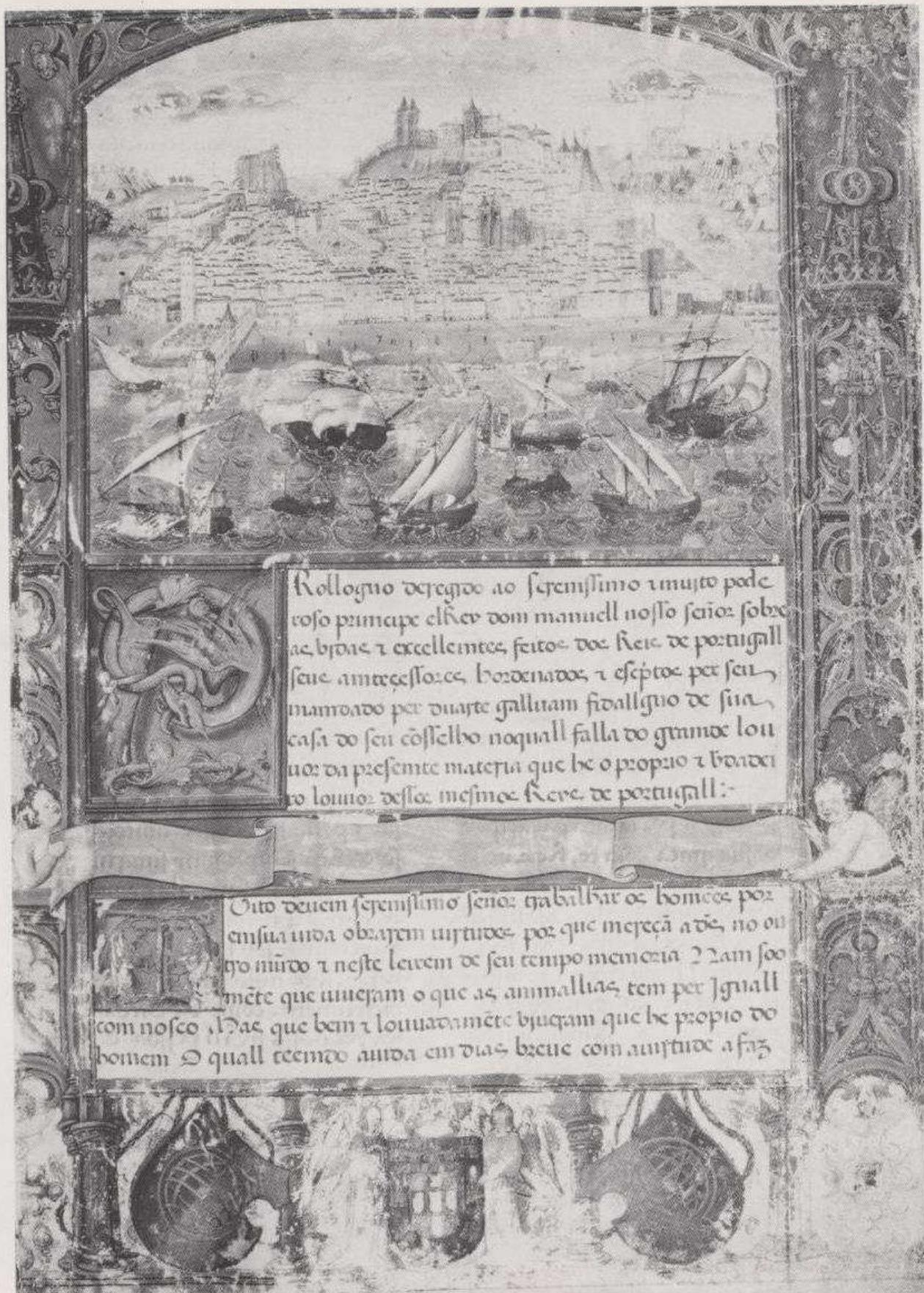
- HERCULANO, Alexandre, «Na Estremadura (Fragmento). Carta Primeira. A António de Melo S. Lourenço», *O Panorama*, vol. XI, Lisboa, 1854.
- Jornal do Comércio*, III ano, Lisboa, 8 de Maio de 1856.
- LAPA, M. Rodrigues, *Obras Completas de Sá de Miranda*, texto fixado, notas e prefácio por [...], vol. I, Lisboa, 1942.
- LAPA, Rodrigues. Cf. *Crisfal*.
- LAPA, Rodrigues. Cf. RIBEIRO, Bernardim, *Éclogas*.
- LAPA, Rodrigues, *Sátiras de NICOLAU TOLENTINO*, 3.ª ed., Lisboa, 1969.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reyno de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, 1785.
- LETRA, Ti Zé Mira. Cf. SOARES, Maria Micaela R. T., *O Povo da Lezíria e a Literatura Oral*.
- LIMA, Fernando de Castro Pires de. Cf. GARRETT, Almeida, *Romanceiro*.
- LOBO, Francisco Rodrigues, *Églogas*, introdução e notas de JOSÉ PEREIRA TAVARES, Lisboa, 1964.
- LOBO, Francisco Rodrigues, *Poesias*, selecção, prefácio e notas de AFONSO LOPES VIEIRA, 4.ª ed., Lisboa, s. d.
- LOPES, Fernão, *Crónica de Dom Fernando*, edição crítica por GIULIANO MACCHI. Lisboa, 1975.
- MACCHI, Giuliano. Cf. LOPES, Fernão, *Crónica de Dom Fernando*.
- MACEDO, Lino de, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, 1893.
- MACHADO, Elza Paxeco. Cf. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional, Antigo Colocci-Brancuti*.
- MACHADO, José Pedro. Cf. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional, Antigo Colocci-Brancuti*.
- MANUPELLA, Giacinto. Cf. MELO, D. Francisco Manuel de, *A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro*.
- MARIA AUGUSTA. Cf. SOARES, Maria Micaela, *Poesia Popular de Abril*.
- MARIA (Ti) CLAUDIO. Cf. SOARES, Maria Micaela R. T., *O Povo da Lezíria e a Literatura Oral*.
- MATOS, João Xavier de, *Os Pescadores. Écloga*, Lisboa, Oficina de Francisco Sabino dos Santos, 1777.
- MELO, D. Francisco Manuel de, *As Segundas Três Musas*, ensaio crítico, selecção e notas de ANTÓNIO CORREIA DE A. OLIVEIRA, 1.ª ed., Lisboa, 1945.
- MELO, D. Francisco Manuel de, *A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro*, edição fac-similada e leitura do autógrafo (1657), introdução e comentário por GIACINTO MANUPELLA, Coimbra, 1962.
- MENEGAZ, Ronaldo. Cf. CHIADO, António Ribeiro, *Auto das Regateiras*.
- MESQUITA, Alfredo, *Portugal Pitoresco e Ilustrado. I. Lisboa*, Lisboa, 1903.
- MIRANDA, Francisco de Sá de. Cf. LAPA, M. Rodrigues, *Obras Completas de Sá de Miranda*.
- MOLINA, Tirso de, *El Burlador de Sevilla*, in «Lisboa Vista pelos Estrangeiros. Uma descrição da Cidade», *Olisipo*, ano VIII, n.º 30, Lisboa, 1945.
- MOURÃO-FERREIRA, David, *Obra Poética*, 1.º vol., Venda Nova, 1980.
- MOURÃO-FERREIRA, David, *Portugal. A Terra e o Homem*, antologia de escritores do século XX, 1.ª série, II vol., Lisboa, 1979.
- NASCIMENTO, Cabral do, *O Livro de Cesário Verde*, 11.ª edição revista por [...], Lisboa, s. d.
- NEMÉSIO, Vitorino, *A Poesia dos Trovadores*, Lisboa, 1961.
- NEGREIROS, José de Almada, *Obras Completas*, t. 4, Lisboa, 1971.
- NORONHA, D. Tomás de, «A huma Regateira. Endechas», *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portugueses* [...], publicada por MATIAS PEREIRA DA SILVA, 2.ª ed., t. V, Lisboa, 1746.
- NORONHA, D. Tomás de, «A Morte de Francisco Rodrigues Lobo», *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portugueses* [...], publicada por MATIAS PEREIRA DA SILVA, 2.ª ed., t. V, Lisboa, 1746.

- Nova Relação da Batalha Naval, Que Tiveram os Algarvios com os Saveiros nos Mares que Confinão com o Celebrado Paiz da Trafaria*, Catalunha, Imprensa de Francisco Guevarz.
- OLIVEIRA, Alberto de. Cf. CAMPOS, Agostinho de, *Mil Trovas Populares Portuguesas*.
- OLIVEIRA, António Correia de A. Cf. MELO, D. Francisco Manuel de, *As Segundas Três Musas*.
- OLIVEIRA, Carlos de, *Trabalho Poético*, 1.º vol., Viseu, s. d.
- OLIVEIRA, José Augusto de, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, Narrada pelo Cruzado Osberno, Testemunha Presencial, prefácio de AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, Lisboa, 1935.
- OLIVEIRA, Fr. Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa, 1804.
- OSÓRIO, João de Castro, *Cancioneiro de Lisboa (Séculos XIII-XX)*, vol. II, Lisboa, 1956, vol. III, Lisboa, 1958.
- PASCOAES, Teixeira de. Cf. MOURÃO-FERREIRA, David, *Portugal. A Terra e o Homem*.
- PEDROSO, Norberto, *Lezírias e Cheias do Tejo*, Lisboa, 1941.
- PESSOA, Fernando [ALVARO DE CAMPOS], *Poesias*, Obras Completas de Fernando Pessoa, vol. II, Lisboa, 1964.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. Cf. CHIADO, António Ribeiro, *Prática dos Compadres*.
- PIMENTEL, Alberto, *A Estremadura Portuguesa. I. O Ribatejo*, Lisboa, 1908.
- PIMENTEL, Alberto, *Sem Passar a Fronteira*, Lisboa, 1902.
- PIMPÃO, Álvaro J. da Costa. Cf. ALMEIDA, Fialho d', *Os Gatos*.
- PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IX, Lisboa, s. d.
- PIRES, A. Tomás, *Cantos Populares Portugueses*, vol. II, Elvas, 1905.
- POGGI, Aísa e outros, *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, vols. A a C, Rio de Janeiro, 1966.
- RADAMANTO, Francisco, «O Tejo e o Seu Fado», *Vida Ribatejana*, número especial, ano 50.º, Lisboa, 1966.
- REBELO, Luís de Sousa. Cf. COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*.
- REDOL, Alves, *Avieiros*, 7.ª ed., Mem Martins, 1976.
- REDOL, Alves, *A Barca dos Sete Lemes*, 5.ª ed., Lisboa, 1967.
- REDOL, Alves, *Cancioneiro do Ribatejo*, Vila Franca de Xira, 1950.
- Relaçam em que se trata e faz hũa breue descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa, & seus arrebaldes [...]*, Lisboa, 1625, reprodução fac-similada do exemplar único pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, com uma nota explicativa de A. VIEIRA DA SILVA, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1970.
- RESENDE, Garcia de. Cf. *Cancioneiro Geral de GARCIA DE RESENDE*.
- RIBEIRO, Bernardim, *Éclogas*, selecção, prefácio e notas de RODRIGUES LAPA, 5.ª ed., Lisboa, 1967.
- RIBEIRO, Tomás, *Dom Jaime*, com uma conversação preliminar pelo senhor Visconde de Castilho, 10.ª edição, corrigida, Porto, 1901.
- ROCHA, André Crabbé. Cf. *Cancioneiro Geral de GARCIA DE RESENDE*.
- SAMPAIO, António de Vilas Boas e, «Saudades do Tejo e de Lixboa, na Ausencia da Senhora Catherina, Raynha da Gran-Bretanha Cantadas por Aonio Vezinho das Ribeiras do Cavado», *Poesias de Villas Boas e Sampaio*, Coimbra, 1841.
- SANTOS, J. C. Ary dos, *Resumo*, Lisboa, 1972.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 2.ª ed., vol. V, Póvoa de Varzim, 1982.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604-1609-1625)*, Lisboa, 1974.
- SILVA, A. Vieira da. Cf. *Relaçam em que se trata e faz hũa breue descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa, & seus arrebaldes [...]*.

- SILVA, Augusto Vieira da, *Dispersos*, vol. III, Lisboa, 1960.
- SILVA, Augusto Vieira da. Cf. OLIVEIRA, José Augusto de, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147), Narrada pelo Cruzado Osberno, Testemunha Presencial*.
- SILVA, Matias Pereira da. Cf. NORONHA, D. Tomás de, *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portugueses [...]*.
- SILVA, Matias Pereira da. Cf. BACELAR, António Barbosa, *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portugueses [...]*.
- SOARES, Maria Micaela, *Poesia Popular de Abril*, Lisboa, 1977.
- SOARES, Maria Micaela R. T., *O Povo da Lezíria e a Literatura Oral*, Lisboa, 1975.
- SOROMENHO, Alda da Silva. Cf. VASCONCELOS, J. Leite de, *Contos Populares e Lendas*.
- SOROMENHO, Paulo Caratão. Cf. VASCONCELOS, J. Leite de, *Contos Populares e Lendas*.
- TAVARES, João da Silva, *Calendário de Lisboa*, ilustrações de NUNO SAN PAYO, Lisboa, 1948.
- TAVARES, José Pereira. Cf. ELÍSIO, Filinto, *Poesias*.
- TAVARES, José Pereira. Cf. LOBO, Francisco Rodrigues, *Églogas*.
- TOLENTINO, Nicolau. Cf. LAPA, Rodrigues, *Sátiras de NICOLAU TOLENTINO*.
- TOLENTINO, Nicolau. Cf. OSÓRIO, João de Castro, *Cancioneiro de Lisboa*.
- TORGA, Miguel, *Diário*, III, 2.ª edição, revista, Coimbra, 1954.
- TORGA, Miguel, *Diário*, XI, Coimbra, 1973.
- TORGA, Miguel, *Poemas Ibéricos*, Coimbra, 1965.
- TORGA, Miguel, *Portugal*, 2.ª edição, refundida, Coimbra, 1937.
- TURACEM, Félix da Castanheira, *Seraõ Politico, Abuso Emendado Dividido em Tres Noites para Divertimento dos Curiosos*, 2.ª ed., Lisboa, na Oficina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de sua Magestade, 1724.
- VASCONCELOS, J. Leite de, *Contos Populares e Lendas*, coordenação de ALDA DA SILVA SOROMENHO e PAULO CARATÃO SOROMENHO, vol. I, Coimbra, 1964.
- VERDE, Cesário. Cf. NASCIMENTO, Cabral do, *O Livro de Cesário Verde*.
- VIANA, Mário Gonçalves, «Antologia Olisiponense. Conceituação Global de Lisboa», *Boletim Cultural* da Junta Distrital de Lisboa, série II, n.º 59-60, Lisboa, 1963.
- VICENTE, Gil, «Auto da Fama», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Auto da Índia», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Auto das Fadas», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Comedia de Rubena», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Fragoa de Amores», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Não damores», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VIEIRA, Afonso Lopes. Cf. LOBO, Francisco Rodrigues, *Poesias*.
- VIEIRA, Padre António, *Cartas*.
- VIEIRA, Padre António. Cf. VIANA, Mário Gonçalves, «Antologia Olisiponense. Conceituação Global de Lisboa», *Boletim Cultural* da Junta Distrital de Lisboa.

- Nova Relação da Batalha Naval, Que Tiveram os Algarvios com os Saveiros nos Mares que Confinão com o Celebrado Paiz da Trafaria*, Catalunha, Imprenta de Francisco Guevarz.
- OLIVEIRA, Alberto de. Cf. CAMPOS, Agostinho de, *Mil Trovas Populares Portuguesas*.
- OLIVEIRA, António Correia de A. Cf. MELO, D. Francisco Manuel de, *As Segundas Três Musas*.
- OLIVEIRA, Carlos de, *Trabalho Poético*, 1.º vol., Viseu, s. d.
- OLIVEIRA, José Augusto de, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, *Narrada pelo Cruzado Osberno, Testemunha Presencial*, prefácio de AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, Lisboa, 1935.
- OLIVEIRA, Fr. Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa, 1804.
- OSÓRIO, João de Castro, *Cancioneiro de Lisboa (Séculos XIII-XX)*, vol. II, Lisboa, 1956, vol. III, Lisboa, 1958.
- PASCOAES, Teixeira de. Cf. MOURÃO-FERREIRA, David, *Portugal. A Terra e o Homem*.
- PEDROSO, Norberto, *Lezírias e Cheias do Tejo*, Lisboa, 1941.
- PESSOA, Fernando [ALVARO DE CAMPOS], *Poesias, Obras Completas de Fernando Pessoa*, vol. II, Lisboa, 1964.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. Cf. CHIADO, António Ribeiro, *Prática dos Compadres*.
- PIMENTEL, Alberto, *A Estremadura Portuguesa. I. O Ribatejo*, Lisboa, 1908.
- PIMENTEL, Alberto, *Sem Passar a Fronteira*, Lisboa, 1902.
- PIMPÃO, Álvaro J. da Costa. Cf. ALMEIDA, Fialho d', *Os Gatos*.
- PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IX, Lisboa, s. d.
- PIRES, A. Tomás, *Cantos Populares Portugueses*, vol. II, Elvas, 1905.
- POGGI, Aísa e outros, *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, vols. A a C, Rio de Janeiro, 1966.
- RADAMANTO, Francisco, «O Tejo e o Seu Fado», *Vida Ribatejana*, número especial, ano 50.º, Lisboa, 1966.
- REBELO, Luís de Sousa. Cf. COELHO, Jacinto do Prado (dir.), *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*.
- REDOL, Alves, *Avieiros*, 7.ª ed., Mem Martins, 1976.
- REDOL, Alves, *A Barca dos Sete Lemes*, 5.ª ed., Lisboa, 1967.
- REDOL, Alves, *Cancioneiro do Ribatejo*, Vila Franca de Xira, 1950.
- Relaçam em que se trata e faz hũa breue descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa, & seus arrebaldes [...]*, Lisboa, 1625, reprodução fac-similada do exemplar único pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, com uma nota explicativa de A. VIEIRA DA SILVA, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1970.
- RESENDE, Garcia de. Cf. *Cancioneiro Geral de GARCIA DE RESENDE*.
- RIBEIRO, Bernardim, *Éclogas*, selecção, prefácio e notas de RODRIGUES LAPA, 5.ª ed., Lisboa, 1967.
- RIBEIRO, Tomás, *Dom Jaime*, com uma conversação preliminar pelo senhor Visconde de Castilho, 10.ª edição, corrigida, Porto, 1901.
- ROCHA, André Crabbé. Cf. *Cancioneiro Geral de GARCIA DE RESENDE*.
- SAMPAIO, António de Vilas Boas e, «Saudades do Tejo e de Lixboa, na Ausencia da Senhora Catherina, Raynha da Gran-Bretanha Cantadas por Aonio Vezinho das Ribeiras do Cavado», *Poesias de Villas Boas e Sampaio*, Coimbra, 1841.
- SANTOS, J. C. Ary dos, *Resumo*, Lisboa, 1972.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 2.ª ed., vol. V, Póvoa de Varzim, 1982.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604-1609-1625)*, Lisboa, 1974.
- SILVA, A. Vieira da. Cf. *Relaçam em que se trata e faz hũa breue descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa, & seus arrebaldes [...]*.

- SILVA, Augusto Vieira da, *Dispersos*, vol. III, Lisboa, 1960.
- SILVA, Augusto Vieira da. Cf. OLIVEIRA, José Augusto de, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147), Narrada pelo Cruzado Osberno, Testemunha Presencial*.
- SILVA, Matias Pereira da. Cf. NORONHA, D. Tomás de, *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portugueses [...]*.
- SILVA, Matias Pereira da. Cf. BACELAR, António Barbosa, *A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portugueses [...]*.
- SOARES, Maria Micaela, *Poesia Popular de Abril*, Lisboa, 1977.
- SOARES, Maria Micaela R. T., *O Povo da Lezíria e a Literatura Oral*, Lisboa, 1975.
- SOROMENHO, Alda da Silva. Cf. VASCONCELOS, J. Leite de, *Contos Populares e Lendas*.
- SOROMENHO, Paulo Caratão. Cf. VASCONCELOS, J. Leite de, *Contos Populares e Lendas*.
- TAVARES, João da Silva, *Calendário de Lisboa*, ilustrações de NUNO SAN PAYO, Lisboa, 1948.
- TAVARES, José Pereira. Cf. ELÍSIO, Filinto, *Poesias*.
- TAVARES, José Pereira. Cf. LOBO, Francisco Rodrigues, *Églogas*.
- TOLENTINO, Nicolau. Cf. LAPA, Rodrigues, *Sátiras de NICOLAU TOLENTINO*.
- TOLENTINO, Nicolau. Cf. OSÓRIO, João de Castro, *Cancioneiro de Lisboa*.
- TORGA, Miguel, *Diário*, III, 2.ª edição, revista, Coimbra, 1954.
- TORGA, Miguel, *Diário*, XI, Coimbra, 1973.
- TORGA, Miguel, *Poemas Ibéricos*, Coimbra, 1965.
- TORGA, Miguel, *Portugal*, 2.ª edição, refundida, Coimbra, 1937.
- TURACEM, Félix da Castanheira, *Serao Politico, Abuso Emendado Dividido em Tres Noites para Divertimento dos Curiosos*, 2.ª ed., Lisboa, na Oficina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de sua Magestade, 1724.
- VASCONCELOS, J. Leite de, *Contos Populares e Lendas*, coordenação de ALDA DA SILVA SOROMENHO e PAULO CARATÃO SOROMENHO, vol. I, Coimbra, 1964.
- VERDE, Cesário. Cf. NASCIMENTO, Cabral do, *O Livro de Cesário Verde*.
- VIANA, Mário Gonçalves, «Antologia Olisiponense. Conceituação Global de Lisboa», *Boletim Cultural* da Junta Distrital de Lisboa, série II, n.º 59-60, Lisboa, 1963.
- VICENTE, Gil, «Auto da Fama», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Auto da Índia», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Auto das Fadas», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Comedia de Rubena», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Fragoa de Amores», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VICENTE, Gil, «Não damores», *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, reimpressão fac-similada da edição de 1562, Lisboa, 1928.
- VIEIRA, Afonso Lopes. Cf. LOBO, Francisco Rodrigues, *Poesias*.
- VIEIRA, Padre António, *Cartas*.
- VIEIRA, Padre António. Cf. VIANA, Mário Gonçalves, «Antologia Olisiponense. Conceituação Global de Lisboa», *Boletim Cultural* da Junta Distrital de Lisboa.



Kollogio de regido ao serenissimo e iusto pade-
roso principe el Rey dom manuell nosso seior sobre
as bñdas e excellentes feitos do Rey de portu-
gall seue antecessores, ordenados e escriptos per seu
mandado per duarte galluam fidalgua de sua
casa do seu cõselho no qual falla do grande lou-
uor da presente materia que he o proprio e boade-
ro louuo deffor mesme Rey de portu-
gall:

Quo deuem serenissimo seior traballar os homẽes por
em sua vida obrarem uirtudes por que mereca a de, no ou-
tro mundo e neste leuem de seu tempo memoria. Nam soo
mẽte que uiuesam o que as animalhas tem per igual
com nosco. Mas que bem e louuadamente bñquam que he proprio do
homem e quall teendo auida em dias breue com auidade a faz

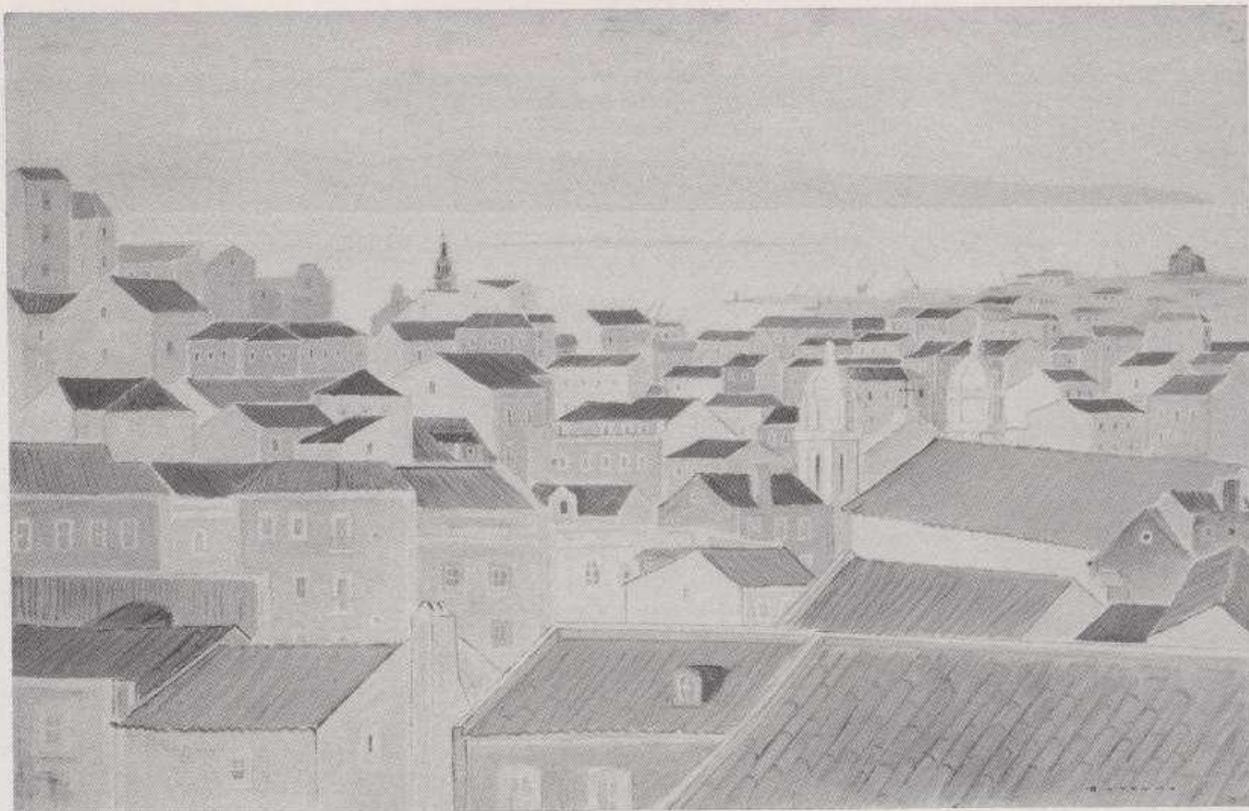
Lisboa e o Tejo (DUARTE GALVAO, Crónica de D. Afonso Henriques)
Fotografia de António de Almeida J.º



Jerónimos (Painel de azulejos setecentistas (pormenor)).
Fotografia de José dos Santos Almeida



Torre de Belém (JEAN-BAPTISTE MONNOYER)
Notícia e fotografia do Prof. Doutor A. Nogueira Gonçalves



Lisboa e o Tejo (CARLOS BOTELHO)
Fotografia de Mário Soares e Abílio Barata



Doca de Sacavém (FREDERICO AIRES)
Fotografia de Mário Soares e Abílio Barata



Velas no Tejo
Fotografia da Prof.^a Doutora Raquel Soeiro de Brito

Barcos no Tejo
Fotografia de Carlos Tomé





Cheia do Tejo (STUART CARVALHAIS)
Fotografia de Mário Soares e Abílio Barata

DE ALVERCA À CASTANHEIRA — CINCO VILAS DA ESTREMADURA ATRAVÉS DAS COROGRAFIAS SETECENTISTAS

CLARA FRAYÃO CAMACHO

As Corografias, espécie de dicionários geográficos com informações de ordem administrativa, demográfica, económica e histórica, são para os estudos de história local instrumentos fundamentais de trabalho, pontos de partida muitas vezes. Olhar as vilas de Alverca, Alhandra, Vila Franca de Xira, Povos e Castanheira através das Corografias setecentistas é o que aqui se pretende. Observação parcelar, sem dúvida, mas que permite uma possibilidade de apreciação do conjunto destas terras à beira do Tejo, no século XVIII, utilizando fontes que, embora de autores diversos, se apresentam com características formais semelhantes.

Utilizando ora a ordenação alfabética, ora a geográfica, as obras em que nos deteremos situam-se no meio século que vai de 1707 a 1762. Agostinho de Santa Maria é o frade autor de *Santuário Mariano* (1707-23) onde são indicadas as igrejas, capelas e conventos com culto a Nossa Senhora, a par de algumas breves referências às respectivas povoações. De António Carvalho da Costa, também clérigo, é a obra que dá pelo título — à boa maneira barroca — de *Corografia Portuguesa e Descrição topografica do famoso Reyno de Portugal com as noticias das fundações das Cidades, Villas e lugares que contem: varoens illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observaçoens* (1712) que nos dá bem a ideia do variado conteúdo e dos princípios que presidiam a estas obras. Seguem-se-lhe a *Geografia Histórica* de Luís Caetano de Lima (1736), a *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal* de Oliveira Freire (1739), o *Diccionario Geografico* do P.^o Luís Cardoso, de que se publicaram apenas as letras A, B e C (1747-52)¹

¹ Não consultámos a sequência da obra — «Memórias paroquiais» — inédita na Torre do Tombo.

e o *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* de João Baptista de Castro (1762).

Destes textos naturalmente ressalta o espírito e o estilo dos homens que os escreveram, cujas preocupações de exactidão e de quantificação diferiam grandemente das do nosso século. Vamos, deste modo, encontrar não raro a falsidade e a contradição entre algumas informações fornecidas. Noutros casos, como em Fr. Agostinho de Santa Maria, é uma interpretação moralista e dogmática do mundo que nos leva a contornar e a depurar muito do que nos é dito.

Nesta breve análise deixaremos de lado os apontamentos históricos referidos pelos vários autores para nos determos nas informações que caracterizam o tempo em que escreveram: quantos eram os homens e mulheres dos aglomerados referidos, por que normas se orientavam e regulavam, que modo de vida tinham, enfim, as populações que habitavam as vilas que hoje são parte do concelho de Vila Franca de Xira, quando em Portugal reinaram D. João V e D. José I.

De Alverca à Castanheira uma unidade de implantação geográfica: assentes na margem norte do Tejo têm as vilas frente a si as extensas e férteis lezírias, não distando da capital do Reino senão umas escassas «quatro léguas para o Norte» (Alverca) e «sete léguas para Nordeste» (Castanheira)².

1. POPULAÇÃO

Dos vários aspectos que nos são fornecidos pelas corografias, é este o que mais dificuldades nos traz. Não que sejam inexistentes os números. Pelo contrário, abundam as referências à quantidade de «almas», «vizinhos» e «fogos» nas várias localidades. Apenas são de tal modo contraditórias, que as incertezas relativamente à veracidade das informações são enormes. E, no entanto, é-nos premente saber como se distribuía a população pelas várias povoações, quais as mais populosas, como variou ao longo de um século que teve na sua metade um devastador terramoto. A estas interrogações dificilmente pode responder, em detalhe, a demografia do século XVIII³.

² Cf. CARDOSO, Luís, *Diccionario Geográfico*, vol. I, Lisboa, 1747, pp. 396 e 506.

³ PERES, Damião, *História de Portugal*, vol. VI, Barcelos, 1934, p. 363: «Quanto a números precisos, a incerteza dos séculos anteriores persiste. Os censos feitos quasi sempre com fins eclesiásticos, fiscais ou militares empenham-se sobretudo em apurar o número de fogos, e, quando se ocupam do dos indivíduos, pouco seguros esclarecimentos dão, visto que fixam apenas, em geral, o de almas de confissão (os maiores de 7 anos) ou de almas de comunhão (maiores de 11 anos). E porque isto nem sequer vem sempre claramente expresso as estatísticas do período de que nos estamos ocupando teem dado lugar a dúvidas e controvérsias de difficilima solução».

Durante este período é realizada, em 1732, a mandado do marquês de Abrantes, a «Lista de Fogos e lugares que Há nas Terras de Portugal» publicada em 1736 por Caetano de Lima. Seja embora a fonte mais segura, não deixa também de ter suscitado críticas e controvérsias. Já no final do século (1798) é organizada a «Lista de Povos do Reino», conhecida como o censo de Pina Manique. Mau grado o carácter oficial destes levantamentos, a verdade é que se terá de esperar pelos meados do século XIX (1864) para se possuir o primeiro recenseamento sistemático de toda a população, acompanhando o desenvolvimento dos métodos estatísticos.

Com todos os condicionalismos apontados, o quadro possível de elaboração é o seguinte:

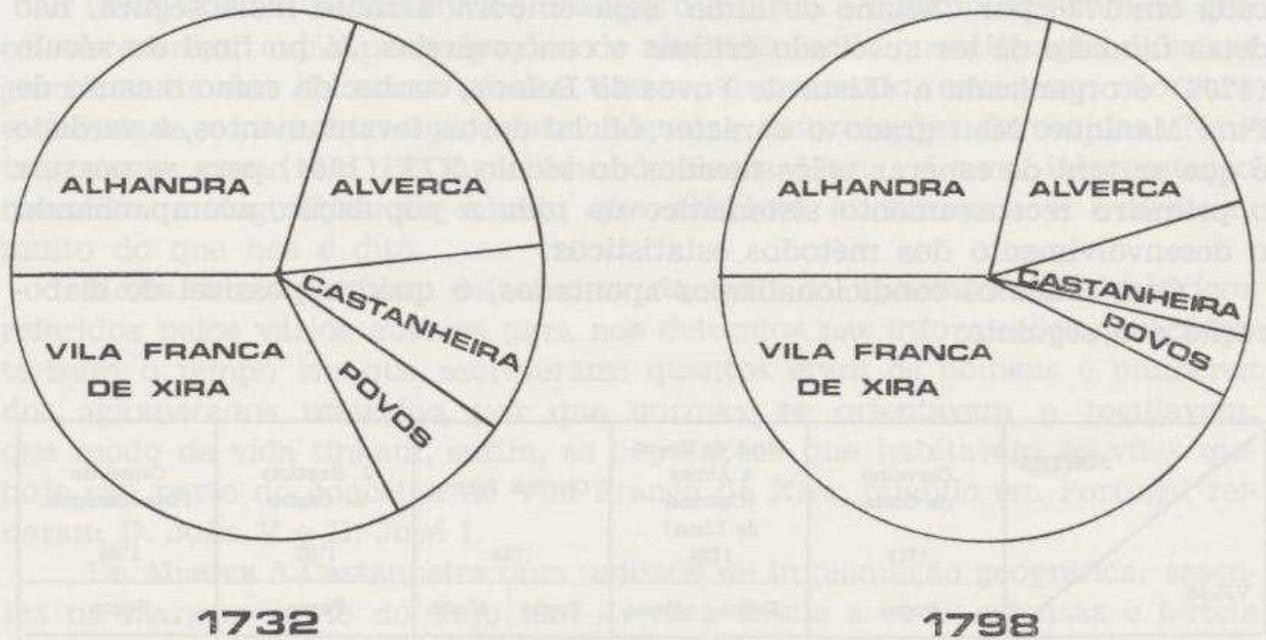
FONTE	Carvalho da Costa	Lista de Fogos e Almas (Caetano de Lima) 1732		Oliveira Freire 1739		J. Baptista de Castro 1762	Censo de Pina Manique 1798
	1712	Fogos	Almas	Fogos	Almas	Fogos	Fogos
	VILAS	Fogos	Fogos	Almas	Fogos	Almas	Fogos
Alhandra	443	667 ⁺	2.325	397	1.350	400/500 ⁺	751
Alverca	444	429	1.556	333	1.218	350/100 ⁺	438
Castanheira	188	267	921	267	921	500	216
Povos	77	177	629	177	629	300	110
Vila Franca	989	743	2.902	743	2.902	950	1.041

Como informações oficiais, as de 1732 e 1798. As restantes, cujo afastamento no tempo — 1712 e 1762 — nos poderia fornecer uma ideia de evolução, não parecem constituir fonte muito segura, indicando números na aparência demasiado elevados para alguns casos — Vila Franca de Xira em 1712 e as localidades em geral em 1762 que, sete anos após o terramoto, apresentariam população superior aos finais do século. Ao lado da *Lista de Fogos* de 1732, apresentamos os números de Oliveira Freire em *Descripçam Corografica ...* (1739) que, pela coincidência relativamente a Castanheira, Povos e Vila Franca, parece ter utilizado como fonte a referida lista, sendo que a variação registada em Alhandra e Alverca poderá significar a diferença entre a população das vilas propriamente ditas e a população do termo.

Afastada a possibilidade de estabelecimento de um gráfico da evolução demográfica, detenhamo-nos nas informações de 1732 e de 1798 no que concerne à relação demográfica entre as cinco vilas.

⁺ Estes números incluem o «termo» da vila.

Distribuição da População



No final de Setecentos distanciava-se já Vila Franca das restantes vilas, com cerca de 4.000 habitantes⁵, seguindo-se-lhe Alhandra que rondaria os 2.800 habitantes (este número inclui o termo — S. João dos Montes —, a vila propriamente dita não deveria ultrapassar os 1.600), Alverca com 1.600, Castanheira com 800 e Povos com 400, distribuição cujas diferenças prosseguiriam no século seguinte.

2. ADMINISTRAÇÃO

As repetidas referências à administração local e ao enquadramento das povoações na organização administrativa central do Reino, mostram-nos bem como na rígida estrutura do Antigo Regime pesavam as regras estabelecidas, a hierarquia, a estrutura administrativa, enfim, que as leis, alvarás e ordenações estipulavam.

O Reino dividia-se em províncias, estas em comarcas. No período que analisamos tem a Estremadura, uma das seis províncias de Portugal, oito comarcas: Lisboa, Torres Vedras, Alenquer, Leiria, Tomar, Ourém, Santarém e Setúbal. À comarca de Torres Vedras pertencem Alverca, Alhandra, Vila Franca, Povos e Castanheira — são cinco das dezoito vilas que a compõem.

A estrutura administrativa de cada concelho é-nos detalhadamente descrita em 1712 por Carvalho da Costa e em 1747 por Luís Cardoso (neste

⁵ Quantitativos obtidos a partir do número de fogos (dimensão média = 4 habitantes).

último apenas Alhandra, Alverca e Castanheira nos três volumes publicados). A enumeração dos vários funcionários administrativos permite-nos traçar o seguinte quadro:

VILAS FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS	ALHANDRA		ALVERCA		CASTANHEIRA		POVOS	VILA FRANCA DE XIRA
	1712	1747	1712	1747	1712	1747	1712	1712
Juiz de Fora								1
Juiz Ordinário	2	2	2	2	2	2	2	
Juiz de Órfãos	1	1	1	1	1	1	1	1
Vereadores	?	3	3	3	3	3	3	3
Procurador do Concelho	1	1	1	1	1	1	1	1
Escrivães da Câmara	1	1	1	1	1	1	1	1
Escrivães do Judicial	1	1	1	2	1	1	1	3
Inquiridor				1				1
Tabeliães		2	1	2	4	4	2	
Alcaide		1	1	1			1	
Almotacés				2				
Partidores				2				
Almoxarife				1				
Ouvidores			1		1	1		

Na generalidade, apresentam-se os cinco concelhos em 1712 com uma estrutura administrativa semelhante: cada câmara com seus três vereadores, um procurador do concelho e um escrivão.

No tocante ao judicial, Vila Franca possuía «Juiz de Fora», esse magistrado estranho ao concelho com autoridade outorgada pelo rei e que era o mais alto representante do poder central, encontrando-se assim, entre a quinta parte das vilas que possuíam tal magistrado. Nas outras vilas era aos «Juizes Ordinários» que cabia a administração da justiça no concelho.

Entre 1712 e 1747 Alverca vê complexificar-se o seu sistema administrativo com a introdução de oito novos funcionários, sobretudo de cariz judicial mas também dois fiscais da circulação comercial (os almotacés). É, no entanto, de tal modo imprecisa a fronteira entre a jurisprudência e a administração, sobretudo no que respeita aos funcionários menores, que muitos

dos cargos apontados tinham uma dupla função. Outras vezes os termos são, por si só, polivalentes, como o «ouvidor», designação genérica de magistrados jurisdicionais que na Castanheira estava na dependência do «Juiz de Órfãos» e em Alhandra era, pelo contrário, um alto funcionário nomeado pelo Patriarcado trianualmente, superintendendo depois a eleição dos juizes ordinários e dos vereadores.

Esta estrutura administrativa, que várias Ordenações tinham consagrado, denotava já um certo grau de independência aos magistrados locais que deliberavam plenamente em assuntos correntes, embora só a Revolução Liberal tenha trazido novas liberdades de acção aos municípios.

No aspecto militar apresentam-se Povos, Castanheira e Alverca providas cada uma com a sua «Companhia de Ordenança», registando Alverca em 1747 duas Companhias. Vila Franca possuía alcaide-mor, Castanheira capitão-mor e as restantes tinham sargento-mor, autoridades que, pela ordem hierárquica apontada, comandavam as tropas de ordenança, espécie de tropas milicianas a quem competia substituir as tropas em campanha na guarnição de praças.

3. ESTRUTURAS SOCIO-ECONÓMICAS

O conhecimento da economia e da sociedade desta região em finais do Antigo Regime é essencial não só para a história local, mas também para o esclarecimento de certos aspectos da sociedade portuguesa, cujas classes privilegiadas estão intimamente ligadas ao domínio das lezírias. Estando por fazer a história destas «fertilíssimas terras», não é também aqui — com uma panóplia restrita de fontes e com um objecto determinado, as cinco vilas da margem norte do Tejo — que acrescentaremos muitas achegas a esta questão. De qualquer modo, e embora abordando as vilas do lado de cá, é impossível ignorar as terras da margem sul, sendo os dominadores da terra os mesmos, estando a propriedade das vilas arreigada às campinas que lhes ficam em frente: a Casa Real, a igreja, alguma nobreza possuem, por vínculo, a propriedade do solo.

Castanheira e Povos que haviam pertencido aos Condes da Castanheira — «(...) que nella [Castanheira] tinham o quarto do pão e os oitavos do vinho»⁶ — passam em 1705 para a Casa do Infantado, essa instituição senhorial criada no século XVII para a família real, cujas propriedades e rendimentos sempre acrescidos a tornam no século XVIII possuidora de um dos maiores patrimónios portugueses.

Alverca é das capelas de D. Afonso IV, ou seja, constitui «(...) um conjunto de bens em princípio affectos a uma obra pia, a assegurar o culto mas que em grande parte acaba por constituir um morgado; quer dizer está tam-

⁶ COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, 2.^a ed., vol. III, Lisboa, 1869, p. 21.

bém indissolúvelmente ligado a uma família que cumpre os deveres religiosos inerentes a tal fundação, mas goza do usufruto desses bens»⁷.

Vínculo é também Alhandra, pertença durante séculos dos Arcebispos de Lisboa e, neste período, do Patriarcado. Vila Franca é dos bens da Coroa mas a sua Igreja Paroquial é comenda da Ordem de Cristo.

A concentração de grandes extensões de propriedade na classe nobiliárquico-elesiástica que arrecada direitos rendosos sobre a produção económica é o traço mais dominante da estrutura existente na zona e que sobressai também da leitura das Corografias. Estas ignoram, porém, a referência mais pormenorizada à classe nobre que habitava na região. É-nos somente dito, no quantitativo da população, que «têm nobreza» ou que em redor das vilas existem «quintas nobres».

Produzindo, com métodos rudimentares e de modo quase espontâneo, trigo, cevada, milho e legumes, abundantes de caça e de gado cavalariço, as lezírias eram, sobretudo, o grande centro abastecedor de Lisboa. Nelas trabalhava população da outra margem como jornaleiros e rendeiros. Diferenciações sociais entre as camadas populares já notadas por Luís Cardoso: «Correm estas lezírias daqui até Santarém, e são todas de sua Magestade e as arrenda a particulares, a tanto por moyo de sementeira, de que ha grossissimos Lavradores em toda esta ribeira»⁸.

A agricultura ocupava o principal lugar na ocupação do terceiro estado. Em Alhandra as frutas e legumes, em Alverca os cereais, as frutas, o vinho e o azeite, em Povos o trigo, o vinho, o azeite e as frutas: não variam grandemente as espécies cultivadas. É, contudo, notório que algumas das vilas acentuam algumas produções em detrimento de outras. Alverca, por exemplo, está bem provida de moinhos e lagares: «(...) nas duas ribeiras chamadas huma da Fonte, e outra do Valle ha doze azenhas de duas rodas cada huma, alem de muitas atafonas que estão espalhadas pela villa. Nella e seu termo se achão trinta lagares de vinho e doze de azeite»⁹.

A pesca, em que o Tejo era abundante, constituía também outra actividade de monta. Fataças, linguados e sáveis ocupam pescadores de todas as vilas, dando origem a um comércio destas espécies.

Artífices também naturalmente os havia. Só é, porém, feita menção de fabrico de telha em Alhandra que possuía em 1747 «(...) tres grandes telhais e nas suas visinhanças outros tres e daqui se embarca para a Corte e para varias terras, e he estimada pela sua qualidade, e dura»¹⁰.

O comércio ocupava lugar de relevo, dada a boa situação das cinco vilas junto à «estrada real» e ao Tejo. Dos portos do Tejo há nas Corografias refe-

⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 4.ª ed., Lisboa, 1980, p. 94.

⁸ CARDOSO, Luís, *op. cit.*, vol. I, p. 385.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 398.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 302.

rência ao de Povos, ao de Alhandra, apontado como um dos mais abrigados de todo o percurso fluvial, e aos esteiros e portos de Alverca — «Todos estes tres esteiros, e portos são frequentados de bateiras, e barcos, e tem capacidade para receber com segurança grande copia, assim destas embarcações, como de todas as mais que navegação pelo Tejo»¹¹.

Era também nas feiras que os produtos eram comercializados. Três das vilas têm feira franca: Alhandra em 15 de Agosto, Alverca em 15 de Julho durante três dias e Vila Franca no primeiro domingo de Outubro durante três dias.

Vistas sumariamente as relações socio-económicas dominantes, um elemento da sociedade de então nos falta apontar: o clero. Constituindo cada uma das vilas uma paróquia, têm o seu pároco, a que acrescentam, por vezes, os párocos de lugares do termo — Calhandriz, A-dos-Loucos, Sobral¹².

Além do clero secular, há ainda a população dos conventos: Carmelitas Calçados da invocação de S. Romão em Alverca, frades capuchos de St.º António e freiras franciscanas de N. S.ª da Anunciada na Castanheira. Não era, porém, já muito significativa a posição do clero regular que a partir de meados do século entra em franca decadência.

4. CRENÇAS

Nos dias de feira junto ao Convento de S. Romão em Alverca é festejada Nossa Senhora do Monte do Carmo, a que acorre um círio de famílias de Lisboa¹³. Na Castanheira, no primeiro domingo de Outubro, festeja-se Nossa Senhora do Tojo «(...) e vay a festeja la muyta gente de Lisboa, o que fazem com grãdeza e devoção»¹⁴. E em Alhandra venera-se o Santo Crucifixo da igreja Paroquial, em Povos Nossa Senhora¹⁵, na Castanheira a água da Senhora da Barroquinha cura as freiras de Nossa Senhora da Anunciada dos seus achaques e maleitas, em Alverca Nossa Senhora do Bom Sucesso recebe a devoção das povoações vizinhas que a testemunham em «(...) mortaldas, braços, pernas de cera e outras cousas mais deste argumento: quadros e navios; tudo tropheos dos seus poderes»¹⁶.

É um interminável rol de milagres, santos e devoções. Venera-se o patrono da freguesia: S. João Baptista em Alhandra, S. Pedro em Alverca,

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 399.

¹² A freguesia do Espírito Santo do Sobral no termo da vila de Alverca corresponde à actual freguesia de Sobralinho que incluía também o lugar de Aldeia (hoje Aldeia do Sobralinho).

¹³ Cf. CARDOSO, Luís, *op. cit.*, p. 396.

¹⁴ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano*, vol. II, Lisboa, 1707, p. 375.

¹⁵ A devoção do Senhor da Boa Morte que substituirá Nossa Senhora de Povos só ganha alento após meados do século XVIII. Cf. Maria Adelaide Neto Salvado, *A devoção do Senhor da Boa Morte da antiga vila de Povos*, s. d.

¹⁶ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *op. cit.*, p. 385.

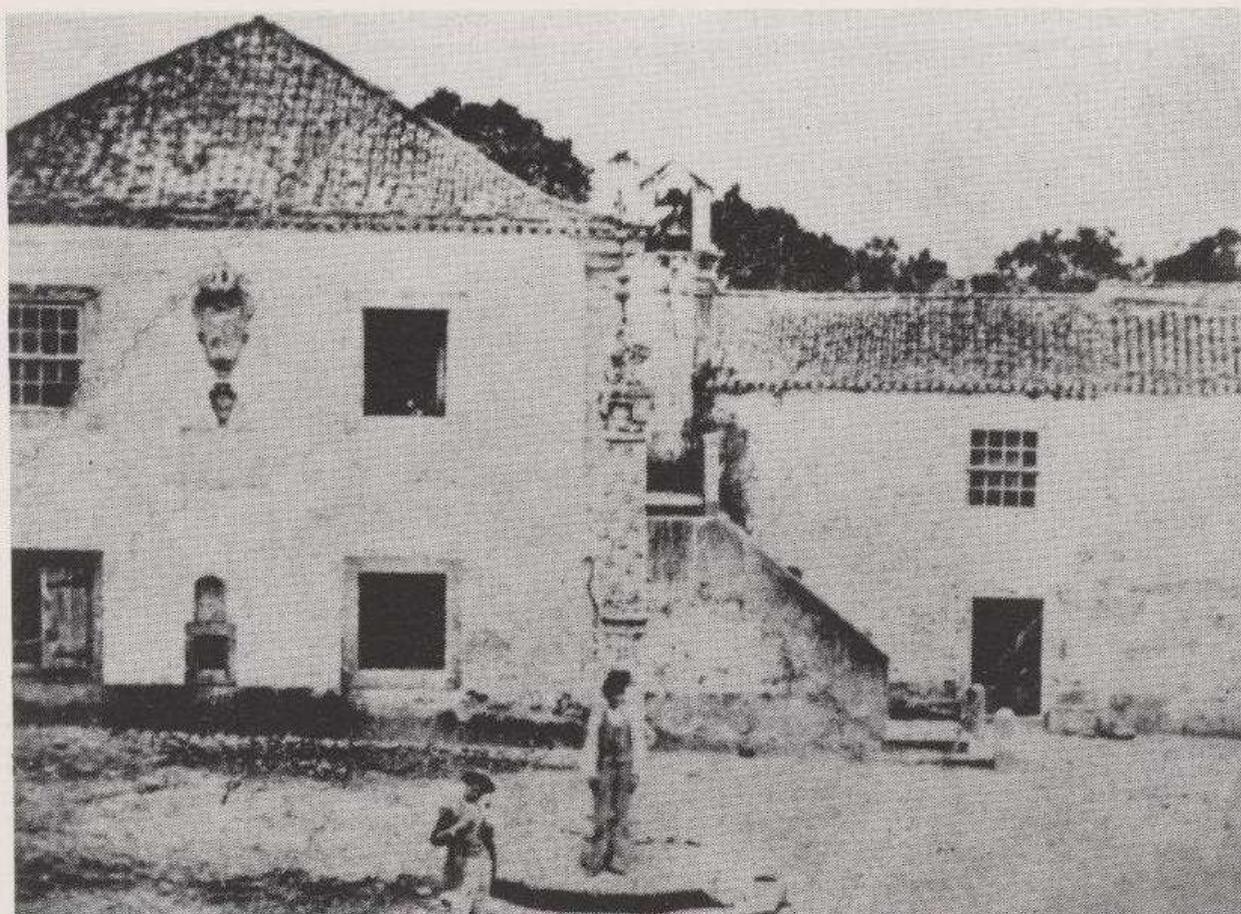
S. Bartolomeu na Castanheira, Nossa Senhora da Assunção em Povos e S. Vicente em Vila Franca. Veneram-se também os padroeiros dos conventos: S. Romão, S. António, Nossa Senhora da Encarnação.

Procissões, missas, promessas e dádivas são as formas externas de testemunho da fé e de enriquecimento do património das igrejas, sobretudo nas dádivas dos nobres. Ultrapassando as descrições mais entusiásticas de fé e devoção por parte dos autores das Corografias, perpassa, de qualquer modo um acentuado expressar de religiosidade que não podemos deixar de referenciar.

CONCLUSÕES

As fontes consultadas permitiram — como foi exposto — um olhar sobre aspectos vários da vida das vilas que, da Castanheira a Alverca, marginavam o Tejo. Muito ficou porém, por dizer, ora por incompletamente referido nas Corografias, ora por ignorado pelos seus autores. Assim e citando apenas alguns exemplos, nada nos é dito da fábrica que neste período se fundou em Povos para curtição de couros, nem dos fornos de cal que se espalhavam pelas várias vilas, nem das consequências do Terramoto de 1755.

Só a análise de outras fontes, nomeadamente as Memórias Paroquiais, os Registos Paroquiais, a Iconografia e Cartografia, poderão fornecer-nos enfim o conhecimento da história do que é hoje o concelho de Vila Franca de Xira. Aqui quisemos apenas traçar o quadro possível de delinear com um conjunto preciso de documentação deixando introduzida a caracterização sumária destas vilas nos finais do Antigo Regime.



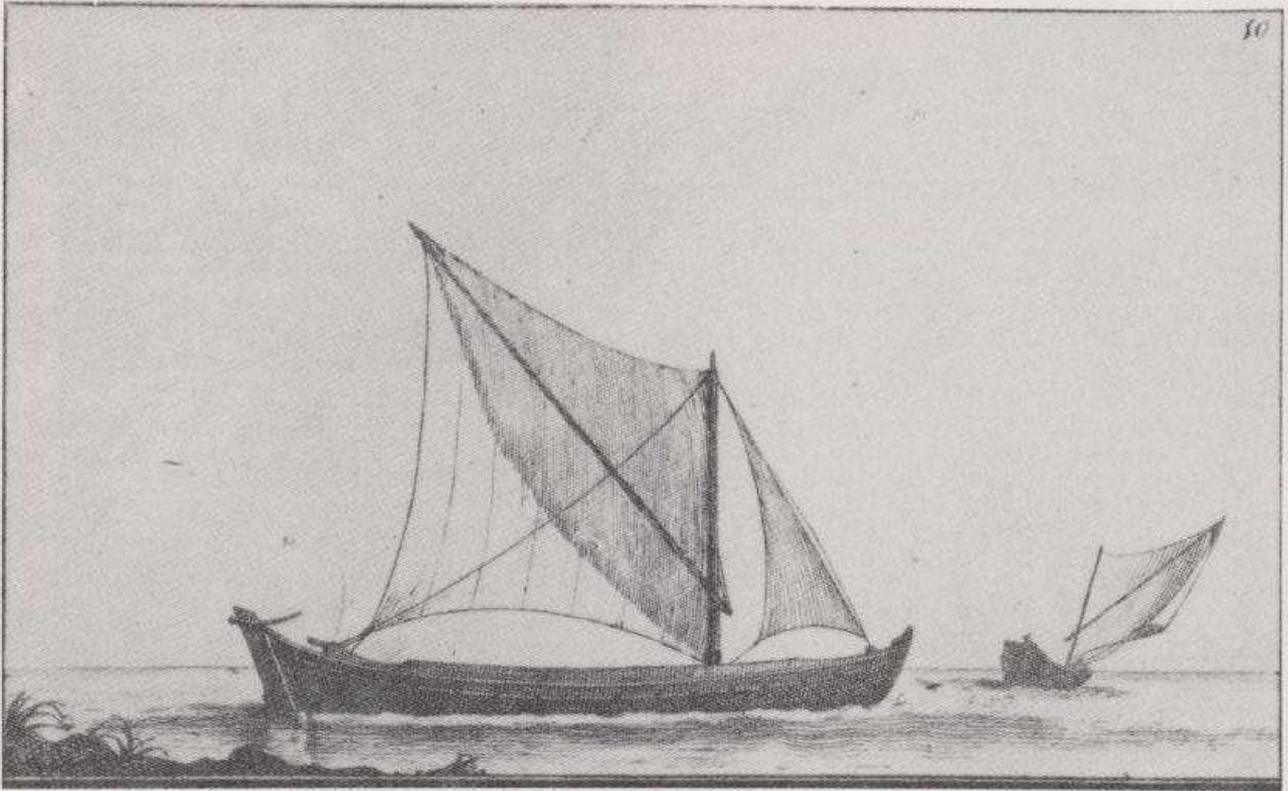
1 — Pelourinho e casa da Câmara de Alverca. Fotografia da segunda metade do século XIX.

O edifício onde estava instalada a Câmara de Alverca foi restaurado em 1764.



2 — Quinta do Bulhaco. Fotografia actual.

Remontando à época medieval, esta é uma das muitas quintas sobre as quais, no século XVIII, assentava a economia da região.



3—Fragata do Tejo no séc. XVIII. Reprodução de gravura de João de Souza em *Caderno de todos os Barcos do Tejo, tanto de carga e transporte como de pesca*, 1785.

Era nestes barcos que através dos portos do Tejo, se fazia a maior parte do comércio da região.



4—Aspecto das escavações arqueológicas no cemitério da igreja-matriz de Povos. Fotografia actual. Da invocação de Nossa Senhora da Assunção, a igreja-matriz de Povos, acompanhou a decadência da própria vila. No séc. XVIII era ainda florescente.



5—Claustros do Convento de Santo António. Fotografia actual.

Dos vários conventos existentes na região, era o mais antigo e é hoje o único que subsiste.

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E CONSTRUÍDO DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA — NOTÍCIA DA PARCELA 403-8

RUI PARREIRA

1. PROCEDIMENTOS

A recolha de dados para o inventário do património arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira tem revestido diversos aspectos, que incluem a pesquisa bibliográfica e documental, o inquérito oral, a batida de campo, a realização de sessões de sensibilização junto das populações, o lançamento de um inquérito entre os agentes sócio-culturais do concelho. Aliás, a participação da comunidade tem sido encarada como imprescindível para o êxito do levantamento.

Obtidos os dados, eles são tratados e sistematizados. Para o efeito, concebeu-se uma ficha informativa principal — com base em modelos já utilizados noutros organismos, nomeadamente no Instituto Português do Património Cultural¹. Para cada um dos sítios ou bens materiais imóveis referenciados, são elaborados processos documentais que permitem o armazenamento e posterior difusão de toda a informação recolhida e tratada.

Todos os locais do concelho de Vila Franca de Xira são sistematicamente registados na carta 1:25 000, tendo-se adoptado uma divisão em parcelas de acordo com uma grelha definida com base nas quadriculas quilométricas Gauss que permite: o mais fácil manuseamento da informação, a sua mais fácil difusão e, conseqüentemente, a publicação em parcelas da carta de distribuição dos sítios referenciados, segundo a ordem tornada possível pelas circunstâncias do levantamento, sendo essas parcelas numeradas de acordo com uma divisão em sectores das folhas da Carta Militar de Portugal na

¹ Cf. PAIXAO, J. Cavaleiro — *Proposta de criação de um Serviço de Documentação e Informação Arqueológica*, Lisboa, 1981. IDEM — *Serviço de Informação e Documentação Arqueológica*. «*Informação Arqueológica*», 4, Lisboa, 1981 (1984), p. 292-297.

escala 1:25 000 (oito sectores para cada folha), esquema adoptado pela primeira vez no *Inventário de Objectos e Lugares com Interesse Arqueológico*, realizado por Fernando Lanhas e D. Domingos de Pinho Brandão para o Distrito do Porto e que pela sua adequação adoptámos também para o concelho de Vila Franca de Xira². Julgou-se porém conveniente dar um tratamento diverso aos conjuntos históricos situados em zonas urbanas, dada a complexidade das questões aí envolvidas e a sua articulação com a problemática do urbanismo. Assim, indicam-se nas parcelas da carta 1:25 000, para as principais povoações, aquelas áreas que se entendeu constituírem os seus centros históricos e que serão objecto de um levantamento — e de uma publicação — de pormenor³. Por nos parecer que um levantamento desse tipo deve considerar o *todo*, e não apenas os imóveis a que, tradicionalmente, se atribui um significado monumental, o leitor não encontrará para a parcela que ora se publica referências particulares aos imóveis situados nos referidos centros históricos.

Por fim, todos os locais são posicionados nas folhas do levantamento à escala 1:5 000, que cobre todo o concelho e que é o instrumento principal de trabalho para efeitos de controlo de planeamentos, acautelando devidamente, na elaboração e aprovação de projectos de obras, a existência de bens materiais imóveis de valor histórico-cultural, permitindo a sua conservação ou — em casos extremos — uma documentação adequada, atempadamente e antes da sua destruição total ou parcial.

2. PROPÓSITOS

Inventários como o que aqui se começa a publicar para o concelho de Vila Franca de Xira, são instrumentos que servem sobretudo o reconhecimento, a divulgação e a compreensão dos bens materiais imóveis que integram um património definidor da trajectória cultural das comunidades ao longo dos séculos, ajudando a situá-las na história regional e nacional e identificando-as culturalmente. Sabemos, porém, que um inventário deste tipo tem de ser considerado como uma obra aberta, um ponto de partida, mais que de chegada, um trabalho não definitivo. Posteriores acções e estudos irão completar e corrigir o que agora se torna público.

² Cf. p. ex., LANHAS, R.; BRANDÃO, D. Pinho — *Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico*. «Revista de Etnografia», IV, tomo 2, Porto, Abril de 1965, p. 275-323.

³ Sobre intervenção em centros históricos cf. PORTAS, Nuno — *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*, Museu Nacional de Machado Castro, Coimbra, 1983. Cf. tb. p. ex., revista «Aquitectura», ano IV, IV série, 153, Setembro/Outubro de 1984.

Assim entendido, porém, este inventário permite sistematizar a visão sobre os objectos, conjuntos e sítios⁴ com valor histórico-cultural do concelho e pode servir para, nomeadamente:

— promover a conservação de sítios, conjuntos, monumentos e edifícios, em particular através da sua classificação e protecção legais;

— determinar os valores patrimoniais materiais que vierem a ser eventualmente afectados por obras públicas ou privadas;

— promover o seu salvamento por medidas apropriadas e nomeadamente pelo recurso a escavações arqueológicas;

— promover a investigação científica dos elementos recolhidos e a sua divulgação, em particular junto das comunidades da região, restituindo-lhes assim uma parte da sua memória histórica;

— proceder a uma definição mais adequada de programas de acção culturais e educacionais, com vista ao enraizamento e caracterização cultural das populações, ao enriquecimento da sua cultura e ao estímulo das suas potencialidades criadoras e transformadoras. Tais programas poderão ainda contribuir, nomeadamente entre os residentes oriundos de outras regiões, para criar um ambiente de respeito pelos testemunhos da milenária vida local.

São estas possibilidades concretas de promoção da melhoria da qualidade nas condições de vida num concelho que assistiu, nos últimos noventa anos, a um crescimento demográfico da ordem dos 350 %, que conferem a estas tarefas de hoje uma dimensão para o amanhã.

3. NOTAS SOBRE OBJECTOS, CONJUNTOS E SÍTIOS INVENTARIADOS NA PARCELA 403-8

1. FONTE DE SANTA EULÁLIA

Classificação: fontanário.

Cronologia: século XVIII (1753).

Situação: a norte da povoação de Santa Eulália, na margem esquerda da ribeira do Morgado.

Referências: MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, Typ. do Campino, 1893, p. 339 s.

Observações: a inscrição, datada, foi transcrita por Lino de Macedo na obra em referência.

⁴ Cf. a definição dada em ALVAREZ, J. Gomes — *Inventário do Património Cultural* Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa, s/d.

2. CAPELA DE SANTA EULÁLIA

Classificação: templo.

Cronologia: século XV (finais), remodelada no século XVII.

Situação: no centro da povoação de Santa Eulália.

Referências: MACEDO, Lino de — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, Typ. do Campino, 1893, p. 340.

Observações: classificação como imóvel de valor concelhio (Dec.-Lei n.º 28/82, de 26 de Fevereiro). Restaurada e parcialmente modificada, na parede lateral norte, em 1984-85.

3. MONTE SERVES

Classificação: necrópole megalítica.

Cronologia: Neolítico final/Calcolítico.

Situação: num pequeno planalto, a leste do talvegue que separa o Monte Serves da elevação de cota 311, junto a um caminho vicinal.

Referências: FERREIRA, O. da Veiga — *Acerca dos monumentos de planta quadrada ou rectangular encontrados em Portugal*. «Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa», Lisboa, 81, 1975, p. 52. NORTH, C. T. — *Relato das escavações feitas no monumento megalítico de Monte de Serves, Bucelas, Lisboa, dactil.*, 1973.

Observações: dólmen de corredor curto, com cobertura presumivelmente em falsa cúpula, cuja escavação, inédita, foi dirigida por C. T. North e M. Leitão em 30 de Setembro e 1 de Outubro de 1972; é ainda referida, por O. da Veiga Ferreira, uma construção de planta rectangular, localizada por ocasião dos levantamentos geológicos da folha de Loures.

4. PEDREIRA DO CASAL DO PENEDO 1

Classificação: povoado.

Cronologia: Neolítico final/Calcolítico.

Situação: no lado leste da pedreira, sobre uma língua de terreno que prolonga para leste a elevação da Concharra.

Referências: FERREIRA, O. da Veiga — *Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos: 2.ª parte*. «Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa», Lisboa, 79/80, 1973/74, p. 131 s. FERREIRA, O. da Veiga; LEITAO, M. — *Portugal pré-histórico: seu enquadramento no Mediterrâneo, Europa-América*, s/d, p. 220. VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. — *Le dolmen de Casal do Penedo (Verdelha dos Ruivos)*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 13, 1951, p. 18, 28. ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da Veiga; LEITAO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J. — *Découverte d'un silo préhistorique près de Verdelha dos Ruivos (Vialonga), Portugal*. «Madrider Mitteilungen», Heidelberg, 17, 1976, p. 76 ss.

Observações: quase completamente destruído pela abertura da pedreira; foi possível investigar um silo aberto no subsolo rochoso — estrutura que ainda se conserva parcialmente no local — bem como o seu conteúdo de cereais pré-históricos incarbonizados.

5. PEDREIRA DO CASAL DO PENEDO 2

Classificação: gruta funerária.

Cronologia: Calcolítico.

Situação: no lado oeste da pedreira, imediatamente a norte do casal ali existente.

Referências: FERREIRA, O. da Veiga; LEITAO, M.—*Portugal pré-histórico: seu enquadramento no mediterrâneo*, Europa-América, s/d, p. 205 ss. LEITAO, M.; NORTH, C. T.; FERREIRA, O. da Veiga; ZBYSZEWSKI, G.—*La céramique de la Culture du Vase Campaniforme du Portugal: Essai de systematisation*, «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», Lisboa, 63, 1978, p. 449 ss. ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da Veiga; LEITAO M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.—*As jóias auríferas da gruta pré-histórica da Verdelha dos Ruivos (Vialonga — Portugal)*, «Zephyrus», Salamanca, 22-23, 1981, p. 113 ss.

Observações gruta natural artificialmente afeiçoada, parcialmente destruída pela pedreira e escavada em 1973/74 por Veiga Ferreira e colaboradores. Identificaram-se em quatro níveis distintos, separados por lajes horizontais, quarenta e quatro inumações.

6. CASAL DO PENEDO

Classificação: necrópole megalítica.

Cronologia: Neolítico final/Calcolítico.

Situação na vertente sudeste da elevação da Concharra, cerca de 300 m a noroeste do Casal do Penedo.

Referências: FERREIRA, O. da Veiga — *La Culture du Vase Campaniforme au Portugal* (Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal, 12), Lisboa, 1966, pp. 53-54. HARRISON, R. J. — *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal* (American School of Prehistoric Research, Peabody Museum, Harvard University Bulletin, 35), Cambridge/Mass., 1977, p. 142. LEISNER, V. — *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen* (Madrider Forschungen, 1/3), Berlin, 1965, p. 18 s., est. 14. VAULTIER, M.; ZBYSZESWKI, G. — *Le dolmen de Casal do Penedo (Verdelha dos Ruivos)*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 13, 1951, p. 18 ss.

Observações: monumento megalítico, com uma arquitectura, de lajes de calcário, em forma de câmara alongada, já assinalado desde 1878 (por C. Ribeiro, nos manuscritos para a carta geológica) e que foi escavado e documentado em 1946, acabando por ser totalmente destruído pela pedreira do Casal do Penedo. Além deste monumento, Harrison assinalou ainda um pequeno sepulcro megalítico, que permanece inédito, onde teriam sido recolhidos objectos cronologicamente atribuíveis ao Calcolítico tardio.

7. QUINTA DO CALDAS (Quinta da Verdelha)

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVI, modificada no século XVIII.

Situação: cerca de 200 m a sudeste da Verdelha dos Ruivos, ocupando parte da várzea do Ribeiro da Carvalha.

Referências: CÂNCIO, F. — *Ribatejo histórico e monumental*, 3, Junta de Província do Ribatejo, 1939, p. 406. CÂNCIO, F. — *Ribatejo: Monografia ilustrada*, 1929, p. 314.

Observações: fundada em 1533 por Pedro Alcáçova Carneiro, é certamente desta época uma sala abobadada com coluna central em mármore, hoje servindo de adega, que se conserva no piso térreo. Todo o conjunto está porém marcado pela remodelação do século XVIII, época em que foi instalado na zona de lazer, ajardinada, do lado ocidental, um lago com capela central, revestida a azulejos hoje quase totalmente desaparecidos. Modificações pontuais, feitas pelos actuais proprietários para adaptação a habitação, têm desvirtuado grandemente o conjunto.

8. ORATÓRIO DA QUINTA DO CALDAS

Classificação: templo.

Cronologia: século XVIII (?).

Situação: junto à Quinta do Caldas, à direita da estrada que conduz à Verdelha dos Ruivos.

Observações: pequena construção cupulada, possuía no interior, do lado direito da entrada e embutida na parede, uma pia de água benta, hoje desaparecida. Pelo seu interior passou a conduta que abastecia de água a quinta. Revitalizada por moradores da zona e restaurada em 1985, como capela de Santo António.

9. CASINHA D'ÁGUA

Classificação: fontanário.

Cronologia: século XVIII (?).

Situação: na encosta leste da elevação Moita Ladra, junto ao caminho que, desde a Verdelha dos Ruivos, conduz, para norte, ao Casal da Agueira.

Observações: nascente (mina-de-água) que abastecia a Quinta do Caldas através de uma conduta, hoje muito destruída mas cujo traçado, aproveitando a inclinação natural do terreno, pode ainda ser seguido em toda a sua extensão.

10. QUINTA DO CONVENTO DOS FRADES

(*Convento de Nossa Senhora do Amparo; Convento da Casa Nova*)

Classificação: convento.

Cronologia: século XVI, com construções e modificações posteriores (séculos XVII-XIX), profundamente reconstruído/modificado em 1961.

Situação: cerca de 0,5 km a leste da Verdelha dos Ruivos, encaixada no talvegue do ribeiro da Alfarrobeira.

Referências: CÂNCIO, F. — *Ribatejo histórico e monumental*, 3, Junta de Província do Ribatejo, 1939, p. 403-406. CÂNCIO, F. — *Ribatejo: Monografia ilustrada*, 1929, p. 314-315. MACEDO, LINO DE — *Antiguidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, Typ. do Campino, 1893, p. 336-337.

Observações: fundado (em 1546) por vontade de Fernando de Alcáçova. Conservam-se ainda alguns vestígios de construções do século XVIII mas todo o conjunto foi profundamente modificado pela reconstrução — que o salvou da ruína — concluída em 1961, para adaptação a quinta com casa de habitação.

11. FORTE DA AGUIEIRA

Classificação: fortificação militar.

Cronologia: século XIX.

Situação: sobre uma elevação que domina o vale de Bucelas, cerca de 1.500 m a norte da Verdelha dos Ruivos.

Referências: *Carta das Linhas de Lisboa*, levantada pelo Ten.-Coronel M. J. Brandão de Sousa.

Observações: tal como os locais n.º 12 a 18, faz parte do complexo de fortificações das linhas de Torres Vedras, construídas com grande sigilo entre 1810 e 1811 pelas tropas luso-britânicas que combatiam os exércitos napoleónicos.

12. e 13. FORTES

Classificação: povoado; fortificações militares.

Cronologia: Neolítico final/Calcolítico; século XIX.

Situação: na crista de elevações entre o Forte da Agueira e a Boca da Lapa.

Referências: v. local n.º 11.

Observações: embora assinalados no mapa de Brandão de Sousa, não restam vestígios dos fortes.

14. FORTE DA BOCA DA LAPA (Moinho Velho)

Classificação: fortificação militar.

Cronologia: século XIX.

Situação: cerca de 200 m a norte da Boca da Lapa.

Referências: v. local n.º 11.

15. FORTE DA ARROTEIA

Classificação: fortificação militar.

Cronologia: século XIX.

Situação: a norte da povoação do Forte da Casa, dominando a passagem do vale da Alfarrobeira, que une Vialonga a Alverca.

Referências: v. local n.º 11.

16. FORTE DA RUA NOVA

Classificação: fortificação militar.

Cronologia: século XIX.

Situação: a norte da povoação do Forte da Casa.

Referências: v. local n.º 11.

17. FORTE DA CASA

Classificação: fortificação militar.

Cronologia: século XIX.

Situação: dentro da povoação do Forte da Casa.

Referências: v. local n.º 11.

Observações: a urbanização actual, cuja toponímia tem origem neste monumento militar, reservou para ele uma área de protecção. O interior protegido pela muralha foi adaptado a parque infantil, que se integra de modo discutível no conjunto.

18. FORTE DA ABRUNHEIRA

Classificação: fortificação militar.

Cronologia: século XIX.

Situação: a sudeste da E. N.-10, junto à povoação do Forte da Casa.

Referências: v. local n.º 11.

Observações: os vestígios desapareceram sob edifícios modernos.

19. QUINTA DO BURACO

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII.

Situação: junto ao Cabo de Vialonga, a ocidente da estrada que conduz à Verdelha dos Ruivos.

20. QUINTA DE MOGOS

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVII (?).

Situação: junto à povoação de Mogos, a leste do caminho para a Quinta do Serpa.

Observações: muito arruinada, a recuperação do conjunto apresenta-se problemática.

21. QUINTA DO SERPA (Quinta de Vialonga)

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII.

Situação: na encosta suave que desce para o vale da ribeira de Alpriate, cerca de 0,5 km a sul de Mogos.

Referências: *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, 4, Junta Distrital de Lisboa, 1963, p. 87.

Observações: solar, com zona de lazer anexa, parcialmente destruído por um incêndio. O proprietário tem vindo a proceder à sua recuperação, mantendo a graciosa traça original.

22. QUINTA DA FLAMENGA

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVII.

Situação: dominando o vale da ribeira de Alpriate. Um caminho alcatroado, sainda para a direita da estrada Vialonga-Santa Eulália, conduz, junto à fachada do solar residencial, à pequena povoação do Morgado.

Referências: *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, 4, Junta Distrital de Lisboa, 1963, p. 87.

Observações: adaptado a hospital, o imponente conjunto inclui, além do edifício residencial (parcialmente modificado por obras de adaptação à sua função actual), uma pequena capela, com cruzeiro cupulado, forrada de azulejos datados de 1690 (mostrando cenas da vida de Santo António), para além de uma vasta zona de lazer com lagos e jardins e, ainda, de instalações utilitárias, entre as quais se destaca um lagar com azenha.

23. AQUEDUTO DA QUINTA DA FLAMENGA

Classificação: aqueduto.

Cronologia: século XVII.

Situação: entre a pedreira de Santa Eulália e a Quinta da Flamenga, aproveitando a inclinação natural do terreno.

Observações: servindo a Quinta da Flamenga, a conduta pode ainda ser seguida em grande parte do seu percurso, estando ainda em pé duas casas de água. O conjunto está ameaçado pela continuação da exploração da pedreira.

24. CAPELA DAS CONCHAS

Classificação: templo.

Cronologia: século XVIII.

Situação: junto à estrada que conduz do Morgado a Quintanilho.

Observações: conjunto muito degradado, constituído por capela e construções anexas. A fachada do templo, que foi orientado NNW-SSE, está já completamente destruída.

25. MORGADO (arredores)

Classificação: achado avulso.

Cronologia: época romana.

Situação: junto ao caminho entre Vialonga e o Morgado, nas proximidades desta povoação (local exacto não determinado).

Observações: teria sido achada uma moeda romana de Trajano, que se encontra na posse de um particular em Vialonga.

26. QUINTA DE SANTA MARIA (Convento de Nossa Senhora dos Poderes)

Classificação: convento.

Cronologia: século XVI, com modificações posteriores.

Situação: cerca de 200 m a sudeste de Vialonga.

Referências: CÂNCIO, F. — *Ribatejo: Casos e tradições*, 1948, p. 366-372. CÂNCIO, F. — *Ribatejo histórico e monumental*, 3. Junta de Província do Ribatejo, 1939, p. 406. CÂNCIO, F. — *Ribatejo: Monografia ilustrada*, 1929, p. 315. MACEDO, Lino de — *Antiquidades do Moderno Concelho de Villa Franca de Xira*, Typ. do Campino, 1893, p. 337-339.

Observações: convento de freiras claristas, fundado em 1561 ou 62 por D. Brites de Castelo Branco, descendente dos Castelo Branco Valente, senhores da Póvoa, numa quinta que seu pai possuía. O estado de degradação dos edifícios obrigou à transferência das freiras, em 1838, para o Convento da Suberra da Castanheira.

27. QUINTA DAS MADURAS

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII.

Situação: no limite do Concelho, à entrada do lugar de Quintanilho.

Observações: conjunto edificado integrando zona residencial, capela, instalações utilitárias e zona de lazer. Portal de entrada datado (1767).

28. QUINTA DO DUQUE

Classificação: quinta.

Cronologia: século XIX.

Situação: junto à povoação de Alpriate.

Observações: notável conjunto neoclássico, incluindo, para além do solar residencial, instalações utilitárias e capela, uma vasta zona de lazer com jardins actualmente muito degradados. Curioso o jardim de buxo com labirinto.

29. CASAL DA SERRA

Classificação: povoado.

Cronologia: Paleolítico.

Situação: numa pendente suave do talvegue da ribeira da Póvoa.

Observações: a estação arqueológica foi cortada a meio pela auto-estrada do Norte; à superfície, recolheu-se um conjunto lítico (sílex) de carácter «mustierense», com presença de talhe «levallois».

30. BRAGADAS

Classificação: achados avulsos.

Cronologia: indeterminada (época pré-histórica).

Situação: numa pendente suave, sobranceira à várzea a sul do Bairro das Bragadas, entre a cota 110 e a auto-estrada do Norte.

Observações: recolheu-se à superfície um conjunto lítico (sílex) escasso e de difícil integração cronológico-cultural.

31. SALVAÇÃO

Classificação: povoado.

Cronologia: Paleolítico.

Situação: a norte do vértice geodésico «Salvação», em terreno de pendente pouco acentuada, talvegue de um antigo curso de água.

Observações: recolheu-se à superfície um conjunto lítico (sílex) de carácter «mustierense», com presença de talhe «levallois».

32. QUINTA DA PIEDADE (estação pré-histórica)

Classificação: povoado (?).

Cronologia: indeterminada (época pré-histórica).

Situação: a sudeste da Quinta da Piedade, num declive natural do terreno.

Observações: conjunto lítico recolhido por J. Mateus e C. M. Pimenta; a estação foi destruída pela urbanização da Quinta da Piedade.

33. QUINTA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Classificação: quinta.

Cronologia: séculos XVI a XIX.

Situação: a noroeste da Póvoa de Santa Iria, dominando os terrenos que descem para o rio Tejo.

Referências: GODINHO, Silva — *Conhecer a Póvoa*. 1, «Notícias da Póvoa». Novembro de 1984; 2, «Notícias da Póvoa», Janeiro de 1985. LEAL, Pinho — *Iria (Santa) ou Póvoa de Santa Iria*, in «Portugal Antigo e Moderno», III, Lisboa, 1874, p. 399-400. NUNES, M. — *Municipalização e valorização das Quintas de Subserra e da Piedade em Vila Franca de Xira*, in «Poder Local: «Património Cultural» (conferência do PCP sobre o Poder Local, Almada, 18 de Outubro de 1981), Lisboa, 1981, p. 75-77. PIMENTEL, A. — *A Extremadura Portuguesa*, 1, Lisboa, 1908, p. 103. ROTA, J. — *Igreja da Pie-*

dade: Depoimento. «Notícias da Póvoa», Janeiro de 1984, p. 5-6. SANTA MARIA, Frei Agostinho de — *Santuário Mariano*, I, Lisboa, 1707, p. 449-454.

Observações: notável conjunto, hoje património municipal e classificado como imóvel de interesse público (decreto n.º 29/84, de 25 de Junho), que integra um solar com arquitectura característica do século XVIII e interiores forrados de azulejos da época, zonas de lazer com lagos, «grutas» e fontanários, uma capela, com elementos do século XVI recuperados aquando de remodelações dos edifícios da quinta, uma construção do século XVIII e ainda a igreja de Nossa Senhora da Piedade, edifício do século XVIII forrado com azulejos da época e com túmulos dos marqueses de Abrantes; oratório anexo, contendo ex-votos e revestido exteriormente com belos painéis de azulejo. O conjunto edificado foi centro do Morgado da Póvoa, instituído em 1348 por D. Vicente Afonso Valente, cónego da Sé de Lisboa. Nele teve origem a Póvoa, durante muitos anos denominada de Dom Martinho — de D. Martinho de Castelo Branco Valente. 7.º senhor da Póvoa e 1.º Conde de Vila Nova de Portimão.

34. MARCO DO MORGADO DA PÓVOA

Classificação: monumento epigráfico.

Cronologia: século XVIII.

Situação: primitivamente junto à berma do lado norte da Estrada Nacional 115-5; actualmente no jardim do terminal rodoviário da Póvoa de Santa Iria.

Referências: ALMEIDA, D. F. de — *Inscrições romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira*, in «25.º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista: Boletim Comemorativo», Vila Franca de Xira, 1972, p. 150.

Observações: bloco de calcário toscamente aparelhado, com a face epigrafada plana. O campo epigráfico ocupa a parte superior, aproveitando toda a largura do bloco, sendo a parte inferior enterrada no solo. Texto: *Morgado da / Povoá insti / tuido anno do / S(enh)õr 1348.*

35. FONTANÁRIO DO MORGADO DA PÓVOA

Classificação: fontanário.

Cronologia: século XIX.

Situação: na berma da Estrada Nacional 115-5, no prolongamento da Rua da República, junto à ribeira e em frente ao desvio para a fábrica de soda da Póvoa.

Observações: monumento com brasão e inscrição em mármore, cuidadosamente paginada e gravada. Texto: *Esta fonte / mandada fazer em 1783 / por D. Pedro / Conde de Villa Nova de Portimão / neste seu Morgado / foi reedificada em 1852.* O muro contíguo, do lado da ribeira, integra pedaços de cantarias antigas.

36. QUINTA DE SANTO ANTÓNIO DA BOLONHA 1

Classificação: quinta.

Cronologia: século XVIII (?).

Situação: entre a urbanização da Bolonha e o Bairro dos Quintais.

Observações: conjunto muito arruinado de instalações utilitárias e de equipamentos de lazer, incluindo mina-de-água e jardins. Elementos arquitectónicos dispersos, nomeadamente, entre outras cantarias, uma soleira de porta com encaixe para gonzos.

37. QUINTA DE SANTO ANTÓNIO DA BOLONHA 2

Classificação: necrópole.

Cronologia: Alta Idade Média (?).

Situação: no olival da quinta.

Referências: RIBEIRO, L. — *A necrópole lusitano-romano-bárbara da Quinta de Santo António de Bolonha na Póvoa de Santa Iria*, «Vida Ribatejana», n.º especial, 1962, p. 92-93.

Observações: conjunto de sepulturas, das quais quatro puderam ainda ser documentadas. Escavadas no subsolo rochoso, com forma aproximadamente rectangular, de topos arredondados, estavam cobertas com lajes de pedra mal aparelhadas.

38. QUINTA DE SANTO ANTÓNIO DA BOLONHA 3

Classificação: necrópole (?); via (?).

Cronologia: indeterminada.

Situação: junto ao muro da quinta, perto do local onde hoje se situa a Escola Primária da Bolonha, a algumas dezenas de metros do local n.º 36.

Referências: RIBEIRO, L. — *A necrópole lusitano-romano-bárbara da Quinta de Santo António de Bolonha na Póvoa de Santa Iria*. «Vida Ribatejana», n.º especial, 1962, pp. 92-93.

Observações: segundo L. Ribeiro, trata-se de um sepulcro relacionado com a necrópole (local n.º 36), embora de um tipo diferente do ali documentado; mas julgou-se também que os vestígios poderiam corresponder a um antigo caminho lajeado. Destruído durante a construção do Bairro da Bolonha.

39. GALINHA ASSADA

Classificação: achado avulso (monumento-epigráfico).

Cronologia: época romana.

Situação: junto à Estrada Nacional 10, nos caboucos de uma moradia construída no gaveto formado com a Estrada Nacional 115-5, cerca de 400 m para sudoeste da Póvoa de Santa Iria. Deslocado do primitivo contexto funerário, o monumento foi recolhido ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Referências: ALMEIDA, D. F. de — *Inscrições omanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira*, in «25.º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista: Boletim Comemorativo», Vila Franca de Xira, 1972, p. 151-152. ALMEIDA, J. Mendes de; FERREIRA, F. Bandeira — *Varia epigraphica*. «Revista de Guimarães», 75, 165, p. 97-101, HELENO, M. — *Lápide romana da Póvoa de Santa Iria* (comunicação apresentada ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, apud MACHADO, J. L. Saavedra — *Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*. «O Arqueólogo Português», nova série, 5, 1964, p. 221). VIVES, J. — *Inscripciones latinas de la España Romana* (ILER), Barcelona, 1971, n.º 4694.

Observações: bloco de mármore paralelepipedico, parcialmente truncado e com vestígios de reutilização em época indeterminada. Campo epigráfico destruído a toda a altura do lado esquerdo. Pontuação por *hederae*. Texto: *D(iis) M(anibus) / [...] Iulio Rufino / [G]al(eria tribu) . olisip(onensi) / annorum . XVIII [I]ulia . P(ublili) . filia / [M]arcelliana / [s]oror . fratri / [pi]ssimo possui[t] / H(ic) . S(itus) . [E(st)]*.

40. BAIRRO DA SODA PÓVOA

Classificação: conjunto com significado para a história industrial.

Cronologia: século XX.

Situação: entre a linha de caminho-de-ferro e a Estrada Nacional 10, a cerca de 600 m para sudoeste da Póvoa de Santa Iria.

Observações: conjunto de habitações para trabalhadores da fábrica de soda da Póvoa, com importância para a preservação da memória industrial da região.

41. a 45. NÚCLEOS CENTRAIS HISTÓRICOS DE AGLOMERADOS URBANOS

Foram inventariados como sítios com significado histórico cultural na parcela 403.8 os centros históricos das seguintes povoações:

- Verdelha dos Ruivos (41).
- Boca da Lapa (43).
- Vialonga (43).
- Alpriate (44).
- Póvoa de Santa Iria (Póvoa de Dom Martinho) (45).

Como já referimos, serão objecto de levantamento e publicação à parte.

46. VIALONGA (arredores)

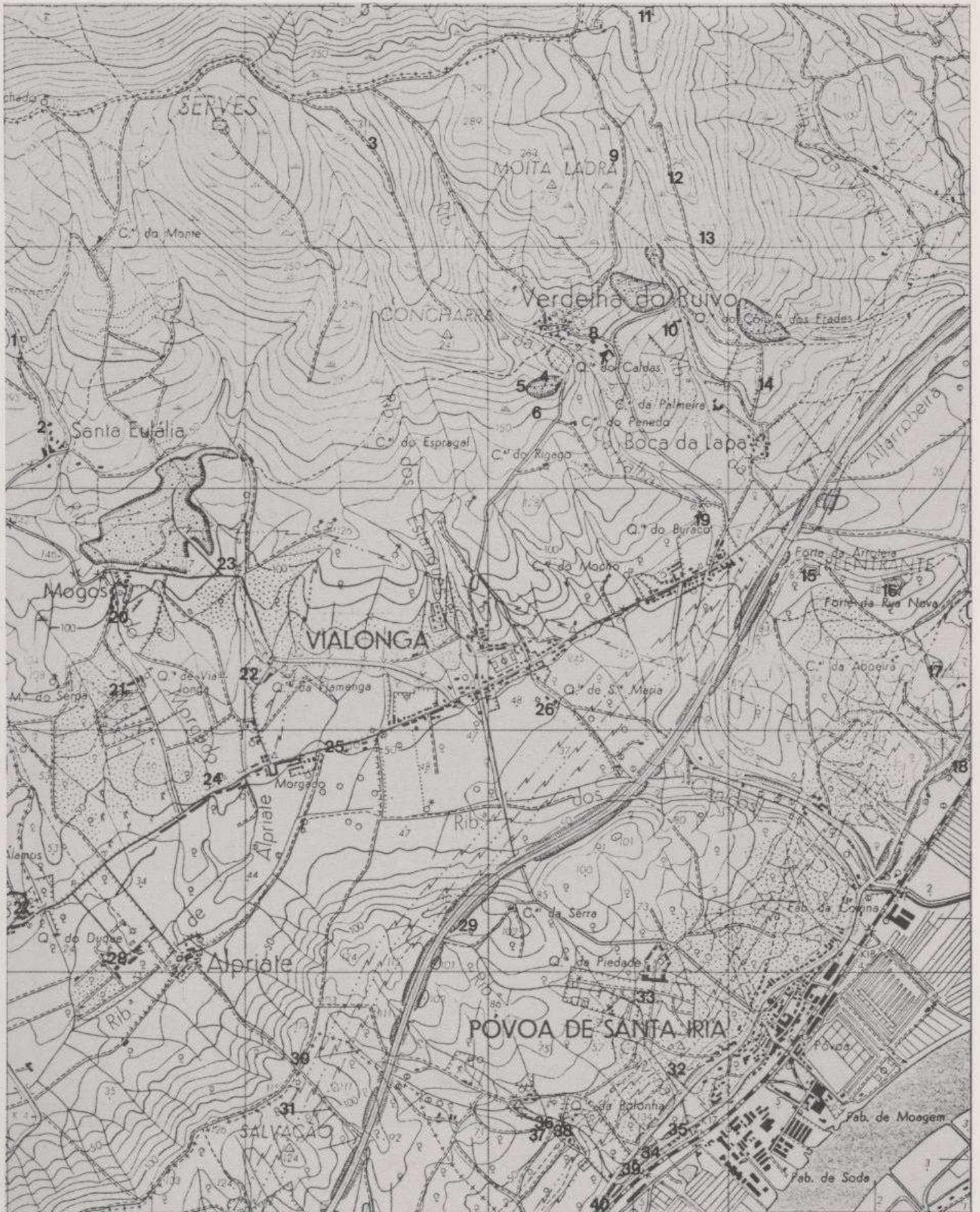
Classificação: povoado.

Cronologia: época romana.

Situação: de impossível localização pelas referências disponíveis (não cartografado).

Referências: MACHADO, J. L. Saavedra — *Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*. «O Arqueólogo Português», nova série, 5, 1964, p. 169.

Observações: em data que não pudemos determinar, entre 1954 e 1964, M. Heleno «foi designado oficialmente para examinar (...) um mosaico descoberto na freguesia de Via Longa (Vila Franca de Xira)».





403.8.2



403.8.3



403.8.4/5/6



403.8.4



403.8.5



403.8.7/10/13



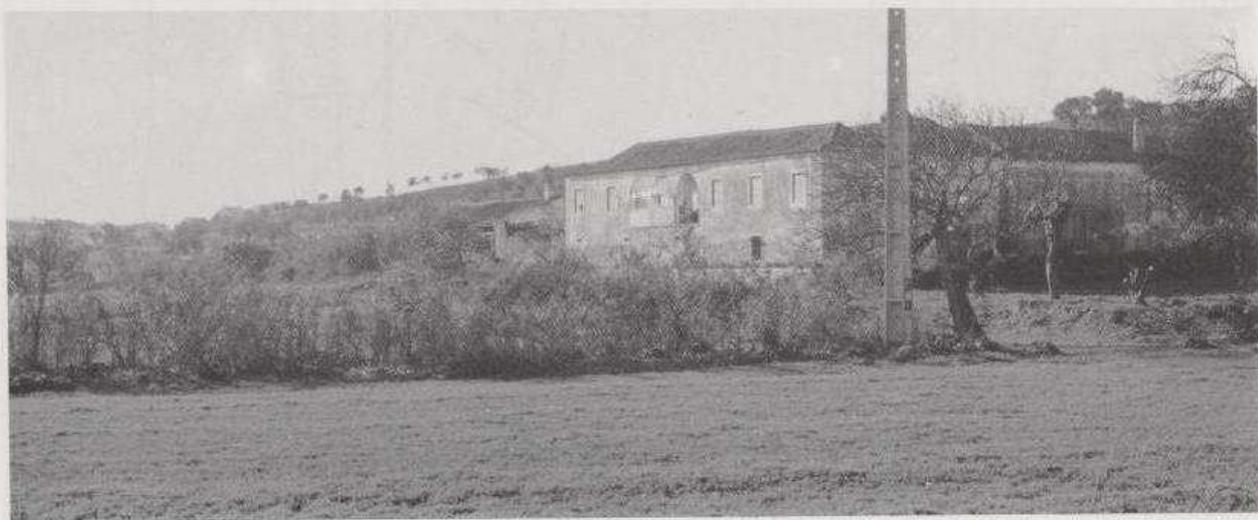
403.8.8



403.8.16



403.8.17



403.8.19



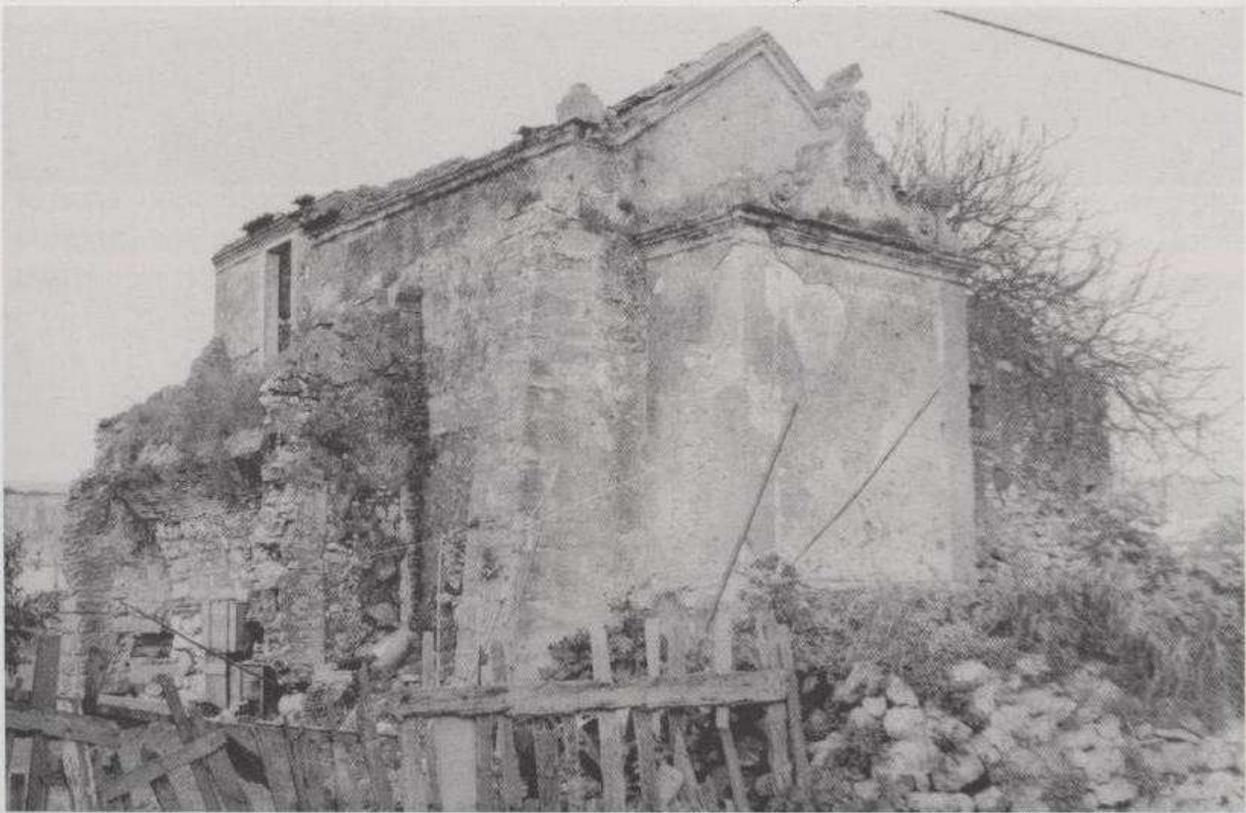
403.8.21



403.8.26



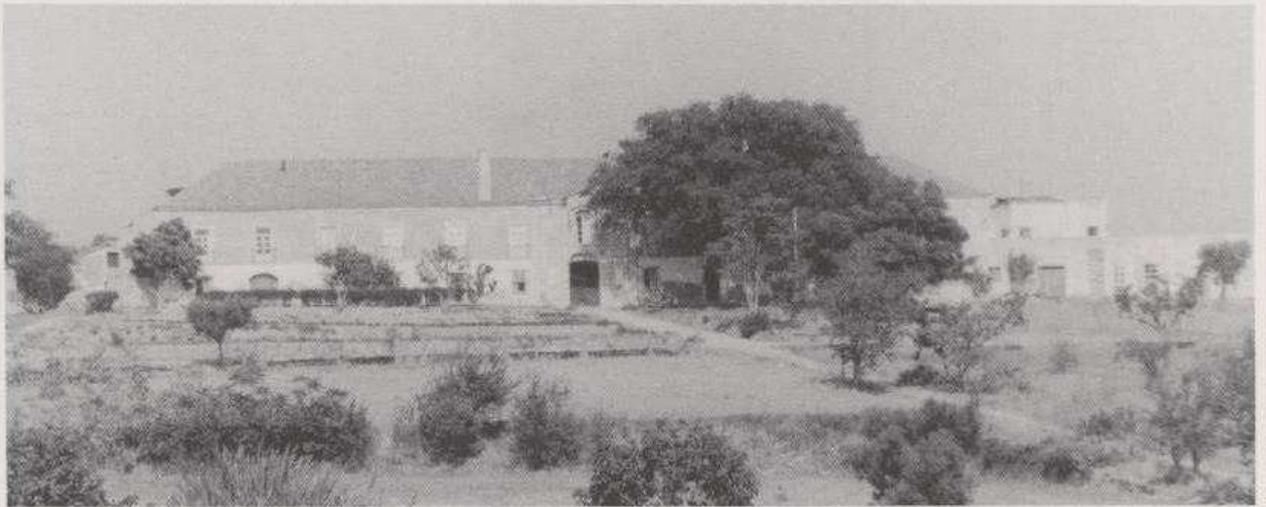
403.8.27



403.8.24



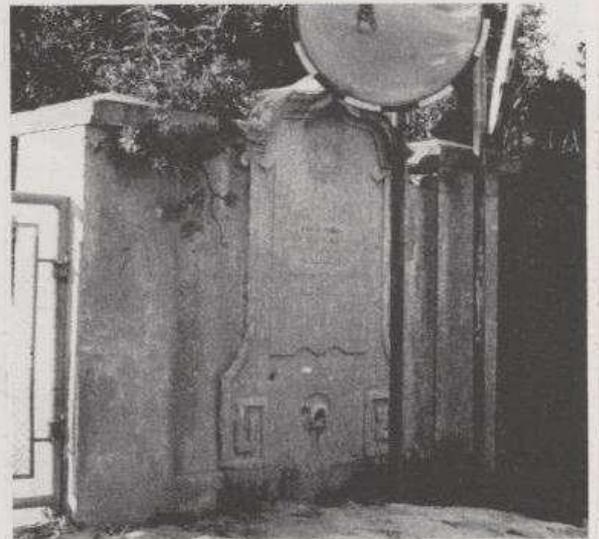
403.8.28



403.8.33



403.8.29



403.8.35

JOÃO FÉLIX RODRIGUES

— Dados para o conhecimento de um jornalista
vilafranquense oitocentista —

JOSÉ N. R. ERMITÃO

1.

O jornalista escreve, mas só raramente é escrito. Exercício sobre o momento, ao ritmo da circunstância que lhe fornece a matéria-prima, o jornalismo é duplamente fágico: consome vorazmente o presente e inapelavelmente os seus profissionais. A partir do momento em que deixa de funcionar como produtor de escrita, por morte ou outro impedimento, o jornalista é de imediato substituído — irremediavelmente passado.

E o esquecimento é a sequência natural desta fagia: com raríssimas excepções, nem do nome nem dos escritos, tantas vezes anónimos, qualquer memória fica. O jornalista escreve, escreve, os seus artigos têm até, eventualmente, impacto forte sobre a opinião pública, influência decisiva sobre uma questão — mas sobre ele, se passado, nada ou muito pouco é escrito. Salvo umas quantas notas necrológicas, momentâneas, e uma ou outra breve referência enciclopédica.

Depois, só muito mais tarde, juntos o acaso e a procura de valores históricos concelhios, é lançada luz sobre um profissional de que se descobre o rasto, até a exemplaridade, até a importância relativa no panorama jornalístico e político-ideológico de uma época precisa. É, finalmente, o tempo de o jornalista começar a ser escrito...

Em concreto: trata-se do jornalista político, progressista, natural de Vila Franca de Xira, que exerce o seu múnus entre 1856 e 1869 — João Félix Rodrigues (JFR).

O escrito sobre ele é quase só residual: superficiais notas necrológicas e uma referência chave no «Dicionário Bibliográfico de Inocêncio». Posteriores referências enciclopédicas nada acrescentam à informação biográfica e à enumeração das séries de artigos, com que marcou destacada posição político-ideológica nas páginas do jornal «O Português», contidas no referido «Dicionário».

E o resto seria silêncio se o acaso não interviesse quando, em 1975, Cristina e Armando Pedro Lopes, de Torres Vedras, comunicaram ao autor destas linhas, a posse de um conjunto de cinco volumosos livros manuscritos, intitulados «Memórias de um jornalista», da autoria, óbvio, de JFR...

Sem ilusões: é excessivo afirmar que JFR seja mais um «injustamente esquecido» e que a sua recuperação venha, por si só, trazer luz nova sobre o século XIX. Ou que, num país de literatura memorialista assaz débil as suas «Memórias» sejam um contributo salvador. Mas o contrário também não é verdadeiro: as «Memórias» devem passar a fazer parte do fundo memorialista nacional; as suas séries de artigos no jornal «O Português», pela qualidade intrínseca, pelo impacto, pelo posicionamento progressista e, até, pela violência de linguagem, terão obrigatoriamente um papel de destaque quer na história do Partido Histórico, quer na história das polémicas e da opinião pública oitocentistas quer, ainda, na história do pensamento político radical nas décadas de 50 e 60 do século passado — quando tais histórias foram feitas.

Em resumo, JFR tem a importância que um jornalista politicamente interventor, militante partidário, obstinadamente progressista, pode ter na sua época. Com o interesse acrescido de ter escrito umas memórias juntamente com a sensação amarga, que deixa ao estudioso, do incompleto e do irrealizado: teria sido um dos primeiros e mais fogosos jornalistas republicanos se a tuberculose e a morte não lhe tivessem encurtado, demasiado cedo (aos quarenta anos incompletos), a vida.

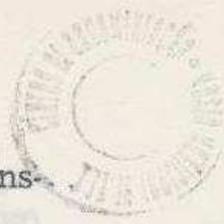
2.

João Félix Rodrigues nasceu a 26 de Setembro de 1830, de pais também vilafranquenses. Do lado de seu pai descende de famílias ligadas ao funcionalismo (o bisavô foi capitão-mor de Vila Franca de Xira e o avô e pai almoxarifes da Casa do Infantado); do lado da mãe, de famílias de proprietários rurais.

Após a morte da mãe, aos cinco anos, é remetido para junto da avó paterna e das tias, em cuja casa se fixa permanentemente até ao momento da frequência de colégios lisboetas, onde se prepara para o ingresso na Universidade de Coimbra. Desta época, infância e adolescência, ficar-lhe-ão recordações e sentimentos que, mais tarde, fixará nas «Memórias».

Do facto de a sua família ter sido sempre contra certos aspectos característicos do Antigo Regime (a fradaria, por exemplo) e de odiar o cabralismo, radica-se nele primeiro o sentimento e depois a certeza da justeza dos pontos de vista liberais radicais, de que nunca abdicará e pelos quais se baterá sempre. Em Coimbra, para cuja Universidade entra em 1848 a cursar Direito, liga-se à juventude «patuleia e republicana», não devendo terem sido poucas as vezes em que terá enfrentado os caceteiros cabralinos. E o iberismo, então em voga, sedu-lo também, escrevendo artigos para o jornal iberista «O Progresso». (Mais tarde recusará e combaterá frontalmente o iberismo).

Em 1855 termina o curso de Direito. Fixa residência em Lisboa e inicia-se na vida política fundando o jornal «Eco das Províncias», de que é



co-proprietário; nele combate o governo e ideário regeneradores (tema constante dos seus escritos) e discute os problemas da Universidade.

Os pontos de vista expendidos chamam a atenção dos liberais radicais do Partido Histórico pelo que, finda a publicação do «Eco das Províncias», é convidado por Manuel Jesus Coelho a integrar a redacção do jornal «O Português», órgão de imprensa dos Históricos e defensor de princípios liberais mais vincados.

Aceita o cargo, dedicando-lhe não só todo o tempo disponível como uma imensa paixão, acabando por ser o redactor principal do referido jornal. Entra nele em finais de 1856 e nele permanece até Dezembro de 1866, ano em que o jornal finda a publicação. Simultaneamente, exerce funções de notário e emprega-se, como funcionário público (escrivão), no Depósito Público de Lisboa.

Como já foi referido antes, é para «O Português» que escreve algumas séries de artigos sobre problemas e temas polémicos que, nos anos cinquenta e sessenta do século passado, tanto abalaram a opinião pública portuguesa — a Concordata com a Cúria Romana, o Ultramontanismo, a reintrodução das Ordens Religiosas, o Casamento Civil e, até, a Questão Coimbrã. Defendendo sempre, com paixão polémica, violência de linguagem e uma argumentação fundamentada em vasta extensão de conhecimentos, pontos de vista progressistas. De igual modo utiliza o jornal para combater quotidianamente as políticas, o ideário, e os políticos regeneradores.

* * *

E já que se referenciaram «históricos» e «regeneradores» — um parêntesis explicativo da realidade política de oitocentos, até para enquadrar o posicionamento político de JFR.

O projecto e a prática liberais do século passado apresentaram-se, logo desde o início (1820), atravessados por duas tendências extremas: a conservadora, tendente ao compromisso com as estruturas socio-económicas herdadas do passado e permeável aos interesses e privilégios da elite aristocrático-burguesa; a radical, democratizante e progressista, jogando na profundidade e velocidade das transformações socio-económicas e mais permeável aos interesses da média e pequena burguesia.

As tensões socio-políticas da década de 30, logo depois da instauração irreversível do liberalismo em 1834, decorrem deste antagonismo. A década de 40, à excepção do parêntesis da Maria da Fonte e Patuleia (1846-47), é dominada pelo conservadorismo caceteiro do cabralismo. Frente a ele forma-se uma oposição que junta os liberais das duas tendências num Partido Progressista, que triunfa em 1851, depois de (mais) um golpe de estado do Marechal Saldanha e que dá início à «Regeneração».

Com a Regeneração inicia-se a 2.ª fase do liberalismo português: a um liberalismo marcado por conflitos politico-ideológicos, por tensões e instabilidade política, sucede um outro, de compromisso, desradicalizado e desideo-

logizado, menos voltado para os princípios, mais pragmático — todo ele com os olhos postos em programas de desenvolvimento material, obras públicas, viação acelerada (caminhos-de-ferro), na especulação financeira, etc. Repetindo Oliveira Martins: a Regeneração é o nome português do capitalismo.

Em suma, a Regeneração supôs um consenso geral entre as tendências conservadora e radical, o qual, eliminando as arestas do extremismo político à direita e à esquerda, acabou por dar força às correntes moderadas do centro de ambas as tendências. Desse centro destacam-se dois partidos, ambos moderados: o *Regenerador*, herdeiro certo da antiga tendência conservadora, desenvolvimentista; o *Histórico*, herdeiro equívoco da antiga tendência radical, de que mantém parcialmente a fraseologia, mas com uma prática política quase indistinta do primeiro.

Menos conservador, o Partido Histórico apresenta duas vertentes: a «unha branca», moderada, governamental; e a «unha preta», mais radical, ideologicamente intransigente, reclamando para o partido um purismo ideológico e uma prática política específica, e actuando, sobretudo, por via de algumas vozes parlamentares e da imprensa — o jornal «O Português».

Histórico, JFR faz parte, como radical, da «unha preta». E na sua actuação politico-jornalística acompanha os irmãos Passos, Manuel de Jesus Coelho, Santos e Silva e, até, Alexandre Herculano (o A. H. posterior a 1851, entenda-se).

* * *

Retornando à biografia de JFR: a sua intervenção na vida pública não se limita só ao «Português» e ao jornalismo. Colabora noutros jornais lisboetas como o «Asmodeu», em jornais da província e chega a ser o correspondente em Lisboa do jornal portuense «O Nacional», para onde envia numerosos artigos entre 1867 a 69. Faz parte da Associação Patriótica a partir de 1860 (uma agremiação política, semi-legal, de carácter radical e funcionando à margem do processo político de então) mas mantém-se desligado da acção tumultuária desta.

Aquando do pacto da *Fusão* entre os regeneradores e os históricos em 1865, que deu origem a um governo de coligação entre os dois partidos, JFR é um dos históricos/unha preta que entra em dissidência com o partido. Combate a Fusão em 65 e 66 em «O Português». Em 1867 insere-se no movimento de contestação popular e tumultuária contra o governo: participa na fundação do jornal oposicionista «Independência Nacional», de duração efémera (que tenta substituir «O Português» que suspendeu a publicação em Dezembro de 66); participa activamente na organização do movimento oposicionista em Lisboa, fazendo parte de Centros Eleitorais que tentam dar corpo e estrutura ao oposicionismo, ligando-se ao Conde de Peniche; e em princípio de Janeiro de 68 conduz, embora doente, a manifestação que do Rossio pretende chegar a Belém, ao rei, para lhe exigir a demissão do governo (pretende — pois foi impedida pela cavalaria em Alcântara).

Apeado o governo fusionista, apoia o novo governo, liderado pelo Conde de Ávila, desliga-se do grupo do Conde de Peniche e é nomeado secretário-geral do Governo Civil de Santarém. Quando em Junho de 1868 o governo Ávila é substituído por outro dominado pelas figuras de Sá da Bandeira e do Bispo de Viseu, JFR retoma posição anti-governamental, sendo destituído pelo Bispo, apesar dos protestos da Câmara de Santarém e das «forças vivas» da cidade.

Em seguida, o mesmo bispo, por uma reforma *ad-hoc* torna amovível (e não de carreira) o cargo que JFR ocupada no Depósito Público, sendo reformado com uma pensão irrisória. Casado, com dois filhos, já tuberculoso, salva-o da penúria a família da esposa e alguns amigos.

O antagonismo político contra o Bispo de Viseu transforma-se naturalmente em ódio, o ódio do perseguido contra o perseguidor. Veementemente expresso em escritos diversos para «O Nacional» do Porto, consome-o tanto como a tuberculose, que, lentamente, o vinha arruinando. Morre com 40 anos incompletos, a 21 de Abril de 1870.

Não sem que antes, a partir de 1868, se tenha dado nele uma reviravolta ou, melhor dizendo, um acto de coerência ideológica: combatendo sempre pela concretização de um ideário politico-social progressista no quadro do constitucionalismo monárquico — toma, finalmente, consciência da impossibilidade da sua realização nesse mesmo quadro. E por um caminho que, depois, tantos outros haviam de percorrer, acaba por afirmar-se republicano, exprimindo a sua fé no republicanismo, por escrito, no volume IV das «Memórias».

3.

Os poucos registos bio-bibliográficos ressaltam algumas características da sua actuação politico-jornalística que uma análise, mesmo superficial, confirma plenamente:

- um nível de conhecimentos muito vasto sobre os assuntos tratados junto a um nível de erudição francamente espantoso, a demonstrarem ambos uma profundidade na abordagem dos problemas, de certo modo rara na produção jornalística de oitocentos;
- um temperamento de polemista feroso e arrebatado que, em muito, está na base da produção das séries de artigos publicados em «O Português»; estes, já de si sobre assuntos controversos, têm como alvo as posições ideológicas conservadoras ora de António Rodrigues Sampaio e António Pedro Lopes Mendonça, da «Revolução de Setembro», ora José Maria Sousa Monteiro do «Bem Público», entre outros;
- um sentido do sarcasmo e do ridículo, que aplica como forma de ataque contra quem polemiza; e uma violência de linguagem, um arrebatamento verbal que ultrapassa, em muitos casos, os limites do razoável, mesmo para o século XIX. Destas atitudes lhe ficou a alcunha

de *Tanas* com que a «Revolução de Setembro», já em finais de 1856, o cognominou e que JFR assumiu publicamente.

Estes os aspectos, digamos, formais. E é caso para dizer que JFR só se distingue da prática jornalística do seu tempo, quanto aos dois últimos itens, em termos quantitativos. Todos os jornais oitocentistas eram folhas de combate politico-ideológico e partidário, todos serviam um ponto de vista, todos polemizavam contra os adversários, todos usavam uma linguagem violenta — a palavra era mesmo uma arma! JFR terá, quanto muito, exagerado um pouco.

O seu ideário e posicionamento politico-ideológico são definíveis pelas seguintes linhas de força:

- combate incessante contra os regeneradores, estejam no governo, estejam na oposição; neles vê unicamente a tentativa de retorno ao cabralismo (o conservadorismo mais extremo no quadro do liberalismo) e uma prática política de corrupção sistemática nos domínios económico, financeiro e político;
- defesa persistente do ideário político dos históricos, enquanto concretização da tradição progressista liberal, lutando por uma pureza de programa e prática políticas, e contrário, por isso, a quaisquer contaminações e compromissos políticos se ideologicamente duvidosos;
- uma posição de apoio aos governos históricos muito distanciada e crítica; isto é: apoia-os em princípio, mas critica-os e combate-os mesmo, sempre que os ministros e/ou a actuação política geral lhe parecem contrariar o ideário do partido; JFR parece ter sido mais jornalista de um ideário de que jornalista submisso a governos ou a personalidades políticas;
- atitude demolidora contra as personalidades políticas regeneradoras que, politicamente evoluíram da esquerda liberal para o conservadorismo — assim se explica a sua raiva política contra personalidades como António Rodrigues Sampaio, Martens Ferrão, Casal Ribeiro e outros, muito mais do que contra, por exemplo, António Fontes Pereira de Melo; e uma atitude de desconfiança e até de recusa frente aos que, da direita liberal, passam a integrar o Partido Histórico — mudança onde mais vê oportunismo do que sinceridade política;
- um progressismo ideológico global no quadro do liberalismo (que o levará, como já foi afirmado, ao republicanismo) que o leva ao combate sistemático contra as tendências conservadoras e reaccionárias, mesmo, que ele sentia começarem a insinuar-se e a desenvolver-se perigosamente na sociedade portuguesa, a maioria das vezes (na sua opinião) acobertadas pela governação regeneradora; tendências conservadoras no domínio religioso — o ultramontanismo católico; no

domínio social — a readmissão das ordens religiosas; e no domínio cultural — a Questão Coimbrã.

* * *

Hoje pede-se ao jornalista objectividade — ainda que ideologicamente referenciada — mas objectividade; no Séc. XIX, ao jornalista, solicitava-se que cumprisse um papel de mentor político, de condutor de opinião pública — e JFR cumpriu-o com tenacidade apaixonada, inteligência e ... violência verbal.

4.

O redactor principal de um jornal oitocentista era quem, então, lhe definia a imagem de marca: produzia editoriais, comentários políticos, folhetins, artigos de combate — enfim o lado político do jornal era da sua competência. Um papel que conjugava, em relação aos dias de hoje, os de director e de redactor principal. Durante dez anos (de 1857 a 1866) JFR assumiu este cargo no jornal «O Português». Imagina-se pois a extensão da sua produção escrita, a maioria dela ao sabor da circunstância política do momento, nem toda facilmente identificável, nem toda de qualidade suficiente a justificar trabalho de identificação. Não foi possível a identificação da colaboração no «Asmodeu» e igualmente, por conhecimento tardio (proporcionado só pela leitura das «Memórias»), a identificação dos temas abordados no «Eco das Províncias». Em relação ao «Nacional» tal identificação se realizou para os anos de 1867 a 1870.

Os seus escritos apresentam níveis de qualidade bem diferenciados, neles se podendo distinguir claramente uma produção importante e uma outra secundária.

A importante — a série de artigos produzidos para «O Português»:

- a) *A Concordata de 21 de Fevereiro com a Cúria Romana sobre o Padroado Português na Índia*. Publicada em Maio, Junho e Julho de 1857; nele defende JFR os direitos do Padroado português no Oriente, contra as tentativas papais da sua redução, aceites pelo governo português na referida Concordata.
- b) *O Ultramontanismo*. Duas séries de artigos, um de Agosto a Novembro de 1857, outro do mesmo mês e ano a Abril de 1858; neles combate as tendências reaccionárias do Papado (Pio IX) e a sua recusa em aceitar o liberalismo, como concepção geral da sociedade, e combate as «tentações» políticas conservadoras e interventoras do clero católico. Em polémica com o jornal «Bem Público», defensor dos princípios do catolicismo tradicional.
- c) *Históricos e história; História dos históricos; Conselhos aos históricos*, etc. Conjunto de artigos publicados em Fevereiro de 1857 e que

são peças de polémica contra António Lopes Mendonça, da «Revolução de Setembro»; anti-regeneradores e de defesa do ideário dos «históricos» — de tal impacto e chamando tanto a atenção dos meios políticos para o seu autor, que A. L. Mendonça duvidou serem da autoria de JFR. Este terá então explicitado bem que era o único redactor de «O Português».

- d) *As Irmãs de Caridade francesas e A influência dos frades Lazaristas.* Três séries de artigos, a primeira de Junho a Agosto de 1858, a segunda em Agosto do mesmo ano, a terceira de Maio a Julho de 1861. Todos contra a readmissão das ordens religiosas em Portugal, ainda que a coberto da prática da caridade, pretexto que encapotava intenções mais extensas. Sobre a questão das Irmãs de Caridade, JFR afirma nas «Memórias» ter sido ele o primeiro quem levantou tal questão. O facto é que acabaram por sair do país, juntamente com os Lazaristas.
- e) *O Casamento Civil.* Conjunto de 12 artigos, de Março a Maio de 1866, de participação activa numa das polémicas oitocentistas de maior repercussão social (e hoje bastante esquecida), e que versou o problema da admissão ou não, no Código Civil, do casamento civil; combate, naturalmente, pela introdução do casamento civil, posição em que ombreia com a de Alexandre Herculano; não é, aliás, este o único momento em que está do mesmo lado, pelas mesmas causas, de A. H.
- f) *A Literatura em barulho.* Assinada por Satan, anagrama de *Tanas*, «nome de guerra» de JFR, uma série de 29 artigos, publicados de Janeiro a Maio de 1866, que constituem a sua intervenção na polémica «Bom Senso» e «Bom Gosto» ou «Questão Coimbrã». É uma intervenção lateral em relação ao cerne da polémica que nos meios culturais se desenvolveu em 1865 e 66; lateral mas não menor, já que tenta fazer um apanhado analítico da polémica, informativo, mas onde não deixa de marcar a sua posição pessoal, de defesa dos novos valores culturais contra os falsos proprietários de uma cultura também ela já falsificada. Pode espantar que um jornalista político intervenha num assunto fora da sua esfera habitual; mas JFR apercebeu-se claramente de que, por de trás de uma polémica cultural se perfilhavam concepções socio-políticas, umas conservadoras outras inovadoras. E a sua tomada de posição parte da afirmação de um feroz anti-castilhanismo: é que Castilho representava na cultura tudo o que JFR combatia e abominava na política — o mundo oficial, ordeiro, corrupto e corruptor, conservador, regenerador, enfim ... A sua intervenção nesta polémica é o único dos seus escritos publicados actualmente e à disposição dos leitores; está inserta nos II, III e IV volumes da obra *Bom Senso e Bom Gosto*, da autoria de Alberto Fer-

reira. É, como já referi, um texto lateral, mas o mais importante deles, mais importante que muitos dos textos centrais, e, certamente, um dos três textos mais importantes dessa polémica publicados em 1866 (os outros são «literaturas de Hoje» de Ramalho Ortigão e «Vaidades irritantes e irritadas» de C. Castelo Branco). Com o interesse de, no último artigo, ter publicado — e foi o primeiro a fazê-lo — uma lista de todas as peças de tal polémica.

Deste conjunto de séries de artigos, com excepção dos referidos nas alíneas c) e f) três aspectos a salientar: o primeiro, a luta por uma concepção laica de sociedade, à margem das influências retrógradas de um catolicismo intolerante, romano, ultramontano; o segundo, a aceitação efectiva de um catolicismo aberto, progressivo, de par e passo com as tendências gerais do próprio século — JFR afirma-se claramente católico e, simultaneamente maçã...; finalmente, o ter estado, nas polémicas que travou, do mesmo lado que Alexandre Herculano — o que é visível na questão do casamento civil, irmãs de caridade e concordata com a Santa Sé. O que permite mesmo a hipótese de A. H. ter sido um dos seus mentores intelectuais, como aconteceu com tantas outras personalidades oitocentistas.

Importante também, as «*Memórias de um Jornalista*». Já foi referido que são constituídas por cinco volumes manuscritos e que o seu conteúdo é relativamente desigual. Esta é a pecha do memorialismo português: débil quantitativa e qualitativamente. E as «*Memórias*» de JFR não fogem à regra: se nelas se encontram saborosos e interessantes textos, estes não são mais do que 25 % do total — dados autobiográficos, pormenores de quotidiano familiar, apontamentos de mentalidades, viagens, vida do estudante em Coimbra, escândalos eclesiásticos, biografias críticas de personalidades hoje esquecidas mas «exemplares», um que outro apontamento político, opiniões sobre acontecimentos nacionais e internacionais, etc. Na maior parte são muito impessoais, registando demasiado discursos parlamentares, opiniões de jornais, cartas, programas eleitorais — enfim, o mundo da política lisboeta, muito centrado em torno das cartas, dos jornais, das personalidades políticas, das controvérsias, das tricas. E com muitos juízos de valor moralistas sobre factos e pessoas; e com muito tendenciosismo na defesa dos históricos e nos ataques aos regeneradores. Nelas também refere, mas de forma pouco esclarecedora, uma polémica sua com Camilo Castelo Branco; e nelas apresenta, ainda um estudo crítico, com cerca de 300 páginas, de uma obra publicada sobre José Estêvão em que, procurando repor a verdade sobre JE, demonstra um domínio da história do seu tempo com uma extensão e profundidade deveras notável.

O secundário — vale a pena referir o secundário? Desde a tentativa falhada de um romance só incompletamente publicado em «*O Português*» («*Os Mistérios de Coimbra, oferecidos à briosa academia de 1854*») até às fábulas políticas publicadas em 1868 contra o bispo de Viseu no jornal «*O Nacional*»

(«História, conto ou fábula de uma situação política no Haiti»; «Proezas de de um frade barra») passando pela colaboração quotidiana e/ou regular em jornais diversos — uma produção imensa determinada pelas circunstâncias e pela necessidade do combate político. Neste secundário também há, com certeza, muito de interessante a solicitar análises cuidadas; destaco só o conjunto de folhetins publicados em «O Nacional» com o título «Galeria Parlamentar», de 1867, onde analisa o carácter e actuação políticas de cada um dos deputados e pares (com um sentido crítico demolidor para com os adversários, servido por uma linguagem tão violenta e por uma capacidade acusatória tão ferina, impossível hoje de aparecerem em qualquer jornal ...) e onde ataca a Câmara dos Pares e propõe a sua extinção, por inútil e anti-democrática.

* * *

Em próximo número da revista será apresentada uma pequena selecção de textos jornalísticos e das Memórias, de JFR.

NOTA

A fotografia que acompanha o artigo foi retirada de um álbum de família de igual modo pertença de Cristina e Armando P. L. Não há indicação nenhuma de que o fotografado seja JFR; partiu-se simplesmente do princípio de que, num álbum, ao lado da fotografia da esposa (esta perfeitamente identificada pelos descendentes) estaria a do marido; depois a existência da casa fotográfica já nos anos 60 e a indumentária — tudo leva à conclusão de o fotografado ser mesmo JFR.

FONTES

- «Memórias de um Jornalista», manuscrito, inédito, propriedade de Cristina e Armando Pedro Lopes, Torres Vedras.
- Colecção dos seguintes jornais:

«Nacional», anos de 1867 a 1870

«O Português», anos de 1856 e 1866

«Diário Popular», ano de 1870

«Diário de Notícias», ano de 1870

BIBLIOGRAFIA

- Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 8.ª ed.; Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1977.
- A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, 3.º vol., 2.ª ed.; Lisboa, Palas Editores, 1981.
- Alberto Ferreira, *Bom Senso e Bom Gosto (Questão Coimbrã)*; Lisboa, Portugália Editora, 1967/1970.
- Inocêncio Francisco da Silva e Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico*, Suplemento, vol. 10; Lisboa.

15.9.84



João Félix Rodrigues

«MENSAGEIRO DO RIBATEJO»

3 ANOS DE COMBATE PELOS INTERESSES E ASPIRAÇÕES DE VILA FRANCA

REINALDO FERREIRA

Em cada época, variaram os objectivos, preocupações e lutas dos Vilafranquenses.

Mudaram-se os tempos e as pessoas, mudaram-se igualmente as condições políticas e os meios utilizados, mas algo de comum encontramos sempre: o gosto por esta terra, uma vontade de a ver com mais progresso, bem-estar para os seus naturais e habitantes.

Entre os meios para lutar por tal objectivo, destaque merecem os jornais regionais.

Falaremos aqui dum desses, o «Mensageiro do Ribatejo», semanário que se editou nos princípios da década de 30 e que durante as 206 semanas que saiu a público, pugnou — através de diversas «campanhas» — pelos interesses dos Vilafranquenses, conseguindo mesmo alcançar alguns êxitos, pois foram concretizadas pelo poder central e local algumas das propostas nele apresentadas.

Nas suas páginas colaboraram regularmente alguns Vilafranquenses amigos da sua terra, nomeadamente o escritor neo-realista Alves Redol e o advogado Vidal Baptista.

1 — OS OBJECTIVOS DEFINIDOS

Em Editorial assinado pelo seu Director, na primeira edição (saída em 1/1/1930), sob o título «Aparecendo», eram apresentadas as razões justificativas da publicação:

- o saber-se que a sua fundação seria acolhida com «simpatia viva e calorosa» pelos «elementos bons» da terra que ainda se não haviam «deixado corromper pelas práticas de individualismo feroz e mesquinho»;
- concorrer para o engrandecimento, sempre coerente do «nosso abençoado rincão de terra portuguesa, mais portuguesa que nenhuma outra», isto é, do «nosso Ribatejo»;
- defender os interesses morais e materiais do concelho e da região Ribatejana;

- bater-se «denodadamente, com propósitos firmes» pelo progresso regional e local;
- «terçar as armas leais da discussão» quando as aspirações legítimas de Vila Franca fossem combatidas ou impugnadas.

Autoclassificando-se como «grupo de desinteressados amigos da terra», afirmavam os promotores da edição do jornal que este não teria intuitos de combate ou agressão e, teria como norma de conduta o não ser «nem soalheiro soez, nem turíbulo incensatório de empreiteiros de popularidade».

Terá ou não conseguido ser o que se propunha?

Terá conseguido sempre correctamente prosseguir em direcção ao objectivo que se propunha?

2 — INFORMAR E OPINAR CRITICAMENTE

Ao longo das cerca de duas centenas de exemplares publicados, semana após semana, com muito esforço e «carolice», as informações eram veiculadas, as opiniões, críticas e sugestões emitidas, a mobilização dos leitores feita, despertando o interesse pelas questões e problemas que, sendo da região, a todos deveriam preocupar.

Quase tudo o que era considerado relevante na época, quase todos os acontecimentos, eram retratados e divulgados:

- a abertura de concurso para o fornecimento dos azulejos para o Mercado Municipal;
- a existência (primeiro) e a resolução (depois) do conflito entre os trabalhadores e empresários do Comércio quanto ao horário de trabalho;
- a inauguração do novo posto da CRGE (hoje EDP-EP);
- a adjudicação do novo chafariz do Alegrete;
- o cinema sonoro que pela primeira vez é exibido em Vila Franca;
- a inauguração da Escola João de Deus;
- as obras na Fábrica de Laminagem;
- as actividades culturais (récitas, peças de teatro, Feira do Livro, etc.);
- a repressão às colectividades e à sua luta pela educação popular;
- a falta de escolas e de professores;
- as comemorações do 1.º de Maio pela Associação de Classe da Construção Civil;
- um desastre ocorrido no rio Tejo junto à Quinta das Torres;
- a declaração do Pelourinho como monumento nacional;
- a visita do Ministro das Obras Públicas ao local onde iria ser construída a ponte sobre o Tejo.

Em simultâneo com a informação dos acontecimentos locais, eram afloradas ideias e aspirações das populações ou de certos sectores, e abordadas as necessidades e propostas concretas para a sua satisfação:

- o abastecimento de água ao domicílio;
- a conclusão de bairros habitacionais cuja edificação se interrompera;
- a não utilização do Coreto;
- um Jardim no Largo da Estação dos Caminhos-de-Ferro;
- o funcionamento do Mercado Municipal;
- a solução para a crise de trabalho que afectava os trabalhadores da região, principalmente os da Construção Civil.

3 — CAMPANHAS PELO PROGRESSO DA REGIÃO

Um jornal regional tem sempre um papel fundamental a este nível. No caso do «Mensageiro do Ribatejo», muitos foram os esforços feitos, vigorosas foram as «Campanhas» levadas a cabo:

- a ponte: sua necessidade e utilidade;
- a iluminação pública;
- a instalação condigna do posto dos CTT;
- a abertura e funcionamento duma Escola Industrial e dum Liceu Municipal;
- a Comarca de Vila Franca e construção dum novo edifício para o tribunal.

Os elementos atrás enumerados, não pretendendo ser exaustivos, não são uma lista completa dos assuntos abordados, mas creio serem suficientes para que recordemos o vasto leque de matérias sobre que incidiu a atenção dos responsáveis e colaboradores do jornal.

Particularmente importante, parece-me, é que fique assente e provado por este trabalho (necessariamente breve e incompleto...) que um jornal regional poderá desempenhar um importante papel na defesa dos interesses regionais.

Terão todos os que vivem nesta nova cidade a percepção de tudo o que está por detrás do que somos hoje e do que temos, das lutas e esforços que foi necessário empreender para que existissem a Ponte, a Estação da CP, o Tribunal, as Escolas Secundárias, o edifício dos Correios, etc.?

4 — ENFRENTANDO TAMBÉM A CENSURA

O presente trabalho ficaria incompleto se não se referissem algumas das dificuldades que o jornal enfrentou.

Desde logo, haverá que apontar o passivismo e/ou indiferença de alguns conterrâneos daquele tempo.

Logo no «Editorial» do primeiro número, já referido no ponto 1 deste trabalho, a par da previsão dum «acolhimento vivo e caloroso» se referia que poderiam alguns vir a olhar o novo semanário «com indiferença ou até mesmo desdém», o que demonstra, parece-me, que estavam os responsáveis pelo semanário alertados para tal eventualidade.

Tais cidadãos, indiferentes ou até desdenhosos, são ali violentamente acusados de pertencerem ao número dos que «invertem a posição normal das vísceras colocando o estômago no coração e este no lugar daquele» e ainda mais, são classificados de «utilitários aos quais todas as tabuletas servem e que a todas as bandeiras se acolhem, tirando sempre dos factos o proveito possível»...

A outro nível, interessará referir que também sobre o «Mensageiro do do Ribatejo» a Censura e o seu lápis actuaram.

Os ânimos regionalistas exaltaram-se no momento em que se estudava uma revisão da divisão administrativa do território.

Vidal Baptista sai à liça com um artigo de primeira página, defendendo em termos vigorosos que Vila Franca continue sendo a capital do Baixo Ribatejo.

O artigo é integralmente riscado pelo lápis azul da Comissão de Censura, provocando esses ilustres generais uma situação caricata: o semanário sai a público com a primeira página quase toda preenchida com publicidade!

Felizmente, no Arquivo da Biblioteca Municipal está incluído um outro exemplar (clandestino?) em que o texto daquele advogado aparece na íntegra...

FICHA DO «MENSAGEIRO DO RIBATEJO»:

N.ºs publicados	206
Início de publicação	1 de Janeiro de 1930
Último n.º publicado	23 de Dezembro de 1933
Preço venda avulso	\$50
Assinatura de 10 exemplares	4\$00
Director: António Lúcio Baptista	

SEMANARIO REGIONALISTA Propriedade de NEVES DE CARVALHO e de EURICO MOREIRA
DIRECTOR Antonio Lucio Baptista
Redacção e administração: Rua Almirante Castanho dos Reis, 100

SEMANARIO REGIONALISTA Propriedade de NEVES DE CARVALHO e de EURICO MOREIRA
DIRECTOR Antonio Lucio Baptista
Redacção e administração: Rua Almirante Castanho dos Reis, 100

A divisão provincial do nosso País O RIBATEJO

Annunciare para breve a promulgação do novo estatuto constitucional, ou o plebiscito tornará valido e que, uma vez em vigor, substituirá a Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, em 21 de Agosto de 1911.

De toda forma, propõe a Comissão que se crie a 'Provincia do Ribatejo', com capital em Santarém, abrangendo a área do actual distrito daquela cidade e os concelhos de Ponte de Sôr, Vila Franca de Xira, Alentejo, Azambuja e Alameda, com as respectivas capitais nas cidades de Braga, Vila Real, Póvoa, Coimbra, Viana, Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Évora, Beja e Faro.

Tomámos conhecimento do trabalho elaborado pela Comissão referida e, francamente, se não fosse a confirmação que a imprensa diária nos veio trazer, não deixaríamos de pensar mais no assunto, convencidos de que se tratava apenas dum estudo fantasioso e ilusório.

Ora nós sómos ribatejanos, sem dúvida. As características do Ribatejo são inconfundíveis, e certo, mas os nossos interesses materiais são absolutamente antagónicos com os da projectada capital da Província do Ribatejo.

Vila Franca tem vida própria, tem aspirações que se não podem confundir e muito menos sacrificar ás alheias. As suas relações e dependências são apenas acidentalmente ligadas com Lisboa, a cuja área distribuída a nossa terra sempre pertenceu e quer continuar a pertencer.

Não nos move o excesso de presente orgulho, o menor resentimento ou o maior orgulho de vista para a cidade de Santarém. Mas impulsões nos o desejo de defender os nossos interesses, que são afinal os interesses da nossa terra.

Contribuição para a defesa da pátria... O Plano F... T. F. F. O governo...

Uma verdade... Melhoramentos regionais... A Constituição...

Annunciar é indispensavel a quem deseja fazer bom negocio, mas escolher os jornais para publicar esses annuncios deve ser a principal preocupação do annunciante...

RIZ LA O PAPEL DE FUMAR CHICO. Venda ao publico 330 cada livreiro. Riquia, Pinto, Lda - LISBOA

NUNES FOTOGRAFO. RETRATOS EM TODOS OS GENEROS. BARRIOS A TODOS OS PREÇOS. Avda da Fátima - VILA FRANCA DE XIRA

Antiga casa TAVARES. FAZENDAS, MOVEIS E ALFARFARIA. Completo sortido em MOBILIAS por preços baratissimos. Mobílias para casa de jantar, com 11 peças, estilo inglês, por 300\$00

Antiga casa TAVARES. Por 13800\$00 servaais todos podem ser feitos prontos a vestir, moveis ou outros artigos. Antiga casa TAVARES 78, 83, 81 - Rua Almirante Reis - 83, 83, 81 VILA FRANCA DE XIRA

HOMENAGEM AO PROFESSOR REYNALDO DOS SANTOS, UM VILAFRANQUENSE

INTERVENÇÃO DO PROFESSOR JUVENAL ESTEVES no Colóquio sobre a vida e a obra de Reynaldo dos Santos, realizado no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em 23 de Fevereiro de 1983.

Sr. Presidente,

Sr.ª D. Irene Quilhó dos Santos,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Vivo um momento de grande emoção ao evocar hoje e neste local o meu Mestre — o Professor Reynaldo dos Santos.

Fui seu aluno como estudante de Medicina; no plano cultural acompanhei-o durante décadas. Recebi o enorme benefício de uma invulgar amizade.

Permaneço feliz discípulo.

É pois nesta honrosa condição que vou tentar o esboço fisionómico de personalidade que é das maiores da cultura portuguesa.

Recordemos a presença física. Era distinta.

Alto, não demasiado, bem estruturado, equilibrado em proporções. A cabeça logo se tornava notória quanto à modelação e ao bem vincado das formas. A face ampla, pele rosada, olhos também claros, o nariz um tanto aquilino, a boca levemente entreaberta com o lábio um pouco saliente e vermelho. Afagava a cada momento o farto cabelo, enquanto tirava e voltava a colocar os óculos numa mobilidade constante de mímica e de corpo.

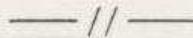
No homem Reynaldo dos Santos tudo era movimento.

Havia nele uma dinâmica interna que se traduzia tanto no pensar como na formulação dos conceitos, nas atitudes e na acção. E este é um dos aspectos mais vincados da sua invulgaridade. Exercia atracção pessoal. Por isso lhe era fácil o convívio com qualquer pessoa, de vária cultura ou estrato

social desde a humilde à diferenciada ou sofisticada na sua maneira de ser. Usava sempre maneira própria, linguagem adequada para cada interveniente, para cada momento e para cada acto. Exerceu fascínio em seu redor, desde os doentes até às personalidades mais destacadas da vida intelectual portuguesa e internacional. Atravessou os mais variados e diversificados grupos humanos, cruzou gerações; foi sempre o mesmo.

Conhecêmo-lo idêntico a si próprio.

Esboçada a presença natural e capacidade de relacionamento procuramos agora perspectivar a sua trajectória como homem de ciência, pensador; valor intelectual e espírito que ainda hoje nos ilumina.



Formou-se em Medicina aos 23 anos. Seu pai foi médico, aqui, nesta Vila Franca de Xira; filho de médico muitas vezes sai médico. Este clínico vilafranquense foi igualmente distinto amador fotográfico; elemento biográfico que interessa para compreender a disponibilidade inata e abertura para os fenómenos da vida sensível. A formatura naquela idade era normal; mas não tanto o convívio activo, de estudante com professores notáveis.

E este foi o seu primeiro ambiente cultural.

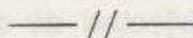
Recordamos, entretanto, que a Escola de Medicina e Cirurgia onde aprendeu, a qual antecede a Faculdade de Medicina, era um centro importante de cultura. Nela a ciência e as humanidades caminhavam de braço dado. Essa condição foi reconhecida no tempo. Em consequência a construção do edifício da Faculdade de Medicina no Campo de Santana adquiriu carácter de monumento dedicado à medicina lisboeta considerada então como glória nacional.

No ano seguinte à sua formatura Reynaldo dos Santos dirige-se a Paris.

Nesse tempo as pessoas não se deslocavam como hoje. Era extremamente difícil, eram precisos meios, então escassos, e nem sequer havia espírito para atitudes deste género. Começa com essa viagem a sua permanente deambulação pelo mundo culto. Naquela cidade encontrou uma grande figura da Medicina que o dominou imediatamente. Foi Tuffier. Era um grande cirurgião. A sua agudeza de pensamento determinou em Reynaldo dos Santos a via da arte de curar que cultivou durante toda a vida. E este é um aspecto marcante de sua personalidade. Pouco tempo depois o ímpeto de sua juventude vence as dificuldades da época. Desloca-se aos Estados Unidos. O facto é referido por todos os biógrafos como insólito. Nessa altura eram os americanos que vinham em massa à Europa aprender o que havia na Medicina e nos outros domínios. Era, entretanto, a época de instituição da América actual e da sua evolução cultural.

Em Reynaldo dos Santos verifica-se um fenómeno particularmente sobrelevante. Paira sobre o tempo, paira sobre os acontecimentos, fareja; farejou algo que estava para ali se produzir. E na realidade assim sucedeu. Foi o inicio da construção do grande edificio da Medicina americana e com ela a da Medicina moderna. É o espirito do homem no seu valor projecional. Influenciou os seus destinos porque aproximou personalidades como Carrel, Cushing e outros; colaborou de alguma maneira no esboço de sua organização. E este é um facto histórico da medicina que não o é menos da cultura portuguesa.

No regresso dos Estados Unidos devotou-se à cirurgia. Aos 26 anos era cirurgião dos Hospitais Civis de Lisboa onde realizou uma brilhante carreira técnica. Promoveu interessantes programas de ensino antes de ser professor. Transmittia espontaneamente tudo o que ia adquirindo em conhecimento e experiência. A sua vibração impulsionava todos em redor. Já por esse tempo convivia com Alberto MacBride e com seu cunhado Jorge Cid. Ambos estavam interessados no fenómeno artístico. Frequentava círculos intellectuais onde pontificavam os melhores espiritos.



Surge a guerra de 1914/18. Reynaldo dos Santos é mobilizado. Vai dirigir toda a área de cirurgia militar portuguesa em França. Aí reencontra os seus colegas dos Estados Unidos. Retoma contacto com os amigos que tinha em França, reúne-se com eles entre 1916 e 1918. Na crueza do conflito armado que foi feroz, duro e brutal, durante esse tempo ele forja a sua definitiva personalidade. Constrói-a no sentido do dever através das próprias experiências técnicas e de investigação em que aproveita todos os momentos.

Para ilustrar esta afirmação vou ler algumas páginas do seu «Diário de Guerra»¹.

São apontamentos que foi escrevendo durante o tempo que esteve na frente, num pequeno caderno, que conservava no bolso do dólman e o acompanhava sempre e em todas as situações. Verificamos aí que registava cuidadosamente tudo o que observava e impressionava a sua atenção, desde as grandes linhas de pensamento das pessoas com quem convivia, aos factos circunstanciais, até aos pormenores técnicos mais minuciosos.

Reynaldo dos Santos apontou nele a organização geral da medicina castrense em acção, o número de enfermeiras, de ambulâncias, a estrutura administrativa dos Serviços e o panorama humano para o qual a sua observação, inteligência e sensibilidade estavam abertas.

¹ Gentilmente cedido, para o efeito, pela Ex.^{ma} Senhora D. Nazaré Cid dos Santos a quem agradecemos.

Assim na 4.^a-feira de 14 de Junho de 1916 escreve: «Com Tuffier, Maison Blanche — revista dos cotos (como resultado de amputações). Todos são radiografados. Colecção importantíssima. Vão brevemente para o Vale de Grace. Examina-se o coto. Pergunta-se: Quando foi ferido? Onde? Quando foi amputado? Porque razão? Amputação primitiva ou secundária? Foi amputado de novo ou corrigido o coto?...

... A drenagem do joelho é uma má operação que deve ser evitada cada vez mais. Despejar, desinfectar e mobilizar».

Repare-se no rigor do registo do que observa, interpreta e comenta.

Importa igualmente verificar o poder de condensação bem expresso nas últimas três palavras, como termos fundamentais de uma acção cirúrgica.

Devo chamar a atenção para a notável capacidade de síntese do Prof. Reynaldo dos Santos. Era uma das características mais marcantes da sua vida intelectual. Encontra-se registada por toda a parte e até por aqueles que não o apreciavam por motivos humanos e outros como sucede a todos os grandes homens. Apercebendo-se do essencial imediatamente o reduzia a uma fórmula concreta.

Em 26 de Julho de 1916 escreveu: «um presépio, a adoração em madeira negra meio carbonizada, objectos de culto da Igreja de S. Martin irizados pelas chamas torcidas numa convulsão de dor», em cada palavra revela-se a vibração emotiva do momento.

Segue-se outro exemplo de capacidade imagética descritiva e de registo:

25/2/1918 «Voltei há dois dias de uma nova estadia na frente, viagem cheia de acidentes, com *pannes* de automóvel, descarrilamentos do comboio, bombardeamentos de aeroplano e um dia de fome, mas destas fomes de colar o umbigo às costas... Na minha viagem às ambulâncias da frente colhi vários elementos para o relatório que estou fazendo e que devo ler na Conferência de Paris nos meados de Março. Voltei depois por Amiens e tendo partido do *front* de manhã com um café com leite muito sumário, eram cerca de 9 h da noite e ainda estava com o mesmo café com leite — ou talvez já sem ele — uma fome devoradora. Junte-se a isto um atraso de 4 horas que fez perder a ligação com o rápido que devíamos tomar (eu e outros oficiais que seguiam em permissão) e depois disto uma espera de 5 horas das 9 da noite às 2 da madrugada na Estação de Amiens com frio, com fome sem um banco onde nos sentarmos, sem uma casa onde entrar (tudo fechado depois das 9 horas), sem a menor distracção para a nossa impaciência e faz-se ideia de ânsia com que nos precipitamos no comboio quando chegou à *gare*. Mas aí a comodidade não era maior, havia oficiais *deitados* no corredor por já não haver lugar sentado. E assim viajei mais 8 horas! A única coisa que me fica como recordação agradável desta volta da frente foi o espectáculo formidável da Catedral de Amiens à noite meio iluminada pelo luar. Não havia ninguém nas ruas. A noite estava duma transparência fria toda picada de estrelas. A massa enorme e robusta da Catedral estava toda banhada de uma luz azulada que acentuava as saliências e tornava mais profundas as sombras. Tudo tomava

um relevo mais acentuado e os contrastes violentos eram os de uma água forte. Como se não distinguiam os pormenores, as grandes massas e as linhas principais tomavam um valor, que de dia se dilui um pouco na multiplicidade dos detalhes. E então a harmonia maravilhosa dessas linhas, o equilíbrio das proporções, tudo impressiona de noite como sendo a verdadeira expressão de arquitectura. Certamente que os baixos-relevos são admiráveis e que as esculturas que ornaram os pórticos são do mais belo gótico mas mesmo sem os sacos de areia que os protegem agora, recolhidas no fundo dos nichos e mergulhadas na sombra da noite só valem a esta hora pela parte do mistério que opõem à luminosidade dos salientes iluminados dos perfis dos botaréis e das facetas dos coruchéus. A ábside então é a maravilha de harmonia mais perfeita que tenho visto. Lembra uma enorme jóia facetada e talhada como uma pedra preciosa que o luar fazia cintilar. E em torno nas pontas dos coruchéus as estrelas faziam um diadema luminoso... No isolamento em que me encontrava senti-me arredado para longe de guerra, de fome e até de peste dos comboios atrasados...»

Este interessante documento revela bem a riqueza de vida interior do Prof. Reynaldo dos Santos na desagradável circunstância referida em pormenor. Igualmente esclarece acerca do seu já então simultâneo interesse pela Medicina e pela Arte e ainda da força e método para vencer a adversidade. Nisto ele foi também Mestre. Muito característico de sua maneira de ser é igualmente o acento de ironia fina a qual cultivou sempre pela vida fora e até ao fim.

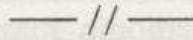
Nestes apontamentos podemos recolher os traços fundamentais do seu auto-retrato na experiência da guerra.

— // —

Terminada esta Reynaldo dos Santos interessa-se em seguida e imediatamente pela grande viragem que a cirurgia iria fazer. É a época em que começa o estudo da cirurgia da dor e em que se esboçam os primórdios da Cirurgia vascular. Inaugurava-se a cirurgia que corrige, que recupera, que retoma o corpo nas suas funções.

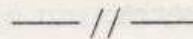
Recordo a conferência que produziu no meu tempo de estudante de Medicina e se intitulava: «Novos horizontes da Cirurgia». Realizara-a no Porto; tinha sido um êxito. Solicitámos que a repetisse em Lisboa. Lembro perfeitamente a sua comparação entre a cirurgia clássica e aquela que estava agora a nascer na imagem seguinte: «Se ouvirmos um concerto de violino podemos verificar que a virtuosidade de Paganini está completamente adquirida, já não pode ser ultrapassada, mas os horizontes de musicalidade de Heiffetz

esses dão-nos toda uma nova perspectiva». Ilustrava assim o caminho que ia seguir a cirurgia.



Em 1927 sucedeu a descoberta de Egas Moniz — a visualização das artérias do cérebro. Foi um dos grandes acontecimentos da Medicina. Imediatamente Reynaldo dos Santos compreendeu toda a sua potencialidade a qual ultrapassava em possibilidades futuras o sector neurológico e o estudo dos centros superiores. Era um método que poderia ser utilizado para a visualização de toda a máquina corporal do homem. Mete mãos à obra e em 1929 realiza aquilo que é uma das coroas de glória da medicina portuguesa — a arteriografia. Conseguiu primeiro a arteriografia dos membros e depois a aortografia. Na artéria principal do corpo ninguém ousava tocar. Picou a aorta num gesto ousado. Foi o dobrar de um cabo obscuro, o vencer de um mistério. O atrevimento do Prof. Reynaldo dos Santos fez posteriormente circular os líquidos de contraste em todas as outras artérias. Foi um grande avanço no progresso da Medicina.

Reynaldo dos Santos durante 20 anos conduziu a investigação arteriográfica e com ela deu origem àquilo que é conhecido com o nome de Escola Portuguesa de Angiografia. A esta sucedeu-se a aplicação cirúrgica, conduzida por seu filho João Cid dos Santos e pelos numerosos colaboradores de ambos.



Enquanto prossegue neste caminho em Medicina promove investigação paralela no domínio da História da Arte. É este um facto dominante da acção do Prof. Reynaldo dos Santos. Conduziu esta última da mesma maneira que a investigação científica e segundo um esquema objectivo. Iniciou-se este com publicações de carácter limitado um tanto arqueológico. Através da sua estrutura intelectual, que era superior, foi realizando monografias. Quando alcançava certo corpo de doutrina publicava um livro; primeiro sectorial, depois um livro geral. Assim publicou obras notáveis sobre a pintura portuguesa na sequência dos estudos de José de Figueiredo, sobre a escultura, investigou o Manuelino; procurou elevar esta nossa arte à altura dos grandes estilos internacionais. Passou em revista tudo o que girava em volta do nosso fenómeno artístico. Fez um primeiro livro de síntese da Arte em Portugal editado em França que ainda hoje é o seu livro mais perfeito. Desenvolveu a matéria em outro publicado em Espanha, nas Edições Labor, e finalmente realizou a importante obra intitulada «Oito séculos de Arte Portuguesa». Nele em linguagem simples leva a toda a gente o conhecimento e compreensão daquilo que produzimos no sector artístico.

Verificou através dos seus estudos existir neste domínio um carácter próprio na sensibilidade colectiva como traço fisionómico dominante da nossa vida cultural.

— // —

O Prof. Reynaldo dos Santos teve uma continuidade assegurada que se estabeleceu dentro da família e através dos numerosos discípulos.

— // —

Neste momento endereço as mais respeitosas homenagens à Sr.^a D. Irene Quilhó dos Santos dedicada esposa, companheira de trabalho e mulher nas insubstituíveis potencialidades quando o é verdadeiramente. Acompanhou e fez viver o homem; ajudou-o na sua obra.

O filho, cirurgião e professor, João Cid dos Santos, sucedeu-lhe dentro da Escola de Angiografia, a que já nos referimos. Conseguiu remover a membrana designada como íntima das artérias; aquela que é banhada directamente pelo sangue. Até então era considerada como intocável. Demonstrou ser possível assim restabelecer a circulação no vaso obstruído.

Um neto, filho do Prof. Cid dos Santos é o gravador Bartolomeu dos Santos; um dos nossos melhores artistas plásticos. Reconhece-se ligado à cultura da família. A sua expressão artística revela perfeita integração na corrente de vanguarda.

Pai e filho médicos notáveis promoveram discípulos numerosos, professores de cirurgia, médicos das mais variadas especialidades.

A bibliografia do Prof. Reynaldo dos Santos ocupa cerca de 400 números, dos quais 252 relativos à Medicina e os restantes à Arte.

Recebeu as maiores honrarias, as mais elevadas distinções internacionais e nacionais.

Viveu longos anos e até ao fim da vida trabalhou sempre. O seu dinamismo continuou permanente.

— // —

A síntese do seu pensamento é formulada quando do discurso inaugural como presidente do XV Congresso Internacional de Cirurgia em Lisboa em 1953. A presidência no Congresso Internacional de História de Arte precedera este de 4 anos.

Estes dois congressos foram marcos miliários da cultura portuguesa do tempo.

Naquele documento analisa em pormenor o lugar dos problemas que derivam da coexistência no homem da inteligência e da sensibilidade. Acentua «a nobreza do labor científico quando desinteressado tantas vezes significativo da libertação de infortúnio pessoal para quem o pratica e tantas vezes repleto de consequências felizes para desconhecidos». Detém-se na relação entre a ciência e a criação artística mas é sobretudo decisivo o acento tónico que coloca sobre a arte médica, como grande escola de juízo crítico quando o médico se encontra perante «o homem doente, que possui uma alma» e onde não há que resolver problemas do conhecimento, de ordem intelectual ou racional.

Este investigador científico que fez progredir consideravelmente os métodos e processos da tecnologia médica afirmava naquele acto que a «criação da ciência parte frequentemente duma ideia preconcebida fruto da imaginação criadora».

Revelou naquele notável discurso que apesar da intensa vibração que sempre exteriorizava detinha interiormente perfeita serenidade em busca da avaliação superior do essencial humano.

E este é o traço mais definido de Reynaldo dos Santos — a sua inata, genuína e profunda humanidade.

— // —

O insólito que foi na realidade e sobretudo no nosso meio a vida e personalidade de Reynaldo dos Santos, tornou-se ao longo do tempo da sua existência e para além dele motivo de interrogação, de perplexidade quando não de controvérsias e tantas vezes de insuficiente apreciação. As suas atitudes ultrapassavam frequentemente os oficiais de ofício, tanto no domínio da Medicina como das actividades culturais e como é habitual o acontecimento perturbava-os. Por isso a literatura analítica e crítica a seu respeito é abundante. Esta intensificou-se quando do falecimento em 6/5/70 e particularmente quando do centenário do seu nascimento que ocorreu em 13/12/80. Então a personalidade global daquele Mestre foi devidamente apreciada, analisada e comentada na Sociedade de Ciências Médicas, na Academia de Ciências de Lisboa, na Academia Nacional de Belas Artes, na Academia Portuguesa de História e na Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear. Um prémio com o seu nome foi instituído pela Sociedade Portuguesa de Cirurgia. Foi cunhada medalha comemorativa. A imprensa médica e a diária ocuparam-se da efeméride. Realizaram-se em consequência outras celebrações, entre elas uma exposição itinerante pelas principais capitais da Europa e pelo Brasil do conjunto da obra de Reynaldo dos Santos e de Egas Moniz.

Basta atentar na diversidade das instituições que se ocuparam do homenagem. Cirurgiões, médicos de diversas especialidades, homens de letras e artistas, recordaram, apreciaram, analisaram, dissecaram, exaltaram, comentaram e formularam juízo crítico acerca do aspecto global e das circuns-

tâncias parcelares desta personalidade e de sua obra. Todos se empenharam em interpretar a génese e o resultado do labor de investigação científica que se universalizou com a arteriografia enquanto levava a cultura nacional a nível internacional. Torna-se assim oportuno referir que já em homenagem anterior e quando do falecimento se advertia que o estudo metódico desta figura pessoal e culturalmente singular não poderia ser um trabalho, mesmo ambicioso, de um investigador mas necessitava certamente a reunião dos esforços de diversos agentes intelectuais interessados na matéria.

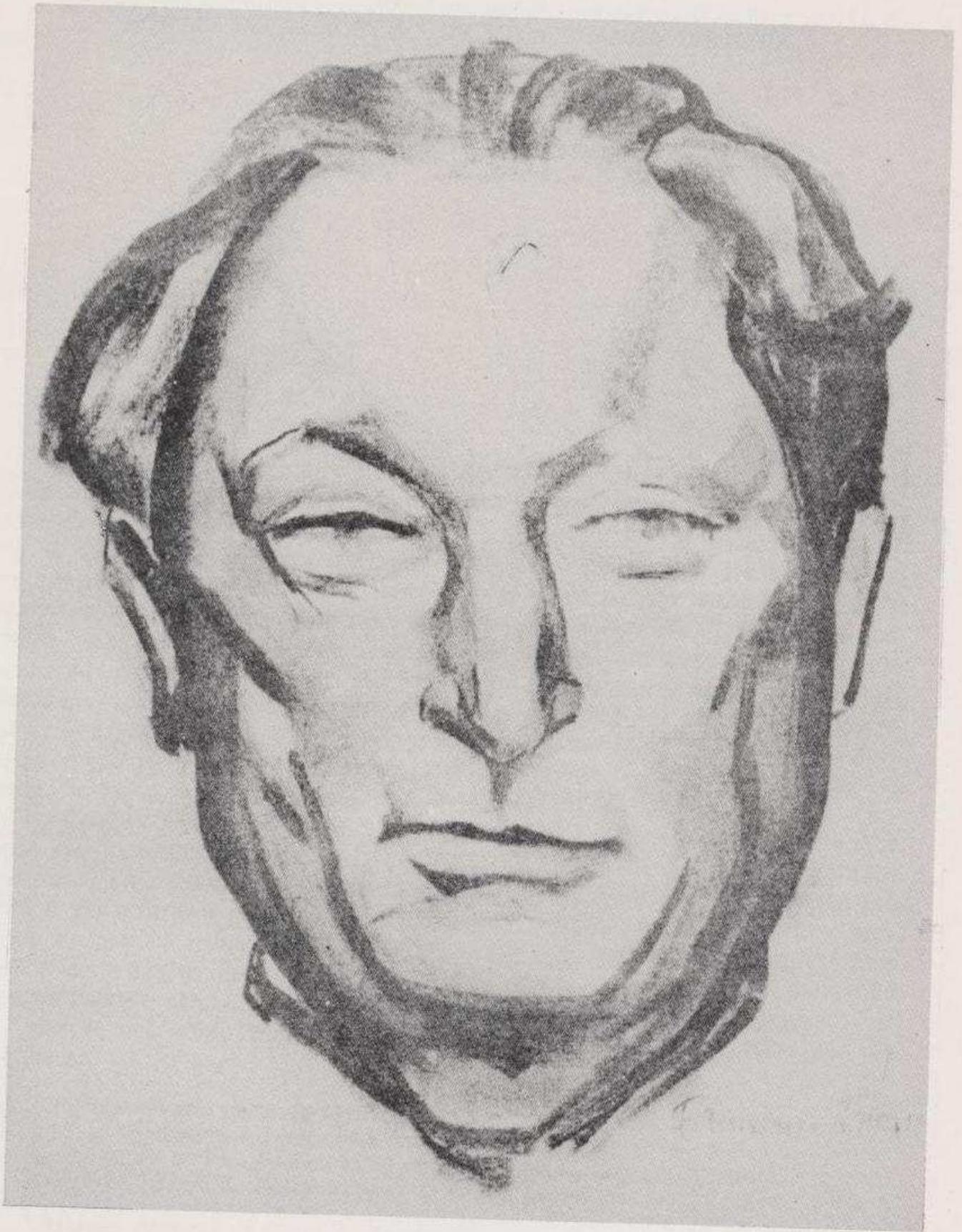
É agora animador e mesmo aliciante verificar que desde então através de estudos conseguidos se realizou uma importante aproximação àquele objectivo. O primeiro facto registado, por modo notório, foi o da actualidade de Reynaldo dos Santos e a perenidade de sua obra tanto científica como no domínio da História da Arte. O segundo facto, revela a originalidade do seu teor cultural. Este desdobrou-se com a mesma largueza de planos de visão e de atitude, na mesma modelação eficaz e no mesmo tempo estético dentro da área da ciência médica e do estudo da sensibilidade profunda da Nação Portuguesa. Desenham-se, agora, no pensamento dos autores as linhas de convergência cultural de Reynaldo dos Santos dentro do ambiente histórico da época em que nasceu, se desenvolveu, viveu e actuou. Esta corresponde a um dos grandes ciclos evolutivos do nosso país. Avultou igualmente no agora revelado que a avidez de conhecimento e a necessidade de acção constituíram os elementos básicos que se aglutinaram na sua determinação pessoal. Esta foi unitária e globalizante. Tende agora para se admitir que em Reynaldo dos Santos a investigação, a aplicação médica pragmática e o estudo dos fenómenos artísticos constituíram um todo idêntico em consequência da capacidade de se servir simultaneamente de uma via racionalizada e de inspiração intuitiva. Reynaldo dos Santos foi um dos raros espíritos que conseguiram alcançar, com particular felicidade, dentro de si a unidade funcional do desejo de mais e melhor conhecimento com uma necessidade íntima, e imperativa, de aplicação. A sua unidade interna revelou-se igualmente na bem explícita, autêntica e demonstrada independência de espírito. Esta condição permitiu-lhe como homem livre e ao longo da vida inteira, na decorrência das vicissitudes de quase um século, conservar em permanência a mesma elegância de relação humana em que foi incomparável.

Este vulto da intelectualidade portuguesa torna-se assim uma das figuras mais aliciantes para a reflexão e estudo das importantes relações entre a medicina e a cultura e da própria cultura nacional no seu conjunto. Importa no momento que estamos a viver, no qual rapidamente se acelera o importante processo de unificação dos valores culturais anteriores com aqueles que a humanidade diariamente adquire, considerar toda a extensão do significado projectivo da personalidade e da obra em causa. A sua inserção activa na cultura do nosso tempo são a consequência e a demonstração insofismável da sua fecunda legitimidade e essa surge agora em toda a pujança. Confirma-se pelo tempo e neste afortunado momento.

Como remate conclusivo desejamos afirmar que as comemorações promovidas pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que por esta forma tão auspiciosamente se inauguram, constituem nas suas iniciativas e propósitos um meio eficaz para a permeação colectiva de valores culturais autênticos que possibilitem aos homens cada vez maior proximidade e os torne mais felizes nas suas relações recíprocas.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores.

Eis o meu depoimento que resulta duma vivência imperecível de personalidade ímpar cuja obra continua e promete continuar a produzir efeitos propícios a favor do homem — o Prof. Reynaldo dos Santos.



Reynaldo dos Santos
Desenho pelo escultor Francisco Franco

FONTES DOCUMENTAIS

FORAIS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Iniciamos neste primeiro número do Boletim Cultural a publicação de documentos cuja divulgação é indispensável à história e ao conhecimento do concelho de Vila Franca de Xira.

A ignorância das fontes documentais tem constituído forte obstáculo à construção da história local, tornando-se mesmo, por vezes, origem de alguns relatos menos exactos por parte de alguns autores. Tentaremos contribuir para a alteração deste estado de coisas, publicando e divulgando documentação vária. Deste modo, do vasto leque documental possível de publicação, optámos primeiramente pelas cartas de foral relativas às terras que hoje constituem o concelho de Vila Franca de Xira às quais, prevendo embora uma publicação autónoma e comentada, não quisemos deixar de dar desde já, pela importância de que se revestem, a necessária divulgação. Ao apresentar aqui a sua tradução e transcrição não temos por intenção senão dar a conhecer fontes fundamentais para a formação dos municípios medievais, cujo acesso e consulta é na generalidade difícil à população em geral e de que se ressentem, em particular, professores e estudantes. Deixando de parte nesta publicação os textos latinos dos forais antigos, temos apenas em vista a imediata difusão destas fontes junto de um público não especializado e também a já referida edição que estamos a preparar.

Os forais conhecidos do concelho de Vila Franca de Xira são os seguintes:

1195 — Foral antigo de Povos, dado em Lisboa por D. Sancho I no mês de Janeiro e confirmado em Fevereiro de 1218.

ANTT⁽¹⁾ — Maço 12 de Forais Antigos, n.º 3, fl. 30 V., col. 2.

Livro de Forais Antigos de Leitura Nova, fl. 6, col. 2.

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- 1203 — Foral antigo de Alhandra, dado em Lisboa pelo bispo D. Soeiro II no mês de Abril.
 ANTT — Livro de Forais Antigos de Leitura Nova, fl. 5 V., col. 2.
- 1212 — Foral antigo de Vila Franca de Xira, dado em Vila Franca de Xira por D. Froyla Ermiges no mês de Novembro.
 ANTT — Maço 3 de Forais Antigos n.º 12 e n.º 13, Gav. 7, maço 11 n.º 7.
 Livro de Mestrados, fl. 70, col. 1.
- 1510 — Foral de Vila Franca de Xira, dado em Santarém por D. Manuel I em 1 de Junho.
 ANTT — Livro de Forais Novos da Estremadura, fl. 45, col. 1.
 C.M.V.F.X.² — Livro do Foral.
- 1510 — Foral de Castanheira e Povos, dado em Santarém por D. Manuel I em 1 de Junho.
 ANTT — Livro de Forais Novos da Estremadura, f. 47, col. 2.

O foral de Povos, aqui publicado, foi traduzido por Maria Filipa de Meneses Cordeiro para este Boletim Cultural a partir do texto latino publicado por Alexandre Herculano em *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et Consuetudines*³, e completado pela tradutora com um glossário. É, pois, a primeira vez que é publicado o texto português do foral antigo de Povos.

Já no que respeita ao foral antigo de Vila Franca de Xira, utilizámos na íntegra a tradução de Herculano em *Portugaliae Monumenta Historica*⁴.

O foral de Alhandra foi traduzido também por Maria Filipa de Meneses Cordeiro a partir do texto latino inserto em *Memórias sobre a Villa d'Alhandra* da autoria de Joaquim José Ferreira Gordo⁵.

Quanto aos forais manuelinos de Vila Franca de Xira e de Castanheira e Povos utilizámos integralmente as transcrições de Luís Fernando Dias em *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve*⁶.

² Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

³ HERCULANO, Alexandre, *Portugaliae Monumenta Historica — Leges et Consuetudines*, Lisboa, 1856, pp. 491-493 — Herculano não publicou a tradução deste foral.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 562-564.

⁵ GORDO, Joaquim José Ferreira, *Memórias sobre a Villa d'Alhandra e jurisdição temporal que os prelados da S. I. de Lisboa exercitam nela de tempo antigo coligidas e relatadas e oferecidas ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. principal Castro do Conselho de S. Magestade reformador e reitor da Universidade por Joaquim Ferreira Gordo natural da mesma Villa*, 1794.

O manuscrito foi publicado em *Origens da Vila d'Alhandra. Memórias*, ed. da Junta de Freguesia de Alhandra, 1978.

⁶ DIAS, Luís Fernando, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve*, Beja, 1942, pp. 48-53.

FORAL DE POVOS — 1195

Tradução de

MARIA FILIPA DE MENESES CORDEIRO

Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ámen. Pela generosa graça de Deus, para todos abundante e caridosa, Eu, Sancho, rei de Portugal juntamente com a rainha Dona Dulce e com os nossos filhos e filhas, concedo-vos, meus homens, vassallos e criados do Castelo de Povos, o direito hereditário de vos governardes: com efeito, agradou-me e foi de livre ânimo e espontânea vontade que eu, a minha mulher e os nossos filhos e filhas vos dêssemos e concedêssemos um bom foral tanto aos presentes como aos vindouros que aí se estabeleceram para sempre. Por este foral, estabelecem-se claramente mais abaixo os direitos reais que eu e a minha família vos doamos a vós e aos vossos sucessores. Por este foral, permito que quem, por testemunho de homens bons, entrar violentamente com armas numa casa peite 2 soldos e tal se fará sem vezeiro. E se nesse assalto alguém for morto, que o assassino ou o dono da casa peite 1 morabitino; se ferir alguém, peite meio morabitino. Item, por homicídios ou rouço públicos peite 500 soldos. Por merda, na boca, com o testemunho de homens bons, peite 60 soldos. Um furto conhecido, com o testemunho de homens bons, seja pago nove vezes o seu valor. Quem assaltar o relego do vinho real, vender o vinho como seu e for descoberto com o testemunho de homens bons, na primeira vez peite 5 soldos e, na segunda também 5 soldos. E, se for descoberto uma terceira vez com o testemunho de homens bons, todo o seu vinho será derramado e as pipas furadas. Do vinho de fora, peite por cada carga um almude e o restante será um oitavo do vinho para o lagar e um oitavo do linho. Os moradores de Povos terão tendas livres e quantos fornos de pão e de barro quiserem. E darão a dízima do forno de telhas. Quem matar involuntariamente um homem, peite 60 soldos. E quem ferir involuntariamente um homem peite 30 soldos. Quem atingir alguém na praça com armas, peite metade do homicídio. Quem, por ira, desnudar uma arma ou por ira a tirar de casa, sem que fira alguém, peite 5 soldos. Que os homens de Povos povoem as suas herdades: e aqueles que as habitarem peitem por homicídio, por rouço conhecido, por merda na boca, 60 soldos, metade será para o rei e a outra metade para o dono da herdade; irão à presença do rei e não terão de pagar mais nada de foro ao rei.

E se os homens que morarem em Povos fizerem algum furto, como foi dito atrás, do que tiverem de pagar será metade para o rei e metade para o dono da herdade. Que a almotaçaria seja do concelho e que seja colocado um almotaçacé pelo alcaide e pelo concelho da vila. E darão de foro, por uma vaca 1 dinheiro, por um zevro 1 dinheiro, por um cervo 1 dinheiro, por besta do pescado 1 dinheiro, por uma barca com pescado 1 dinheiro e de coisa considerada semelhante pagarão até 3 dinheiros de alcavala. Item, por cervo, por zevro, por vaca e por porco 1 dinheiro e também por um carneiro, 1 dinheiro. Os pescadores dêem a dízima. Quem vender ou comprar cavalo, mula ou macho a um homem de fora, por mais de 10 morabitanos, dê 1 morabitano e a menos de 10 morabitanos, de meio morabitano. Por uma égua vendida ou comprada peite 2 soldos. Item, por um boi, 2 soldos, por uma vaca, 2 soldos, e por um burro ou burra, 1 soldo. Item, por um mouro ou moura, meio morabitano. Item, por um porco ou por um carneiro, 2 carneiros. Item, por um bode ou uma cabra, 1 dinheiro. Item, por uma carga de azeite ou de couros de bois, de zevros ou de cervos, meio morabitano. Item, por uma carga de cera, meio morabitano. Item por uma carga de anil¹, de pão, de peles de coelho, por uma carga de couros vermelhos, brancos ou de pimenta ou de grão, 1 morabitano. Item de bragal, 2 dinheiros. Item de vestido de peles 3 dinheiros. Item de linho, alhos ou cebolas a dízima. Item da pesca de fora, a dízima. Item de conchas e de vasos de madeira a dízima. Por todas estas cargas que os homens de fora venderem paguem portagem, se comprarem outras para seu próprio uso, por elas não paguem portagem. Os homens de fora que venderem ou comprarem uma carga de pão ou de sal, bestas cavalaes ou muares, paguem 3 dinheiros; por burros, 3 mealhas. Os mercadores naturais da vila que quiserem dar soldada, recebem-na deles. Se não quiserem dar soldada dêem portagem. Os homens de fora que daqui levarem uma carga de peixe darão 6 dinheiros. Os balistários terão foro de cavaleiros. A mulher do cavaleiro que enviivar receba honrarias militares até que se case: se se casar com um peão pague foro de peão. Cavaleiro que envelhecer ou se tornar enfermo e não possa servir no exército, continue com as suas honrarias. Se a viúva de um cavaleiro tiver um filho que continue com ela em casa e que possa servir na cavalaria que o faça pela mãe. O almocreve que viver da sua almocrevaria, pague o foro uma vez por ano. O cavaleiro que mandar o seu cavalo ou os seus animais para a almocrevaria não pagará qualquer foro de almocrevaria. O coelheiro que tiver ido à sojeira e lá continuar, pague um fole por coelho. E o que lá tiver ficado oito ou mais dias dê um coelho com a respectiva pele. O coelheiro pague a dízima do que obtiver. Os habitantes de Povos que tiverem o seu pão, vinho, figos ou azeite em Santarém ou em outros luga-

¹ Herculano na tradução que fez do Foral de Vila Franca de Xira in *Portugaliae Monumenta Historica — leges et consuetudines*, Lisboa, 1855, p. 563 traduz a palavra 'anil' por 'mel'.

res e os trouxeram para Povos, para seu próprio uso e não para revender, não paguem portagem. O que tiver rixa com alguém e depois da rixa entrar na casa do outro e, por uma decisão premeditada pegar num fuste ou numa porra e lhe bater, pague 5 soldos. Porém, se o fizer sem premeditação, mas por acidente, não pague nada. O inimigo de fora não entre na vila a não ser que o seu inimigo lhe dê tréguas ou direito. Se um cavalo matar alguém, o dono do cavalo pague o cavalo ou o homicídio o que ele preferir. O clérigo tenha todo o foro do cavaleiro; e se tiver uma má ligação com uma mulher, o mordomo não o mande prender, nem lhe cobre nada por isso, mas a mulher pode cobrar se quiser. Da madeira que vier pelo rio de que dantes se pagava um oitavo, pague-se a dízima. O rei deve assegurar metade da atalaia da vila e a outra metade seja assegurada pelos seus cavaleiros com os seus corpos. O meu rico homem que favorecer um cavaleiro de Povos com a sua terra ou o seu haver para ser aceite, eu o receberei esse meu rico homem no número dos cavaleiros. O mordomo ou o saião não vá à casa dum cavaleiro sem o porteiro do pretor. O meu nobre homem que de mim tenha recebido Povos não ponha lá nenhum alcaide que não seja de Povos. Pelos casais que os nossos homens bons, freires, hospitalares ou monges tiverem paguem foro na vila como os restantes cavaleiros de Povos. O mordomo guarde três meses o gado perdido que encontrar: e durante cada mês o faça apregoar. E se, o dono vier, entrego-lho. E se, depois do pregão dado, o dono não aparecer dentro de três meses, o mordomo faça com o gado o que for do seu interesse. Ferreiro, sapateiro, peliteiro que tiver casa em Povos e aí trabalhar, não pague por ela qualquer foro. O que tiver mouro ferreiro ou sapateiro a trabalhar em sua casa não dê por ele qualquer foro. Porém aqueles que forem mestrais de ferrador ou de sapateiro, viverem ali para o seu ofício, venham para as minhas tendas e paguem-me foro. O que vender ou comprar cavalo ou mouro fora de Povos, onde o tiver comprado ou vendido de portagem. E os peões que tiverem de dar dos seus bens dêem a dízima ao mordomo; o mordomo dê-lhes pela dízima o direito; e se pela dízima lhes não quiser dar direito então o pretor faça que o direito lhes seja dado pelo porteiro. Os moradores de Povos não paguem loitosa. Os adais de Povos não dêem o quinto do quinhão dos seus corpos. Os cavaleiros de Povos não cumpram zaga no exército do rei. Paguem portagem e foro dum quinto dos Sarracenos e de outros como é de costume, excepto as coisas atrás escritas e que vos deixo. De alcaidaria por uma besta que venha de fora carregada com pescado paguem 2 dinheiros. Por uma barca com pescado miúdo 2 dinheiros. E por todo o outro pescado dêem seu foro. Todas estas coisas atrás escritas no foral vos dou e ortogo: e a todas estas coisas vá o mordomo com testemunha de homens bons e não de outros. Os cavaleiros de Povos testemunhem juntamente com os infanções de Portugal. Por isso, o que cumprir fielmente o meu mandado seja coberto com as bênçãos de Deus e as minhas. O que violar isto que lhe advenha a maldição de Deus e a minha. Esta carta foi feita em Lisboa, no mês de Janeiro da era de M.CC.XXX.III. Eu, supradito, rei

Sancho juntamente com a rainha Dona Dulce e com os nossos filhos e filhas, mandei fazer esta carta que ortogo e confirmo. Sobre a navegação mando que o alcaide, 2 spitaleiros, 2 ploeiros e 1 petintal tenham foro de cavaleiros. As testemunhas presentes foram: Pedro Afonso, Dom Soeiro de Lisboa, Rodrigo Rodrigues, Rodrigo Fernandes, Afonso Gonçalves, Godinho Frames, Soeiro Pipalio, Raimundo Joanes, Afonso Ermegiz, Pedro Infanção, Dom Mamede, João Garcia, Pedro Pelágio de Saia, Afonso Pipas, Salvador Cochez.

Eu, Afonso II, pela graça de Deus rei de Portugal, juntamente com a minha mulher, a rainha Dona Urraca e com os nossos filhos os infantes D. Sancho, D. Afonso e Dona Leonor, ortogo e confirmo aos naturais de Povos esta carta e este foral que meu pai, o rei D. Sancho de excelente memória vos deu. E, para que este mandado securíssimo obtivesse a minha confirmação, fiz de novo esta carta e juntei-lhe o meu selo de chumbo. Esta carta foi feita no mês de Fevereiro da era de M.CC.L.VI. Nós, atrás nomeados que resolvemos fazer esta carta e confirmarmos publicamente o que nela está escrito, nela escrevemos os sinais

Estiveram presentes D. Martinho Joanes guia do senhor rei, D. Pedro Joanes, mordomo do concelho, D. Lourenço Soares, D. João Fernandes, D. Fernando Fernandes, D. Gomecio Soares, D. Gil Vasques, D. Rodrigo Mendes, D. Pôncio Afonso, D. Lopo Afonso cons., Vicêncio Mendes, Martinho Pedro, Pedro, filho de Pedro. D. Estêvão, arcebispo de Braga, D. Martinho, bispo do Porto, D. Pedro, bispo de Coimbra, D. Soeiro, bispo de Lisboa, D. Soeiro, bispo de Elvas, D. Pelágio, bispo de Lamego, D. Soeiro, bispo de Évora, D. Pelágio, bispo de Lamego, D. Bartolomeu, bispo de Viseu, D. Martinho, bispo da Guarda, Mestre Pelágio. cantor port., Gonçalo Mendes chanceler da Cúria.

GLOSSÁRIO

adalil — Antigo oficial do exército que, mais tarde, acumulou, também funções civis.

alcaidaria — Tributo ou pensão que se pagava ao alcaide.

alcaide — Governador encarregado da defesa de uma comarca com jurisdição civil e militar.

alcavala — Tributo ou imposto.

almocreve — Homem que trabalha com animais de carga ou que os aluga.

almotaçaria — Tribunal antigo presidido por um almotacé.

almotacé — Funcionário municipal encarregado de fiscalizar os pesos e as medidas e de taxar o preço dos géneros.

almude — Medida de capacidade para sólidos ou líquidos, antigamente igual a 12 canadas ou 48 quartilhos.

atalaia — Sentinela colocada durante o dia em pontos elevados e que anunciava a aproximação do inimigo por meio de fachos de fumo.

atalaiar — Observar, vigiar, officio da sentinela.

balistário — Intendente das balistas, máquinas para lançarem pedras ou frechadas.

bragal — Pano ou tecido. Nos séculos XI e XII aparecem muitos documentos que referem o bragal como se fosse moeda corrente.

cavaleiro — Homem que servia na guerra num cavalo sustentado à sua custa.

dinheiro — Moeda de cobre. Dez dinheiros valiam um soldo.

dízima — Contribuição equivalente à décima parte de um rendimento.

fole — Moeda de baixo preço, de valor inferior ao do dinheiro.

freire — Membro de qualquer ordem religiosa ou militar.

juste — Pau comprido que serve de amparo ou que encrava a lança.

homens bons — São os mais ricos, os mais notáveis, os mais respeitáveis chefes de família, as pessoas honradas por excelência de cada povoado.

hospitalar — Cavaleiro da ordem do Hospital.

infanção — Escudeiro fidalgo que ainda não tinha sido armado cavaleiro.

loitosa — imposto que se pagava por morte de alguma pessoa de família.

mealha — Moeda que equivale a metade dum dinheiro.

mesteiral — Homem de mester; mecânico, artífice.

mester — Arte, officio, profissão manual.

morabitino — Era a mesma moeda que o maravedi, que em Portugal era sempre de ouro.

mordomo — Antigo official de justiça encarregado de citações e cobranças de impostos.

peão — Homem que servia no exército a pé ou plebeu.

peitar — Pagar.

peliteiro — Curtidor de peles.

petintal — Carpinteiro, fabricante de todo o género de embarcações.

ploeiro — Homem que governa as embarcações dirigindo a proa.

porra — Cacete.

portagem — Imposto de barreiras que usualmente se pagava às portas de uma cidade ou povoação ou à entrada de pontes.

porteiro — Espécie de meirinho ou official da justiça, cobrador de direitos reais.

pretor — Alcaide-mor e senhor absoluto das terras que lhe eram cometidas.

- quinhão* — Uma parte de uma parcela de.
- quinta* — Numeral partitivo.
- relêgo* — Lagar, adega ou celeiro em que se recolhe o vinho e outros frutos do reguengo.
- rouçar* — Forçar, raptar, violentar (uma mulher).
- rouço* — Acto ou efeito de rouçar.
- saião* — Funcionário medieval encarregado de executar as sentenças judiciais.
- sojeira* — Offício, labor, ocupação ou caçador de coelhos.
- spadaleiro* — Remeiro.
- soldada* — Espécie de avença paga pelos moradores de certos municípios para ficarem isentos dos impostos fiscaes de barreiras ou portagem quando mercadejassem.
- soldo* — moeda de prata. 24 soldos formavam uma libra.
- vezeiro* — Procurador, solicitador, advogado.
- zaga* — Serviço militar.
- zevro* — Burro selvagem.

FORAL DE ALHANDRA — 1203

Tradução de

MARIA FILIPA DE MENESES CORDEIRO

Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ámen. Seja do conhecimento de todos que eu, Soeiro II, pela graça de Deus bispo de Lisboa, concedo aos que quiserem povoar a nossa herdade de Alhandra o seguinte foro, ou seja:

Devem dar-nos a quarta parte do pão, do vinho e da palha, a sexta do linho, a oitava dos legumes, das outras coisas a décima parte. Devem dar-nos, em cada uma das quatro festividades do ano, isto é, na festa de S. Miguel, na festa do nascimento do Senhor, na festa da Páscoa e na festa de S. João, uma fogaça de dois alqueires e uma galinha. Permito igualmente que possam vender esta herdade a quem quiserem; no entanto, quem a vender pagar-nos-á a quarta parte do preço e quem a comprar cumprirá o foro.

Dado no mês de Abril da era de 1241. Estiveram presentes Pedro Afonso, Martinho Fernando, Gonçalo Soeiro, João Matias, Domingos Soeiro Clérigo de ..., Luís Fernando, Nuno Gomes. Notou Martinho Pedro Rebolo.

FORAL DE VILA FRANCA DE XIRA — 1212

En nome de deus amen. Este he o foro de vila franca de xira e de seu termo, o qual leixou dona fruylla ermiget aos poboradores e moradores dela. Primeiramente que todo aquel que ronper casa dentro por força com armas peite ao senhorio II soldos, e esto se entende se nom for uezeiro (*sic*). E se dentro na casa entrar per força e for morto ou o senhor da casa, peite huum maraudil. E se dentro da casa for ferido peite por el I meio marauedil; e esse meesmo por o omicidio e rrousamento publicamente feito, peite II soldos. E sse alguem ferir outro com couces e lhi for prouado por testemunhos de boos homens peite II soldos. Item por merda en boca peite LX soldos, e esto se lhi for prouado per testemunhos de boos homens. Item furto conhecido per testemunhos de boos homens seia pagado aas noucas. Item o que rronper o rrelego do uinho de dona fruylli ermiget, e no relego uender o seu uinho e lhi for achado por testemunhos de boos homens, peite por a primeira uez cinco soldos. Item por a segunda uez v soldos. Item por a terceira uez se lhi for prouado por testemunhos de boos homens lancelhi o uinho pelo chãao. Item do uinho de fóra dem de cada huma carrega ao senhorio I almude, e o outro uendasse no relego. Item do pam que dem o quinto e do uinho o oytauo no lagar, e do linho o oytauo no tendal. Item o oytauo da azeitona na tulha. Item que todos os moradores de xira dem liuremente a dezima das telhas. Item que dem a dizima dos fornos do pam. Item que dem dizima dos fornos da louça. Item todo aquel que matar homem que for preso fóra, peite LX soldos. Item o que ferir homem que fóra for preso, peite xxx soldos. Item o que en praça ferir outro com armas peite ameatada do omicidio. Item aquel que tirar arma nua per senha ou atirar de casa fóra per sanha e nom ferir, peite v soldos. Item os moradores de xira tenham suas herdades pobradas e aqueles que em elas morarem peitem por o omicidio e rrousamento e merda en boca saseenta soldos. Item os homens que morarem nas herdades de xira e fezerem furto, componhamno ao senhor de xira asi como en cima dito he. Item a almotaçaria seia do concelho e seia metudo o almotace pelo alcaide e pelo concelho da uila. Item dem de foro da uaca I dinheiro. Item do zeuro, I dinheiro. Item do ceruo, I dinheiro. Item da

besta do pescado, I dinheiros. Item da cousa iulgada semelhauilmente. Item da alcauala, III dinheiros. Item do ceruo e do zeuro e da uaca e do carneyro e do porco, I dinheiro. Item os pescadores de uila franca dem dizima. Item do caualo ou do muu ou da mua que uenderem ou conprarem os homens de fóra de dez marauidiis acima dem ao senhorio I marauidi. Item de dez marauidis a fundo dem ao senhorio meio marauidi. Item da egoa uenduda ou conprada dem ao senhorio X soldos. Item do boy, dez soldos. Item da uaca huum soldo. Item do asno, I soldo. Item da asna, I soldo. Item o que conprar mouro ou moura, pague ao senhorio I marauidi. Item o que conprar porco ou carneiro, pague ao senhorio II dinheiros. Item do cabrom e da cabra, I dinheiro. Item da carrega do azeite ou de coyros de bois ou de zeuros ou de ceruos dem ao senhorio I marauidi. Item da carrega da cera dem ao senhorio meio marauidi. Item de carrega de mel, I marauidi. Item da carrega de panos, I marauidi. Item de carrega de peles de coelhos, I marauidi. Item de carrega de coiros uermelhos ou brancos, pague I marauidi. Item de carrega de pimenta, I marauidi. Item de carrega de graan, I marauidi. Item de bragal, II dinheiros. Item de uestido de peles, III dinheiros. Item de linho ou dalhos ou de cebolas paguem a dizima. Item por estas carregas que assi uenderem os homens de fóra e derem portaiem e conprarem outras nom paguem delas portaiem. Item da carga do pam ou do sal que uenderem ou conprarem os homens de fóra, da besta caualar ou muar dem III dinheiros. Item da asnal, III mealhas. Item os mercadores da uila que quiserem dar soldada leuemna deles. Item se nom quiserem dar soldada dem portaiem. Item da carrega do pescado que leuarem os homens de fóra dem seis dinheiros. Item o coelheiro que for aa soieira e hi ficar dê de foro I coelho com sua pele. Item aquel que alá morar oyto dias ou mais dê de foro I coelho com sua pelle. Item o coelheiro dê a dizima cada que ueer. Item os moradores de xira que teuerem seu pam ou seu uinho ou figueiraaes ou seu azeite em sanctarem ou en outros logares e o trouxerem a xira pera suas obras e nom pera rreuender nom dem portaiem. Item o que con algum ouuer rreixa e depois da rreixa entrar a sua casa o hi auudo conselho e tomar fuste ou porra e o ferir, peite V soldos. Item se esto fezer conuem a saber se o ferir e nom teendo sobrêlo conselho, mais per huum caso que asi conteceo, nom peite nimigalha. Item o enmiigo de fóra nom entre aa uila sobre a defesa solamente per tregoa ou per dar dereito. Item se o caualo dalguum ferir outrem, o senhor do caualo peite ou o caualo ou o omicidio qual desto quiser o senhor do caualo. Item o cle-rigo aia foro de caualeiro per todo. Item a madeyra que ueer pelo rrio onde daua o oytauo, dem a dizima. Item a atalaya da uila deuea de teenr dona froylli ermiget, e os homens de xira ameatade com seus corpos. Item o moordomo ou o sayam dela nom uaa a casa do caualeiro, senom o porteiro do alcaide. Item o meu nobre homem que de mim teuer a dita uila de xira nom meta hi outro alcaide senom de xira. Item o gaado perdudo que o moordomo achar tenha ataa tres meses e per cada huum mes o faça apregoar: e se o senhor del ueer denlho: e se o senhor del nom ueer ataa os tres meses

e seendo dado o dito pregom per os ditos tres meses, entom o moordomo faça del seu proueito. Item o ferreyro e o carpenteiro ou piliteiro que en xira teuer casa e em ela laurar nom dê nenhuum foro. E se teuer mouro ferreyro ou carpenteiro e em sua casa laurar nom dê por ele foro. Item os mesteeiraes que forem ferreyros ou carpenteiros, e per este officio uiuerem e nom teuerem casas, uenham aas minhas tendas, e façam meu foro. Item o que uender ou conprar caualo ou mouro fóra de xira, hu o conprar ou uender dê a portaiem. Item os piaaes que ouuerem de dar a teer o seu dem mea dizima. Item o moordomo dê a eles o derecho por a dizima. Item se pola dizima lho nom quiserem dar o derecho, entom o alcayde lhi faça dar o derecho pelo porteyro. Item os moradores e poboradores de xira nom dem luytosa. Item adaiis de xira nom dem o quinto dos seos corpos. Item as portaiemens e os foros e o quinto dos mouros e das outras cousas, asi seiam pagadas como he de costume, tiradas aquellas cousas que en cima scriptas som, e uos eu leixo. Item pola alcaydaria de huma besta que ueer de fóra com pescado, ii dinheiros. Item de barca de pescado meudo, ii dinheiros. Item de todo outro pescado dem seu foro. Item todas estas cousas scriptas uos dou por foro e outorgo: e a estas cousas uaa o moordomo com testemunhos de boos homens. Item do nauio, ou do alcayde, e hum pitintal e dous spitaleiros, e dous ploeyros, mando que aiam foro de caualeyro. Item os moradores de xira dem en cada hum ano hum alqueire de trigo e huma galinha. Item eu dona froylly ermiget, com meu filho Joham fernandes, damos aos nossos homens de uila franca de xira a nosa mata e as nosas herdades que nós auemos en xira, que moredes en uila franca e dedes do pam o quinto, e o do uinho o oytauo no lagar, e do linho o oytauo no tendal, e do azeite e das outras cousas asi como he en cima scripto. Item mandamos que morem os moradores de xira ensenbra com os de uila franca nosa poboraçon. Item damos por foro pera senpre ao rrelego tres meses começado nas kalendas de janeiro. E nós dona froylly ermiget com meu filho Johan fernandes esto afirmamos e mandamos : e testemunhas que presentes foram e ouiom. dom martim gonçalues : dom martim de boilli : ssueyro perez caualeiro : e martim uasquez : e ffernandez : e lopo de poos : e pero pequeno : e ermigio migueel alcayde de poboos : e migueel de marrocos. Estos todos foram testemunhas deste foral. Item de cada tonel de uinho, quinze dinheiros. Item da besta caualar, iii dinheiros. Item da besta asnal, iii mealhas. Item de todas as herdades de uila franca, que soyam de teer pam, hamde pagar en cada hum ano posto que nom seiam semeadas i alqueire de trigo. Item foro de uila franca que todos aqueles que laurarem pam ou uinho, ou azeite, ou linho, que paguem por estas cousas como som scriptas en cima. E pera esto nom se escusa caualeiro, nem escudeiro, nem infançom, nem dona, nem donzela, nem clerigo, nem frade, nem moesteiro de donas, nem outro de qualquer condiçom.

FORAL DE VILA FRANCA DE XIRA — 1510

Dom Manuell ect.

PAM

Primeiramente foy Imposto pello dyto forall por trybuto e foro Reall na dita villa e lugar de villa franca e seu termo. que se pagasse hy ho quinto de todo ho pam que se lavrasse e colhesse per quaes quer pessoas. E assy mandamos que se pague daquy adiante pera sempre. ho qual quinto se pagará depois que for dizimado e paga a ceifagem.. a saber. a cada ceifam por dya hum alqueire de trigo sem outro mantijmento. E os cachos partirão Inteiramente. E tirará ho lavrador primeiro do monte de vinte hhum.

OYTAVO. VYNHO E LINHO

E pagará ysso mesmo ho oitavo de vinho e linho que ouverem na dita terra.. a saber. ho linho no tendall e ho vinho na bica e a tinta na vinha. E nam se pagará ho quynto da agoa pee. posto que atee ora se pagasse. por que foy Jullgada per nossa sentença que se nam devia de pagar.

AZEYTE

Item posto que atee ora sempre na dita villa se pagasse ho oytavo do azeite em azeitona salgada na tulha. Nós ouvemos por bem por alguns Respeitos de serviço de Deus e por melhor povoaçam da dyta villa que se pague daquy adiante soomente ho dizimo do azeyte em azeyte per Juramento da parte. sem mais outra cousa. e Isto no lagar.

Ho quall direito posto que no dito forall nam fosse Imposto e decrado por a terra do dyto lugar ser antijgamente patrimoniall e per consequente ficar foreira e Reguengueyra aa ordem cuJa ora hé: nam se podiam

mudar. as ditas terras de pam e vinho em outras cousas sem dellas pagarem direito. ho quall ho costume entrepetou ho dito oytavo que nós mudamos em dizimo.

VINHO

De todo ho vinho que se carregar. em villa franca. se pagará pollo tonell seis Reaes pello comprador. e per esse Respeito aas outras vasilhas. E quem o tirar pera fora em cargas ou odres pagará por carga mayor huum Reall.

VYNAGRE

E do vinagre na mesma maneira. assy per mar. como per terra.

PESCADO

De todo pescado que os pescadores trouxeram aa dita villa per mar. se pagará a dizima. (45. v.) delle no mesmo pescado. E os pescadores que com elle vierem. podelo ham descarregar destas marcas adentro como quyserem.. a saber. da boca do esteyro que está abaixo do caaes da dita villa. atee a boca do corredoyro que está açima. donde o nam tirarão sem aRecadar primeiro com os offiçiaes a que pertencer. E averão os ditos pescadores por seu conduto ho dya que trouxerem ho dyto pescado pera cada barca dous savees. E dos outros pescados: de sete ou oyto pexes atee doze: segundo alvidro dos offiçiaes. Avendo Respeito aas pessoas que na barca andarem.

DIZIMA NOVA

E se ho dito pescado for trazydo per pescadores per agoa alem da dita dizima velha pagarão outra dizima nova. do contacto dos pescadores. Salvo se a dyta dizima Ja pagaram em outro lugar. E quem assy dizimar ho dito pescado podello ha tirar per onde quyser livremente sem mais pagar outra cousa assy per mar como per terra.

E ho pescado que se vier vender aa dyta villa per terra se pagará delle. treze Reaes e meyo por carga mayor. dos que nam forem vizinhos. E as outras pessoas que o comprarem e tirarem pera fora pagarão por carga mayor huum Reall. e por menor meyo Reall. e por costall. atee duas aRovas e meya dous çeptijs. E dy pera baixo quem tirar pera seu mantijmento nam pagará nem o fará saber. E assy se fará no marisco.

E do pescado que se mata com covam nassa ou anzollo pera comer soamente e nam pera vender nam se paga direito.

MARISCO

E do marisco se pagará por carga mayor dous Reaes. E assi das outras cargas per esse Respeito. E dos camaroens que se hi pescarem no termo ou lymite da villa com barca e Rede se pagarão per Respeyto do pescado. se pagará dizima velha soamente e nam a nova. E dos camaroens que tomarem sem a dita barca e Rede se nam pagará nada.

RELLEGO

E por quanto pello dito foral foy logo Reservado para a venda do nosso vinho ho tempo do Rellego. que sam as primeyras seis somanas da cada huum anno. começadas por primeyro dia de Janeiro e acabarão aos quinze de fevereiro. Por tanto no dito tempo nenhuuma pessoa da dyta villa ou termo nam venderá nenhum vinho na dita villa sem licença do almoxerife nosso ou nosso offiçial ou Rendeiro delle, so penna de polla primeyra vez ou segunda que for achado fazendo ho contrayro pagará por cada huuma vez nove Reaes pera ho Rellego. E se a terceira vez vender sem a dita licença ser lhe há entornado ho vinho e quebrada a vasylla em que o tener. E as pessoas que no dito tempo do Rellego quizerem trazer vinho da dyta villa a vender de fora do tempo sem a dita paga ou licença perderão ho dito vinho. E os ditos nossos offiçiaes nam meterão no tempo do Rellego nem venderão nenhum outro vinho assy da vylla como de fora della. Salvo ho que na dyta villa e termo se ouver dos nossos oitavos ou Reguengos. Com tal entendimento (46) que se ho dito vinho nosso nam abastar as ditas seis somanas de Rellego que logo dy por diante em quall quer tempo que se acabar: fique em liberdade da dyta villa poder vender seus vinhos que quiser. sem nenhuuma penna nem pagua.

E se per ventura ho nosso vinho for tanto que se nam possa vender nas dytas seis somanas do Rellego queremos e mandamos que passadas as dytas seis somanas nam se possa mais vender atavernado na dyta villa nem no termo. E por que somos çertificado que com a venda do nosso vinho se mete por alguuns offiçiaes do Rellego e Rendeiros delle outro muyto vinho de que nossos povos se sempre agravaram. Avemos por bem pera se Isto evitar que tanto que nossos vinhos forem Recolhidos aJam a vista delles os offiçiaes da camara da dyta villa. Os quaes escreverão passado dya dos sanctos em cada huum anno a quantidade e qualidade do dyto vinho e as vasilhas em que estiver. pera se nam poder mais outro vinho com elle meter nem vender.

LYNHO

Do lynho que vier de fora pera vender se paga dizima. de qual quer parte que vier. E se vier per terra pagarão soamente dizima da parte que se vender. e a outra levarão livremente sem pagar. E ho dyto direito pagarão as

peessoas de fora que o comprarem e tirarem. Salvo se levarem para seu uso. poderão levar. atee seis pedras e nam pagarão. E este direyto nem nenhuum outro nam pagarão os vizinhos da dita villa de todalas cousas que comprarem e venderem atras e adyante neste foral contheudas se soldarem. Salvo se as cousas forem de qualidade de que per este forall se mande pagar dizima e as taaes cousas vierem per agoa e forem pera vender. porque destas taaes pagarão a dita dizima. sem embargo de soldarem.

NAVYOS

Do navyo barca ou batell que se vender ou comprar e tirar per homens de fora se pagará dizima do dinheiro que se por elle der. E quem hy os fezer e tirar assy pagarão dyzima do que valler ho dito navyo. E ser lhe há descontado da vallya delle qual quer cousa que tiverem dado e pagado pella entrada dalguumas cousas que pera os ditos navios trouxerem.

VYNHO

Pagar se ha de todo ho vinho que se carregar na dita villa encascado por tonell seis Reaes. assi polo vinho e vasilha. sem mays outra cousa. E se se carregar per terra: assy aa entrada como aa saida per cargas pagarse há huum Reall por carga mayor. E das outras: per esse Respeito.

TELHA. TIGELLO

Da telha e tigello que se fezer na dyta villa se pagará dyzima nas mesmas cousas. E se se tirar pera fora per mar ou per terra ou se trouxer: pagarão por carga mayor dous Reaes, ou por milheiro dez Reaes quall quyser ho comprador.

E nam se levará dizima de nenhuma louça de barro. soamente a portagem. segundo adiante vay em seu titulo.

ALCAIDARIA

Sam avidos por direitos Reaes os seguintes. que se chamam dalcaydaria.. a saber. Da vaca que se corta a talho huum uvre. E do boy dous Reaes. E do porco huum dos lombinhos com seu Rijl e passarynha. E de cada huuma barca que anda a pescar pagará por anno aa dyta alcaidaria dez Reaes.

E levar se ha mais da penna darma a penna da ordenaçam (46. v.) que sam duzentos Reaes e arma perdyda. E levarão mais pera os direitos do mor-

domado das ditas pennas Cento e oyto Reaes, em quall quer maneira que as armas se perderem ho alcaide moor e mais nam. Alem dos quaes cento e oyto Reaes se levarão pera alcaidaria os ditos duzentos Reaes e arma perdida como dyto hé.

GAADO DO VENTO

Ho gaado do vento hé assy direito Real e anda com alcaidaria. ho quall se Recadará segundo nossas ordenações.

ÇALLAYO

E pagarão as paadeiras que venderem pam cozido na dyta villa cada sabado: huum pam de Real. E nam se pagará ho dito dyreito do pam das offertas e obradas dos clerigos. Nem quando per mandado dos offiçiaes e constrangimento mandarem amassar algumas pessoas.

PENSAM DOS TABALIAENS

E os tabaliaens pagarão como sempre pagaram. E sam quatro. e paga cada huum trezentos e sessenta Reaes.

MADEYRA E LOUÇA DE PAAO

De toda madeira lavrada e por lavrar. E tavoado e tonces e vasilhas de paa: de quall quer maneira que vierem aa dyta villa pera vender: se pagará dizyma. assy per mar. como per terra.

E outro tanto se pagará da Lenha e Carvam que vier soamente per agoa. E per terra se vierem. nam pagarão estas duas cousas.

E da casca darão de cada batelada Inteira: vinte Reaes, e de menos e mais per esse Respeito. E quem levar cada huuma das ditas cousas pera fora pagarão de quorenta e çinquo huum. do que custar per Juramento de parte.

ALHOS. ÇEBOLA

E dos alhos secos e çebollas se pagará dizyma pellos homens de fora que os trouxerem hy a vender ou os dy tirarem.

COELHOS

E na dita maneira se pagará dos coelhos. a dizima que assy soamente os ditos homens de fora trouxerem hy pera vender. E nam se pagará dizima aa portagem de louça. Nem de fruyta. Nem ortalixa. Salvo das cousas sobre ditas e doutras nam.

E a portagem per cargas com todolos outros capitulos atee a entrada per agoa. hé tal como Leiria. e por Isso se nam escreve aquy. A quall portagem se achará no forall da dita villa de leiria aas trinta e quatro folhas deste livro. E pooemsee aquy mais os capitulos da entrada e sayda per agoa. e assy outros na maneyra e ordem que no forall de villa franca estam. E sam os seguintes.

ENTRADA PER AGOA

E quando per agoa vierem alguumas mercadorias pera vender. nam se desembarcarão em outro lugar se nam no caaes da dita villa. Donde as nam tirarão. sem desembargar com os officiaes a que pertençer. So penna de descaminharem como dito hé.

SAYDA PER AGOA

E as pessoas de fora que ouverem de carregar algumas cousas que comprassem na dita villa podellas ham livremente levar e poer nas barcas. donde as nam tirarão sem as desembargarem. so pena de as perderem. E ho barqueiro que partir sem a dita Recadaçam se fazer pagará mais Cem Reaes pera a portagem.

E estas notificações açima escriptas do mar nem da terra nam farão os vizinhos de villa franca. Salvo das cousas que forem de dizima e trouxerem pera vender por que das taaes ham de pagar portagem. (47)

PRIVILEGIADOS

As pessoas eclesiasticas de totalas IgreJas e moesteiros assy de homens como molheres. E as provençais e moesteiros em que há frades e freiras Irmitãaes que fazem vooto de profissam. E assy os clerigos dordens sacras. E os beneficiados em ordens menores que posto que nam seJam de ordens sacras vivem como clerigos e por taaes sam avidos Todos os sobreditos sam Isentos e privilegiados de todo direito de portagem. nem usaJem nem costumagem per quall quer nome que a possam chamar. assy das cousas que venderem de seus beens ou benefícios: como das que comprarem trouxerem ou levarem pera seus usos ou despesa de seus benefícios: casas e familias. assy per mar como per terra.

E assy ho serão os moradores da dita villa e termo no dyto termo e villa. de todo ho direyto de portagem nem usaJem nem passaJem nem costumagem. por huum soldo que antijgamente se mandou pagar pollo quall pagarã ora toda pessoa onze çeptijs. dagora. Os quaes pagarão atee sam Joham. em quall quer tempo do anno atras que quiserem pera gouvyrem do dito privilegio. E se atee sam Joham nam pagarem dy por diante nam escusarão. Salvo despois huum mes que soldarem.

E assy serão liberdados na dyta villa da dyta portagem a vila de Guy-marães. per privilegio que dysso tem. dado na era de mijl e çento e sessenta e seis. E per conseguynte a villa de Monçam. a que foi dado ho dyto privilegio na era de mijll e duzentos e nove. E per conseguynte o serão qual quer outra vila ou lugar a que os semelhantes privilegios fossem dados primeiro que fosse dada doaçam da dita villa aa ordem de Cristus na era de mijll e duzentos e quatorze.

E quall quer pessoa que for contra este nosso forall ect. Este capitolo derradeiro se nam escreve por que hé tall como ho de leiria. E lá se achará.

Dada na nossa nobre e sempre Leal villa de Santarem. primeiro dia de Junho. Anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Cristo de mijll e quinhentos e dez. E fernam de pina o fiz fazer per espeçiall mandado de sua alteza o fiz fazer e so escrevy e conçertey. e vay em quatorze folhas com esta.



Foral Manuelino de Vila Franca de Xira (1510)

Livro de Foral existente na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

FORAL DAS VILAS DE CASTANHEIRA E POVOS — 1510

Dom Manuell ect.

PAM

Primeiramente foy Imposto pello dito forall por trybuto e foro Reall nos ditos lugares e seus termos: que se pagasse ho quinto de todo ho pam que se lavrasse e colhesse nas ditas villas. E assy se pagará daquy adiante pera sempre. ho quall quynto se pagará despois que for dizimado por todas as pessoas que o hi colherem. sem embargo de privilegio que pera Isso tenham.

E allem do direito que assy pagam do quinto tem aInda a Coroa Reall na villa da castynheira huuma terra propria que chamam a coutada do farrageal. Da quall os senhorios se aproveitam como cousa propria segundo lhe mylhor parecer. (47. v.)

VYNHO. LYNHO

E pagarão na dita maneira ho oytavo de vinho e linho, a saber. ho vinho. branco no lagar: e a tinta na vinha. E ho linho no tendall.

RELLEGO

E por quanto pello dyto foral foy logo Reservado para a venda do nosso vinho ho tempo do Rellego que sam os primeyros tres meses de cada huum anno começados por primeiro dia de Janeiro.

Por tanto no dyto tempo nenhuuma pessoa da dyta villa ou termo nam venderá nenhuum vinho nas ditas villas sem liçença do almoxarife nosso ou nosso official ou Rendeiro delle. so penna de polla primeira vez ou segunda que for achado fazendo ho contrairo pagará por cada huuma vez nove Reaes

pera ho Rellego. E se a terceira vez vender sem a dita licença ser lhe há entornado ho vinho e quebrada a vasilha em que o tener.

E as pessoas que no tempo do Rellego quizerem trazer vynho aas ditas villas a vender de fora do termo dellas podello ham fazer. pagando ao Rellego huum almude de cada huuma carga. E se venderem ho dyto vinho de fora do termo sem a dita paga ou licença perderão ho dito vinho. E os ditos nossos officiaes nam meterão no tempo de Rellego nem venderão nenhuum outro vynho assy das ditas villas como de fora dellas. Salvo o que nas dytas villas e termos se ouver dos nossos oytavos ou Reguengos. Com tall entendimento que se ho dito vinho nosso nam abastar os ditos tres meses de Rellego. que logo dy por diante em qual quer tempo que se acabar. fique em liberdade das dytas villas poderem vender seus vinhos quem quyser. sem nenhuma penna nem paga.

E se per ventura ho nosso vinho for tanto que se nam possa vender nos tres meses do Rellego Queremos e mandamos que passados os ditos tres meses nam se possa mais vender atavernado nas dytas villas nem no termo.

E por que somos çertificado que com a venda do nosso vinho se mete por alguns officiaes do Rellego e Rendeiros delle. outro muyto vinho de que nossos povos se sempre agravaram. Avemos por bem pera se Isto evitar que tanto que nossos vinhos forem Recolhidos aJam a vista delles os officiaes da camara das ditas villas. Os quaes escreverão pasado dia dos sanctos em cada huum anno a quantidade e qualidade do dito vinho e as vasilhas em que estiver: pera se nam poder mais outro vinho com elle meter nem vender.

AZEYTE

E pagarão Isso mesmo do azeite que ouverem daquellas oliveyras e olivaaes de que o devem de dar. Segundo a determinaçam del Rey dom Joham nosso bisavoo ho dizimo do azeite no lagar livremente aa custa do lavrador: sem mais outra contenda nem despesa soamente ho dizimo em azeite como dyto hé. Posto que atee ora doutra maneira se pagasse. Porque assy foi ora. concordado com ho povo e com ho Senhorio dos direitos Reaes e aprovado per nós.

GENTAR

E pagasse por direito Reall. per ambas as ditas villas Juntamente huum gentar ou colheyta. ho quall era posto antijguamente em pam e carne e em outras cousas. Na paga das quaes ouve sempre defferenças. Sobre as quaes foram ora concordados dom (48) fernaando de tayde senhor das dytas villas e os moradores dellas que lhe dessem sumariamente em cada huum anno sete mijll Reaes desta moeda ora corrente de seis çeptijs ho Real, sem mais outra cousa.

A quall convença e composiçam nós aprovamos E Mandamos que se cumpra pera sempre. Pera a quall paga: nam será escusa nenhuuma pessoa privilegiada e Isenta posto que eclesyastica seJa.

PENNA DARMA

A penna da arma se levará soamente per nossa ordenaçam sem embargo de estar per ho foral em outra maneira. por aver tanto tempo que disso nam há memoria. A qual se levará com estas declaraçoens.. a saber. o que apunhar espada ou outra arma nam pagará nada se nam tirar.

E o que tomar paaou pedra. se nam fazer mal com elle nam pagará nada. E se com preposito e tençam de fazer mal tomar ho dito paaou pedra e lho fazer em sua pessoa pagará. Cinquenta e quatro Reaes.

E posto que com paaou pedra em Reixa nova e nam de preposito ferir ou fazer outro mal. nam pagará nenhuuma penna.

Nem pagará a dita penna nem nenhuuma das atras contheudas moço de doze annos pera baixo. Nem molher de qall quer Idade.

Nem pagarão a dita penna aquellas pessoas que castigando sua molher e filhos e escravos e criados tirarem sangue. E Isso mesmo meestres de navios que castigando as pessoas que cabem de baixo de seu mando lhe tirarem sangue. nam sendo com arma.

Nem pagará a dita penna quem Jugando punhadas sem armas tirar sangue com bofetada ou punhada.

E as ditas pennas e cada huuma dellas nam pagarão Isso mesmo quaes quer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em aRoido tyrarem armas. posto que com ellas tirem sangue.

PENSAM DOS TABALIÃES

A pensam dos tabaliães hé direito Real. e Sam quatro. e paga cada huum oyto çentos Reaes.

AÇOUGAGEM. ÇALLAYO. MORDOMADO

E dos outros direitos dalcaidaria nem açougagem nem çalayo nem almocevaria Nem a dizima das sentenças se nam levará direito. Os quaes Isso mesmo polla dita Rezam de se nunca usarem. Mandamos que se mais nam levem ao diante.

GAADO DO VENTO

Ho gaado do vento se levará por direito Reall. segundo a ordenaçam.

DIZIMA DO PESCADO

De todo pescado que vier per agoa aa dyta villa ou termo se pagará a dizima delle. no mesmo pescado.

Porem do que vier per terra pera vender e foy Já dizimado em outro lugar. nam pagará dizima. soamente dous Reaes por carga mayor. daquelle que se vender. E ho outro levará pera onde quiser sem pagar dizima nem outra portagem.

E do pescado que se matar com linha ou cana se nam há de pagar dizima nem outro direito de portagem. do que for pera seu comer. e nam pera vender.

PESCADO PER CARGAS

E depois qu o dito pescado for dizimado. podello há tirar quem o dizimou. sem mais pagar outra cousa.

E as outras pessoas de fora que o hy comprarem e tirarem pera fora do termo: pagarão por carga mayor hum Reall. E da menor meyo Reall. E do costall. dous çeptijs. que será atee duas aRovas e meya. levando a carga (48. v.) mayor em dez aRovas. e a menor em çinquo.

E quem comprar e levar pera seu mantijmento huuma aRova e dy pera baixo nam pagará nada nem o fará saber.

E os pescadores sahirão com ho pescado onde quiserem. Com tanto que dy o levem logo directamente aa praça e hy o desembarguem com os offiçiaes.

DIZIMA NOVA

E se ho dyto pescado for trazido per agoa per pescadores. aalem da dita dizima velha que pagarão. pagarão outra dizyma nova. pollo contracto dos pescadores. Salvo se a dita dizyma nova Ja pagaram em outro lugar. Os quaes pescadores averão do dyto pescado pera seu conduto ante que o dyzimmem dous saveens. E oyto e dez pexes dos miudos: segundo alvidro dos offiçiaes. do qual nam pagarão dizima posto que o despois vendam.

E do marisco por carga mayor dous Reaes.

VYNHO

De todo vinho que se carregar em qual quer lugar e porto das dytas villas: se pagará doze Reaes por tonell. E per esse Respeito das outras vasilhas. Sem mais se levar do dito vinho. ho almude e meyo que se em algum tempo Requereo da fundagem. ou levava. Por quanto por prazer. e concordia dos sobre ditos senhorio. e povo: foy assy concordado. E por nós confirmado e aprovado pera sempre.

Ho quall direito serão soamente obrigados os compradores, sem pagarem outro direito pollo vinho nem polla louça em que for.

No qual direito dos dytos doze Reaes. ho senhorio teraa a mesma auçam e direito que tinha nas pessoas que ho almude e meyo pagavam. E quem ho dyto vinho levar em cargas ou trazer pagará por carga mayor huum Reall.

VINAGRE

E por vinagre outro tanto.

ALHOS E ÇEBOLAS

E de todolos alhos secos e çebolas que vierem aas ditas villas per homens de fora pera vender ou se tirarem pera fora se pagará dizima soamente do que se vender: E quem levar pera fora pera seu mantijmento atee seis Restes, nam pagará nada.

E de alhos verdes e çebollas nam se paga portagem.

LYNHOS

E o lynho que os homens de fora trouxerem pera vender. ou hy comprarem e tirarem pera fora se pagará a dizima. da quella parte que se vender. e a outra levarão sem pagarem portagem. posto que descarreguem.

MADEIRA E LOUÇA DE PAAO

De todo tavoado e madeyra que vier pello Ryo pera vender Ou qual quer louça de pao se pagará a dizima della. assy como escudellas e gamellas.

E se vier a dita madeira e louça lavrada per terra pagará de quorenta e çinquo: huum.

E do tavoado que vem per terra: se pagará a dous Reaes por carga mayor. E. per esse Respeyto da outra madeyra grossa.

E na mesma maneira se pagará da dita maneira e louça quando se tirar pera fora comprada na villa per homens de fora.

NAVIOS

E dos navyos barcas ou batees que se venderem per homens de fora nas ditas villas e termo ou se comprarem pera tirar. pera fora se pagará a dizima do dinheiro que se por elles der.

E as pessoas nam privilegiadas que os hy fizerem e tirarem pagarão dizima do que valler. Da quall vallya lhe será descontado tanta parte quanta pagou aa entrada por algumas cousas se as pera elle trouxe.

TELHA. TIGELLO

De toda telha ou tigello que (49) se fazer nas ditas villas e termos se pagará a dizima nas mesmas cousas.

E se a tirarem pera fora ou trouxerem pagarão por cargua mayor dous Reaes.

E a portagem per cargas com todolos outros capitolos atee a entrada e sayda per agoa he tall como a de Leiria. E por Isso se nam escreve aquy. A quall portagem se achará no forall da dita villa de Leiria aas trinta e quatro folhas deste livro. E poem se aquy os ditos capitolos da entrada e sayda per agoa por os ho dito foral de leiria nam ter. E sam os seguyntes:

ENTRADA PER AGOA

E quando as ditas pessoas de fora das villas e termo trouxerem per agoa algumas mercadorias pera hi vender obrigadas aa portagem: podellas ham tirar em terra livremente de dia a quall quer ora ou de noyte com neçessidade sem notificaçam aa portaem. sem nenhuuma penna. As quaes porem nam tirarão da praya ou lugar onde as tirarem sem licença dos officiaes ou Rendeiros. Ou as levarão direitas aa praça ou açougue dos ditos lugares sem a dyta licença. Dos quaes lugares as nam tirarão sem Recadaçam so penna de as perderem.

SAYDA PER AGOA

E se as ditas pessoas de fora comprarem mercadorias nas ditas villas e termo obrigadas aa portagem per as carregarem hi per agoa carregalas ham na barca ou navio sem penna alguuma. E nam partyrão porem sem as primeyro desembargarem com as pessoas que pera Isso tenham poder: so penna de as perderem. E mais ho barqueiro ou aRaez pagará Cem Reaes pera a dyta portagem se partir sem a dita Recadaçam.

E as ditas manifestações e diligencias da entrada per agoa e sayda como dito hé. se entendam soamente quando as taaes cousas vierem sabidamente pera vender. Porque quando vierem pera se nam venderem hy ou forem ou vierem de caminho ou de passada nam serão obrigados a nenhuuma das ditas cousas. nem por Isso descaminharão nem encorrerão em alguma pena. Salvo vindo ou hindo pera fora do Regno per agoa. porque entam se fará saber de

INFORMAÇÕES — DEPARTAMENTO DE CULTURA E ACÇÃO SOCIAL

1984 — ACÇÃO CULTURAL E DEFESA DO PATRIMÓNIO

Foi em finais do século XIX, com o progresso do capitalismo industrial, que Vila Franca de Xira começou a assistir a uma profunda modificação. Sobretudo a parte sul do concelho, foi palco de um forte desenvolvimento da indústria, enquanto a cidade viu acentuar-se o seu papel privilegiado de nó de comunicações entre Lisboa, o Norte e o Alentejo, desenvolvendo-se aí sobretudo o comércio e os serviços. O caminho-de-ferro, a ponte sobre o Tejo e a construção da primeira auto-estrada do País vieram sublinhar esta posição. Esboroaram-se as velhas estruturas de vida tradicionais, ligadas à terra e à faina do rio, esta última agora tomada por varinos e avieiros. Mas não foi só este desenvolvimento que atraiu as populações de fora: as facilidades de comunicação com a capital e, depois do 25 de Abril, a instituição do passe social e o alargamento das suas coroas suburbanas, provocaram o aparecimento de novas urbanizações e um aumento espectacular da população. Sobretudo nas freguesias da Póvoa de St.ª Iria e de Vialonga tem vindo a acentuar-se o aspecto de dormitório da capital, onde a esmagadora maioria dos novos residentes é composta por pessoas sem quaisquer raízes no meio histórico-cultural do local onde habitam.

Neste como noutros concelhos, todo este processo provocou uma ruptura com os modos de vida tradicionais e levou as pessoas a orientar a sua vida por novos valores,

conduzindo a uma nova maneira de pensar. Por isso, levou também à perda das referências culturais que, tradicionalmente, tinham norteado a sua vida. Desenraizadas e na procura de outras referências, as pessoas tornaram-se permeáveis a valores com os quais porém se não identificam; e, progressivamente, foram perdendo a sua identidade cultural. De onde a massificação dos novos valores culturais, incaracterísticos mas disponíveis através dos mais variados meios de comunicação, o que constitui um dos mais dramáticos fenómenos da cultura dos nossos tempos.

Esta situação de crise tem, em particular, um sinal negativo, pois corresponde à perda da memória das coisas e à destruição do património cultural, não só no seu aspecto imaterial mas também na sua vertente material: dispondo de meios mecânicos cada vez mais poderosos — consequência de um acelerado desenvolvimento tecnológico — as pessoas aumentaram também a capacidade de modificar o aspecto do mundo que as rodeia, revolvendo e removendo a terra. E, por a elas se não sentirem ligadas, destroem assim as obras de quem habitou os mesmos locais. Situação esta que é agravada pela procura do lucro fácil ou pela miragem do chamado progresso.

Ora isso traduz-se bastas vezes numa diminuição da qualidade das condições de vida. Surgiu, assim, a necessidade de desenvolver, a nível da Câmara Municipal, acções várias de defesa e protecção do nosso património cultural. Ressalte-se que, em nosso entender, património não é apenas o monu-

mento grandioso nem o achado arqueológico. É todo um vasto conjunto de saberes e pensares, de técnicas e artes que as comunidades construíram ao longo do tempo e que hoje quase se perdem ou esquecem. É este conjunto de valores patrimoniais que nos empenhamos em defender.

Porque 1984 foi um ano que viu iniciarem-se importantes acções de protecção do nosso património aqui damos conta do trabalho realizado, menos em jeito de relatório do que de alerta para uma tarefa que necessariamente tem de contar com o conjunto da população.

I — PATRIMÓNIO CULTURAL

1. *Património Arqueológico e Edificado*

Da Arqueologia do Concelho havia um conhecimento disperso e insuficiente de vestígios vários, desde o Paleolítico à Arqueologia Industrial. A necessidade de um inventário do existente levou-nos a contratar, em Março, um arqueólogo para realizar a *inventariação* e consequente *carta arqueológica* do concelho, de que publicamos nesta revista a primeira parte, correspondente à zona sul do concelho. Acerca dos procedimentos e propósitos deste inventário remetemos para a leitura do artigo «Inventário do Património arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira — notícia da parcela 403-8».

Contemporaneamente a esta acção, e em seu complemento, outras actividades foram realizadas ao longo de 1984, com especial incidência aquelas que possibilitaram contactos mais directos com a população.

Em Janeiro, ao serem casualmente descobertos em Povos vestígios romanos, foi de imediato alertado o Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural que procedeu a uma escavação de emergência, apoiada pela Câmara Municipal. O material descoberto encontra-se, parte em posse da Câmara Municipal (espólio cerâmico) e parte em limpeza e restauro sob a direcção do referido Departamento de Arqueologia (espólio metálico), regressando à Câmara mal terminem os trabalhos.

No final do ano lectivo — Maio, Junho — foram realizadas sessões de sensibilização com professores do ensino preparatório e secundário do concelho, tendo como objectivo a ligação do ensino às questões do património local. Retomadas em Dezembro, continuaram estas acções em 1985. Ainda no âmbito do ensino, esteve patente de 18 a 27 de Maio, em Vila Franca, a exposição «Casas Modernas/Paisagens Antigas» do Instituto Português do Património Cultural que foi visitada por 600 alunos da Escola Preparatória de Vila Franca a quem foram efectuadas visitas guiadas por três técnicos da Câmara Municipal.

Um contacto mais directo com a população iniciou-se com o lançamento do inquérito arqueológico aos agentes socio-culturais e com colóquios sobre «Arqueologia da região de Vila Franca de Xira» a realizar em cada freguesia, tendo já tido lugar na Póvoa de St.ª Iria (Outubro) e na Castanheira (Novembro).

No período de Verão foi integrada a área de Arqueologia no programa Férias-Trabalho, no qual dois jovens, orientados por um técnico de Arqueologia, procederam à limpeza e marcação dos materiais romanos encontrados em Povos e à limpeza do cemitério medieval do monte do Senhor da Boa Morte.

O património construído, para além da inventariação das zonas rurais, foi também apoiado na sua conservação nomeadamente as igrejas de St.ª Eulália em Vialonga e de N. S.ª da Piedade na Póvoa.

2. *Património Documental*

Indispensável ao conhecimento da história do concelho é a documentação, tanto no que se refere às fontes manuscritas e impressas, como à bibliografia. Sucessivamente delapidado por sismos, inundações e muita incúria, o Arquivo Municipal perdeu grande parte do seu acervo. Conserva ainda, no entanto, muita documentação que foi em 1984 separada cronologicamente, faltando ainda a sua necessária catalogação.

Simultaneamente tem sido efectuada a recolha de documentação existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, cujas fotocó

pias se encontram já no Departamento de Cultura e Acção Social. Trata-se de documentação vária, de que a Biblioteca Municipal não possui exemplares, e de alguma cartografia. A esta tarefa falta ainda muita pesquisa, tanto em Arquivos Nacionais, nomeadamente o da Torre do Tombo, como na documentação dispersa que, muitas vezes, se encontra em mãos de particulares como é o caso dos documentos iconográficos, fotografias e postais ilustrados.

3. *Património Etnográfico*

Foi o Artesanato uma das áreas que privilegiámos em 1984. Além do IV Salão de Artesanato, aquando da Feira de Outubro, que nos trouxe mais de 60 expositores de todo o país, promovemos um Curso de Cerâmica em Alverca nas instalações da futura Casa da Juventude e da Cultura, de Março a Outubro, no intuito de revitalizar esta actividade e de simultaneamente criar um espaço de ocupação dos tempos livres.

Durante a Festa do Colete Encarnado realizámos em Vila Franca de Xira em colaboração com o Museu Etnográfico, e sob orientação da Dr.^a Micaela Soares, uma exposição subordinada ao tema «Varinos» que foi acompanhada da exibição de ranchos folclóricos e da peça de teatro «Maria Emília» de Alves Redol.

II — ANIMAÇÃO CULTURAL

Paralelamente e no intuito de apoiar e dinamizar os Agentes Culturais locais, de promover o acesso da população à fruição e criação culturais e de estimular o aparecimento de novos agentes colectivos ou individuais, organizou e apoiou este Departamento as seguintes actividades, em consonância com uma política de descentralização cultural a todo o concelho, prosseguida e alargada neste ano de 1984.

1. *Exposições*

Montou-se uma exposição sobre os Agentes Culturais do concelho de Vila Franca de Xira, abrangendo mais de um século de

vida cultural, desde o período histórico determinante no seu aparecimento em termos modernos e contemporâneos (segunda metade do séc. XIX) até aos nossos dias e tentando a reconstituição das acções e fases mais importantes da dinâmica cultural local. Esta exposição foi efectuada no Pavilhão do Cevadeiro durante a Feira de Outubro e iniciou uma ronda pelo concelho tendo já sido vista em Vialonga e Póvoa de Santa Iria.

Apoiaram-se ainda as seguintes exposições: de Fotografia de João Canavilhas, de Pintura e Desenho de um grupo de jovens de Vila Franca de Xira, de Cerâmica de Inácio Matsinhe, de Pintura de António Pimentel, de Óleos e Desenhos de Mário João Viegas, de Trabalhos Cerâmicos dos alunos do Curso de Cerâmica promovido pela Câmara Municipal, de Pintura de Barata Moura e de Artes Plásticas do «Núcleo d'Arte» (grupo de estudantes da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa).

Deu-se também apoio à exposição «A Nazaré na obra de Alves Redol» em colaboração com o Museu da Nazaré e Cooperativa Alves Redol e à exposição «Jardins e Azulejos das Estações Portuguesas» em colaboração com a C. P.

Estas exposições, realizadas em Vila Franca de Xira, Alverca, Póvoa de Santa Iria, Alhandra e Vialonga (com colaboração das respectivas Juntas de Freguesia), foram visitadas na sua totalidade por mais de 10.000 pessoas.

2. *Encontros de Biblioteca*

Durante o ano de 1984, prosseguiu-se com os «Encontros da Biblioteca», experiência iniciada no ano anterior e que a partir de Outubro foram abertos a um mais vasto leque de temas de cariz cultural. Realizaram-se em Alverca encontros com os escritores José Saramago, Urbano Tavares Rodrigues, Olga Gonçalves, Filipe Leandro Martins e João de Melo e um encontro sobre Informática. Em Vila Franca de Xira esteve presente a escritora Hélia Correia e ainda, Micaela Soares que falou sobre a «Casa Avieira», Eurico da Fonseca num encontro sobre «A Exploração do Espaço e as

Energias Renováveis» e António Borges Coelho que versou o tema da Revolução de 1383-85.

3. Teatro

Neste ano de 1984 organizou este Departamento as II Jornadas de Teatro de Amadores do concelho com a participação de cinco grupos de teatro: Grupo de Teatro de Monte Gordo, «Teatro do Povo» de Vila Franca de Xira, «Esteiros» de Alhandra, «A Forja» de A-dos-Loucos e «Boa Vontade» de Alverca. Cada um destes grupos estreou uma peça no decorrer destas Jornadas, tendo efectuado, com apoio da Câmara e das Juntas de Freguesia, 14 espectáculos, envolvendo as seguintes localidades: Monte Gordo, Vila Franca de Xira, Alhandra, A-dos-Loucos, Alverca, Quintas, Cotovios, Castanheira, Vialonga, Granja de Alpriate, Arcena, Póvoa de Santa Iria e Sobralinho.

No âmbito do apoio aos Grupos de Teatro de Amadores do concelho foi também

efectuado um Curso de Formação para responsáveis de grupos de teatro, ministrado pelo Centro Cultural de Évora e frequentado por elementos dos cinco grupos do concelho.

Prosseguiu ainda o apoio técnico e artístico através do Animador Cultural da Câmara aos grupos que o solicitaram: Teatro do Povo, Grupo de Teatro da Juventude da Castanheira, Grupo de Teatro de Monte Gordo e Grupo de Teatro da Escola Secundária n.º 2 de Vila Franca de Xira.

4. Música

Integrado na dinamização e apoio às Bandas de Música do concelho, foram efectuados 14 concertos em Vila Franca de Xira, Sobralinho, Póvoa de Santa Iria, Alhandra, Calhandriz, Alverca, Castanheira, Arcena e Trancoso pelas Bandas da Sociedade Euterpe Alhandrense, Ateneu Artístico Vilafranquense e Sociedade Filarmónica Alverquense.